



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**O CHOQUE DAS INSTITUIÇÕES: A CULTURA ESCOLAR
NO INTERIOR DO SISTEMA SÓCIOEDUCATIVO DO RIO
DE JANEIRO**

Por

MARCOS ANTONIO DA COSTA SANTOS

RIO DE JANEIRO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O CHOQUE DAS INSTITUIÇÕES: A CULTURA ESCOLAR
NO INTERIOR DO SISTEMA SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO
DE JANEIRO**

Por

MARCOS ANTONIO DA COSTA SANTOS

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE
EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO
REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO
DO TÍTULO DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO.

ORIENTAÇÃO: PROF.DR^a IRMA RIZZINI.

Rio de Janeiro

2009

**REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROF. ALOÍSIO TEIXEIRA**

**COORDENADORA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO
Paula Maria Abrantes Cotta de Mello**

ESPAÇO PARA A FICHA CATALOGRÁFICA



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação



A Dissertação “ *O choque das instituições: a cultura escolar no interior do sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro*”

Orientada pelo (a): **Prof. Dra. Irma Rizzini****Mestrando: Marcos Antonio da Costa Santos**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 27 de março de 2009

Banca Examinadora:

Presidente:



Prof. Dra. Irma Rizzini

Prof. Dr.ª Ana Maria Villela Cavaliere

Prof. Dr.ª Esther Maria de Magalhães Arantes

LISTA DE ABREVIATURAS

CAI	Centro de Atendimento Integrado
CEPCLS	Colégio Estadual Padre Carlos Leônico da Silva
COESP	Coordenação das Escolas Sócioeducativas e Prisionais
CRIAM	Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor
CTDQ	Centro de Tratamento de Dependência Química
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação do Estadual do Bem-Estar do Menor
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPS	Instituto Padre Severino
ISP	Instituto de Segurança Pública
JIJ	Justiça da Infância e da Juventude
NOVO	Departamento Geral do Sistema Sócio-Educativo
DEGASE	
SAM	Serviço de Atendimento ao Menor
SEDH	Secretaria Nacional dos Direitos Humanos
SEEDUC/RJ	Secretaria Estadual de Educação do RJ
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Foto 3.1** **Participação dos alunos do CEPCLS no Projeto Oficina do Olhar no museu Antônio Parreira (Niterói-RJ) p.118**
- Foto 3.2** **Confecção de Ovos de Páscoa pelos alunos do CEPCLS. p.122**
- Foto 3.3** **Comemoração do dia da Páscoa p.126**
- Foto 3.4** **Cordão e quadro elaborados com sabonetes p.137**

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1	Adolescentes ingressos por Ato infracional_IPS	p.87
TABELA 2.2	Adolescentes ingressos por idade_IPS	p.89
TABELA 2.3	Escolaridade dos Jovens Internos_IPS	p.89
TABELA 2.4	Causas do Desligamento do IPS	p. 90

DEDICATÓRIA

À Lira, minha dedicada companheira. A Carolina e a Cecília, minhas filhas;

Aos meus colegas professores do DEGASE que acreditam na possibilidade da educação dos “meninos” para além dos muros do internato ;

Aos meus colegas do CPII que me incentivaram a trilhar a vida acadêmica;

Aos jovens internos do DEGASE, “esses moços, pobres moços”;

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ.

À minha orientadora, Prof. Irma Rizzini, por me trazer novos olhares, pela orientação segura e pela extrema paciência;

Aos colegas professores do DEGASE, de quem partilho as dificuldades de exercer o nosso compromisso ético com a educação de jovens em conflito com a lei ;

À Direção do NOVO DEGASE, através da Escola de Gestão Sócio-Educativa.

Problema Social

(Guará-Fernandinho)

**Se eu pudesse, eu dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
Nem o bom menino que vendeu limão
E trabalhou na feira pra comprar seu pão
Não aprendi as maldades que essa vida tem
Mataria a minha fome sem ter que roubar ninguém
Juro que eu não conhecia a famosa FUNABEM
Onde foi minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada pra vender bala no
trem
Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém
Seria eu um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em
colégio legal
Muitos me chamam de pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social**

RESUMO

SANTOS, Marcos Antonio da Costa . O Choque das Instituições: a cultura escolar no interior do sistema sócioeducativo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

A presente dissertação discute a formação de uma cultura escolar em espaços de privação de liberdade. O campo da pesquisa é uma das escolas públicas que funcionam no interior do sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro, o Colégio Estadual Padre Carlos Leônico da Silva. Apresenta uma perspectiva histórica das instituições destinadas à internação de crianças e jovens. Realiza uma análise das condições do sistema sócio-educativo no Brasil de hoje e um perfil geral dos jovens em conflito com a lei. Discute-se a participação dos jovens internos na configuração dessa cultura escolar e as relações que são travadas entre as duas instituições, a escola e o sistema sócio-educativo, envolvidas no processo de escolarização. Apresenta os mecanismos de institucionalização dessa cultura através do projeto político-pedagógico e as representações que os internos possuem da escola. Caracteriza a instituição sócio-educativa como uma instituição total que disputa o caráter disciplinar com a escola, impondo a ela o seu funcionamento e infligindo dificuldades de modo a evitar que as atividades educacionais interferiram na dinâmica disciplina-repressão. A pesquisa desenvolvida é de base qualitativa, voltada para os sujeitos do processo educacional: alunos e professores. Contudo, foi dada prioridade à voz dos jovens internos sobre uma das instituições mais significativas de nossa sociedade moderna: a escola. A interação dos internos nas atividades pedagógicas é analisada, atentando para as suas manifestações orais e escritas. As produções dos jovens dentro do rígido sistema de vigilância da instituição, como as *engenhocas* e os *rap's*, são entendidas como componentes importantes do mundo cultural desenvolvido pelos jovens no interior da unidade. Essa cultura que se desenvolve no meio social dos internos demonstra, por um lado, a importância do papel desempenhado pela escola do sistema sócio-educativo, como um canal para a expressão criativa dos jovens. Por outro lado, é um indicador de que a privação de liberdade no sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro reproduz vícios do sistema penitenciário, já que as produções dos internos estão sujeitas a restrições equivalentes ao sistema prisional. As práticas institucionais da unidade de internação perpetuam o imaginário de segregação e criminalização da juventude pobre, anulando todo o paradigma de direitos trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

PALAVRAS-CHAVES:

RIO DE JANEIRO - SISTEMA SÓCIO-EDUCATIVO - CULTURA ESCOLAR - INSTITUIÇÕES TOTAIS - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - JOVENS EM CONFLITO COM A LEI – SINASE – PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

ABSTRACT

This article discusses the formation of a school culture in areas of deprivation of liberty. The research field consists of one of the public schools that operate inside the social-educational system in Rio de Janeiro, Estadual College Padre Carlos Leôncio da Silva. Presents a historical perspective of institutions destined to the internment of children and young people. Realizes an analysis of the social-educational system conditions in Brazil today and a general profile of young people with law conflict. It discusses the participation of internal young people in the configuration of this school culture, and the relationships between these two institutions involved, the school and the social-educational system, in the process of school learning. It presents the means of institutionalization of this culture through a political-educational project, and the representations that the interns have of school. This work characterizes the social-educational institution as a total institution that disputes the disciplinary character with the school, imposing its operation and opposing difficulties as though the educational activities interfered in the discipline-repression dynamics. A research developed is of a qualitative base, aimed at the subjects of the educational process: students and teachers. However, priority was given to the voice of the young people about one of the most meaningful institutions of our modern society: school. The developed research is based on the subject of the educational process: students and teachers. Whatever, it was given priority to young people's voices about one of the most meaningful institutions of our modern society: school. It analyzes the interaction of the interns in the pedagogical activities, looking at their oral and written demonstrations. The young people's production inside the rigid vigilance system of the institution, such as *engenhocas* and the *rap's*, are understood as an important component of the culture developed by the young people in the interior of the unit. This culture that develops in the social means of the interns shows, by one side, the important part performed by the socio-educational school system, as a channel to young people's creative expression. From the other side, it's an indicator that freedom deprivation in the social-educational system of Rio de Janeiro reproduces the penitentiary system's additions, since the interns' production is restricted to subjects equivalent to the prison system. Institutional unit practices of internment long the imaginary of segregation and criminalization of poor youth, cancelling all standards of rights brought by The Children and Adolescent Statute.

KEYS WORDS:

RIO DE JANEIRO - SCHOOL CULTURE - TOTAL INSTITUTION - ECA - DIFFERENTIATED SCHOOL - SOCIAL-EDUCATIONAL SYSTEM - SINASE - YOUNG WITH LAW CONFLICT - FREEDOM PRIVATION

SUMÁRIO

	PAG.
LISTA DE ABREVIATURAS	
LISTA DE FOTOS	
LISTA DE TABELAS	
INTRODUÇÃO	16
1 APRESENTAÇÃO	16
2 A ESCOLARIZAÇÃO EM ESPAÇOS DE PRIVATIZAÇÃO DE LIBERDADE	20
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO	23
3.1 O Problema da Pesquisa	24
3.2 Objetivos da Pesquisa	26
3.3 O Campo da Pesquisa	27
3.4 A Coleta de Dados	28
3.5 Amostra da Pesquisa	29
3.6 A entrevista Semi-Estruturada	30
3.7 Análise dos Dados	32
CAPÍTULO 1 -AS INSTITUIÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SEU SURGIMENTO E DA SITUAÇÃO INSTITUCIONAL NA ATUALIDADE.	34
1.1. AS INSTITUIÇÕES ASILARES REPUBLICANAS E O SURGIMENTO DA CATEGORIA MENOR	34
1.2 O SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO MENOR E A CENTRALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA	40
1.3 A FUNABEM E A SEGURANÇA NACIONAL	43
1.4 INSTITUIÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS EM TEMPOS DE ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	48
1.4.1 O surgimento do conceito de instituição sócio-educativa	48
1.4.2 Situação Atual do Sistema Sócio-Educativo	56

		14
1.4.3	Sobre o Ato Infracional: o diabo é tão feio assim?.....	62
1.5	A ESCOLA AUSENTE NA VIDA DOS JOVENS APREENSIVOS?	66
CAPÍTULO 2 - O INTERNATO E A ESCOLA: CONHECENDO AS DUAS INSTITUIÇÕES		70
2.1	O DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS (DEGASE) E O INSTITUTO PADRE SEVERINO	70
2.1.1	A criação do Departamento Geral de Ações Sócioeducativas	70
2.1.2	O Instituto Padre Severino	83
2.1.3	Quem são os internos do Instituto Padre Severino?	88
2.2	O COLÉGIO ESTADUAL PADRE CARLOS LEÔNIO DA SILVA	92
2.2.1	A escola diferente : o projeto político pedagógico em construção	97
CAPÍTULO 3- A ESCOLA VISTA POR TRÁS DAS GRADES DO INTERNATO		104
3.1	A CULTURA ESCOLAR CONSTRUÍDA PELOS JOVENS INTERNOS	107
3.2	A PROMESSA DA ESCOLA	109
3.3	A ESCOLA-ILHA DA LIBERDADE	115
3.4	UMA ESCOLA DIFERENTE?	120
3.5	A RESISTÊNCIA À ESCOLA NO INTERNATO	129
3.6	AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO ESPAÇO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	134
 APROXIMAÇÕES FINAIS		139

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
ANEXOS	
1 DECRETO DE CRIAÇÃO DO DEGASE	158
2 DEFASAGEM IDADE SÉRIE	159
3 LOGOTIPO DO NOVO DEGASE	160
4 DECRETO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA	161

INTRODUÇÃO

1 - Apresentação

A presente proposta de trabalho acadêmico surgiu a partir do nosso trabalho como professor em uma das unidades do *Departamento Geral de Ações Sócioeducativas* (DEGASE), subordinado, hoje, à *Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro* (SEEDUC). A escolarização já era implementada pela SEEDUC, que possui nas instituições de internação do DEGASE cinco unidades escolares, oferecendo o Ensino Fundamental (na modalidade jovens e adultos) e o Ensino Médio¹. A unidade de internação em que trabalhamos é o Instituto Padre Severino, localizado na Ilha do Governador, bairro do município do Rio de Janeiro.

Exercendo a docência com professor de Geografia há quase nove anos, após a aprovação em concurso público e a nomeação no início do ano 2000, pude observar inicialmente que as relações entre as escolas e as unidades do DEGASE não se realizavam de maneira integradas, salvo em algumas ocasiões como em cerimônias organizadas pela escola ou pela unidade de internação. Essa questão instigou o desejo de investigar as razões da dificuldade de integração, já que a escolarização faz parte do processo de cumprimento da medida sócio-educativa. Pretendemos, então refletir, como

¹ A escolarização durante o cumprimento de medida sócio-educativa é obrigatória de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990).

tema da dissertação de mestrado, sobre a significação desse processo de escolarização para os jovens, quando em internação provisória.

Contribuir para a formulação de uma proposta pedagógica, que leve em conta as dificuldades sociais e econômicas desses jovens, suas potencialidades e desejos foi um dos motivos que nos levaram à tarefa de pesquisar as relações entre as instituições envolvidas no processo de reintegração social dos jovens. Acreditamos que garantir a escolarização em um espaço de privação de liberdade é um passo importante na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no que diz respeito à garantia de direitos de quem cumpre medida sócio-educativa de internação².

Além disso, almejamos colaborar para que a medida sócio-educativa seja eficiente, no que diz respeito ao cumprimento do Estatuto *da Criança e do Adolescente* (ECA) e de outras normativas que garantem direitos sociais a esses jovens, mesmo quando praticaram um ato infracional.

Optamos por um trabalho de base qualitativa com prioridade para ouvir a voz dos jovens internos sobre uma das instituições mais significativas de nossa sociedade moderna: a escola. Fomos alertados por Michele Perrot (1992) sobre a dificuldade que os prisioneiros possuem de deixar os seus registros em sua passagem pelas prisões, mesmo que de forma voluntária, buscando apagar esse momento de suas vidas. Isso nos levou a dar atenção às

² O artigo 112, do ECA, diz que o Juiz da Infância e Juventude, a autoridade competente, poderá aplicar as seguintes medidas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade; internação em estabelecimento educacional (as instituições sócio-educativas).

“produções” dos internos no espaço da sala de aula. Lembrei-me de *Memórias do Cárcere*, do escritor brasileiro Graciliano Ramos, que contou com a colaboração dos presos da Ilha Grande para escrever o seu romance-biografia. Os presos não só confidenciavam as suas artimanhas para sobreviver nas agruras da prisão, bem como protegeram os manuscritos elaborados pelo escritor brasileiro. Com certeza esse posicionamento de resistência dos internos contribui para a pesquisa e nos inspirou a ir além das aparências das relações institucionais. Buscamos assim desvendar o papel da escola ali naquele momento de vida dos jovens e de suas contribuições para a formação de uma cultura escolar no interior do sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro.

Essa dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado a uma perspectiva histórica sobre as instituições destinadas à internação de crianças e jovens no Brasil República. Necessária ao leitor, que poderá situar-se historicamente e perceber as permanências na atualidade de idéias e práticas com mais de 100 anos de existência, mesmo quando o país faz a opção por uma moderna legislação de defesa dos direitos da infância e da juventude. Ainda nesse capítulo, apresentamos um balanço da situação atual das instituições responsáveis pela execução das medidas sócio-educativas de internação e internação provisória. Fechamos o capítulo com uma avaliação da escolarização no interior das instituições sócio-educativas em nosso país.

No segundo capítulo apresentamos as duas instituições envolvidas no processo de escolarização: o Instituto Padre Severino e o Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva. Detalhamos o funcionamento e a missão institucional das duas instituições. Também aqui apresentamos um breve perfil dos jovens que estão internados no Instituto Padre Severino, relacionado à escolarização anterior e ao tipo de ato infracional cometido.

O terceiro capítulo é dedicado à análise das entrevistas com os alunos que freqüentam a escola e alguns professores apoiados na observação participante. Apresentamos a representação que os jovens possuem da escola “lá de fora” e a “escola de dentro”, o papel que desempenha a escolarização, os embates institucionais para garantir essa escolarização e a cultura desenvolvida pelos jovens em privação de liberdade. Por último apresentamos as aproximações finais.

A ênfase na produção dos jovens internos e nas suas falas, de certa forma, nos diferencia de diversos trabalhos que consultamos e dos aqui anteriormente apresentados. Essa opção nos leva a compreender essa escolarização pelo ângulo de quem a vê por trás das grades.

A seguir apresentamos uma pequena revisão do “estado da arte” no que diz respeito às investigações sobre a escolarização em espaços privativos de liberdade e em especial no sistema sócio-educativo.

2 - A escolarização em espaços de privação de liberdade

De acordo com o que se apura em levantamentos de pesquisas acadêmicas, ainda que a escolarização seja uma prioridade no cumprimento da medida sócio-educativa, são escassos os trabalhos que abordam o tema no campo da educação. Revestem-se de importância social pesquisas que tragam discussões sobre a escolarização de jovens em cumprimento de medida sócio-educativa, não somente por um maior envolvimento dessa categoria social em atos infracionais, mas também pelas dificuldades encontradas em efetivar um projeto pedagógico que resgate a importância da escola na vida desses jovens. Acreditamos que a universidade, em especial as Faculdades de Educação, pode dar uma grande contribuição para a construção desse tipo de ensino e de maneira mais ampla na execução de medidas sócio-educativas.

Em nosso trabalho não pretendemos abarcar todos os problemas inerentes a esse processo, porém temos como objetivo abrir caminhos para outros tipos de pesquisa (currículo, cultura, didática, entre outros). Atrai-nos, inicialmente, a perspectiva de discutir as relações institucionais que, a nosso ver, constituem-se em um dos principais problemas desse tipo de escolarização como sugerem os trabalhos apresentados a seguir.

Procuraremos analisar, inicialmente, dois trabalhos que tenham como objeto de estudo a educação escolar no sistema sócio-educativo. Os raros estudos que se empreenderam nesse campo concentram-se com mais

freqüência no campo do serviço social e da psicologia. O primeiro deles, na área da psicologia escolar, se ocupa da escolarização na FEBEM, e se aproxima de nosso interesse pela análise que faz envolvendo escola e relações institucionais sócio-educativas. Em seguida, um trabalho de pesquisa que se ocupa do empreendimento educativo em funcionamento no interior de uma instituição feminina no interior do Paraná.

O primeiro trabalho foi realizado por Juliana Silva Lopes (LOPES, 2006). Trata-se de uma pesquisa que tinha como objetivo esclarecer o funcionamento da escola pública no interior da FEBEM-SP durante o tempo de subordinação dessa instituição à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Os resultados da pesquisa são alcançados a partir de entrevistas com professores e a partir de observação participante, já que a pesquisadora também prestava serviço para uma ONG que atuava na FEBEM, unidade que lhe serviu de campo da pesquisa. Diferente do que pretendemos realizar na pesquisa, centrando a análise em adolescentes internados, a autora optou pela entrevista com os professores.

Segundo Lopes (OP. CIT, p. 134), a escola não exerce a sua função social de contribuir para o cumprimento da medida sócio-educativa; é o “local onde a educação é obrigatória, mas a prioridade não é a educação escolar, e sim, a ordem e o controle”. A escola é um passatempo, apesar de dificultar a manutenção da ordem e do controle pretendidos pela unidade de internação, como sugere a autora da dissertação.

Porém, o que mais incomoda ao sistema, resumindo as teses defendidas pela pesquisadora (LOPES, p.134), é que “a escola traz o lembrete de que os internos são gente”. A subordinação da FEBEM à Secretaria de Estadual de Educação seria um indicativo da razão para o choque entre as duas instituições, apesar de estarem sob uma mesma administração central. O paradigma repressor se sobrepõe ao paradigma educativo preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente mesmo quando se está sob o comando de educadores, como demonstra a autora.

O segundo trabalho é o de Márcia Mocelin (2007). O tema de sua pesquisa é a ressocialização infanto-juvenil, com o objetivo de diminuir a reincidência de atos infracionais entre adolescentes e jovens, tendo como foco as políticas públicas de educação no Estado do Paraná. A pesquisadora demonstra de início uma preocupação com os resultados sociais da privação de liberdade. Como sugere a autora, a instituição pesquisada — o *Centro de Sócio-Educação Joana Miguel Richa*, no Estado do Paraná, possui o objetivo de atender a adolescentes do sexo feminino que cometeram algum tipo de ato infracional.

Para Mocelin (op.cit, p.116), as atividades pedagógicas, no interior das unidades de internação fazem parte de um sistema de privilégio ou seja, quanto mais “comportada”, “obediente”, “disciplinada” a adolescente estiver, menos tempo permanecerá na instituição, e mais privilégios lhe serão concedidos. A pesquisadora chega, então, à conclusão de que as atividades

pedagógicas se apresentam desintegradas e sem significados para as adolescentes atendidas, cumprindo uma função disciplinar.

Esses dois trabalhos são bastante significativos por centrarem um olhar nas relações entre duas instituições, o que nos interessa de perto no que diz respeito ao nosso objeto de estudo. Trilhando esse caminho, apresentamos o problema a ser pesquisado, os objetivos e a metodologia da pesquisa realizada no sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro.

3- Aspectos Metodológicos da Pesquisa de Campo

De acordo com os nossos objetivos, esta pesquisa é de caráter qualitativo. As pesquisas qualitativas para Cecília Minayo (1994, p.10) são aquelas que “incorporam a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas”. Ao nosso ver, essa perspectiva ajusta-se ao nosso objeto de pesquisa e nos deu mais segurança em tentar responder às nossas indagações acerca dos problemas de uma escolarização em uma unidade de internação provisória prevista no ECA.

Buscamos, então, complementar as entrevistas com uma observação do cotidiano das duas instituições envolvidas, atenção às falas proferidas durante o horário de escolarização, as manifestações culturais dos jovens durante esse

período. Podemos justificar essa escolha com a afirmação de Nóvoa (op.cit, p.16) de que uma análise da escola só possui sentido quando mobiliza todas “as dimensões pessoais, simbólicas, e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a ação educativa a perspectivas técnicas, de gestão ou de eficácia *strictu sensu*”.

Uma dificuldade encontrada em observar esse cotidiano foi o fato de ser trabalhador da instituição. Se essa condição nos deu um privilegiado palco de observação, coleta de informações e facilidade de entrevistar os jovens sem a presença próxima de um agente de disciplina, às vezes deixamos transparecer uma “empolgação” com o trabalho da escola, pela lutas que trava com as instâncias superiores do DEGASE e da SEEDUC, pelo envolvimento com o trabalho que percebemos na maioria dos colegas professores(as) dessa escola. Estava naquele espaço enquanto professor envolvido na tarefa de educar e ao mesmo tempo, como pesquisador, tentando desvendar a prática educativa, os confrontos e as articulações com a instituição de internação provisória para garantir o processo de escolarização dos jovens.

3.1 - O Problema da Pesquisa

A pesquisa tem como principal problema as relações institucionais entre uma escola pública e uma instituição de cumprimento de medida sócio-educativa no Rio de Janeiro.

A escola por si só possui um forte significado no imaginário social, a ponto de pensarmos que é uma das instituições imortais de nossa sociedade. Uma escola que funciona no interior de uma outra instituição, a exemplo dos presídios e do sistema sócioeducativo, possui uma missão específica, diferente daquelas do mundo exterior que, na maioria das vezes, estão voltadas para o preparo do indivíduo para ocupar postos na escala social e invariavelmente reforçam o espírito meritocrático. A sua missão é contribuir para a “recuperação” de indivíduos que cometeram algum tipo de ato criminoso e estão cumprindo suas penas determinadas por algum tipo de julgamento.

A instituição penal ou sócioeducativa possui também um forte significado no imaginário social, e pelo que podemos perceber das leituras de opiniões de jornais e revistas, a partir do recrudescimento da violência urbana, a sociedade clama por sua ampliação, como se houvesse a necessidade de uma purificação dos males sociais através da construção de presídios.

O tema de nossa pesquisa passa por essa reflexão inicial. Uma escola pública que está inserida em uma instituição que se destina ao cumprimento de medida sócio-educativa. A problematização que irá guiar o nosso trabalho de pesquisa está baseada nas seguintes perguntas:

- Quais são as formas de integração entre as duas instituições, a escola e a instituição sócio-educativa?

- De que forma as relações entre as duas instituições influenciam na constituição de uma cultura escolar no sistema sócio-educativo, a partir da participação dos jovens internados?

Observando essas questões colocadas podemos definir os objetivos que guiaram o nosso trabalho.

3.2 - Objetivos da Pesquisa

O objetivo principal dessa pesquisa é compreender as relações entre uma escola pública e uma instituição de cumprimento de medida sócio-educativa, a partir da atuação dos seus principais agentes, em especial dos jovens internos. Soma-se a esse objetivo:

- caracterizar e definir a escolarização no interior de uma instituição sócio-educativa;
- compreender o processo de integração entre a escola e o internato, tendo em vista a análise da constituição de uma cultura escolar no interior da instituição sócio-educativa;
- analisar a articulação, os embates e as resistências que permeiam as relações entre as duas instituições;
- identificar elementos da representação por parte dos jovens sobre a escola no interior do sistema sócio-educativo.

3.3 - O Campo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma das escolas pertencentes à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, o Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva, que funciona no interior de uma unidade de internação provisória do DEGASE, o Instituto Padre Severino. O Instituto Padre Severino está localizada no bairro da Ilha do Governador, município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Os internos do Instituto Padre Severino são adolescentes e jovens que cometeram algum tipo de ato infracional e aguardam a medida sócio-educativa determinada pelo Juizado da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca do Rio de Janeiro (2ª VIJ). A faixa etária dos internos varia de 12 anos a 17 anos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente. Maiores de idade também podem ser internados ali ou por mentirem sobre a idade ou por terem a sua internação determinada por um “mandato de busca” por não cumprirem a medida sócio-educativa quando era menor de idade.

Solicitamos autorização prévia para a realização da pesquisa à 2ª VIJ e depois à Direção do DEGASE, através da Escola de Gestão Sócio-Educativa, unidade que possui a função de capacitar os funcionários do órgão e orientar as propostas de pesquisas.

3.4 – A Coleta de Dados

Para Minayo (op.cit), deve-se utilizar todo o instrumental teórico e metodológico para uma maior aproximação com o objeto de pesquisa, buscando um compromisso com a objetividade. A utilização de uma variedade de instrumentos, ainda, para a mesma autora, permite um reforço da interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Acatando esses conselhos foram utilizados seguintes instrumentos de pesquisa:

A- A observação participante. Entende-se como o mergulho do pesquisador no campo para colher os seus dados. A anotação de comportamentos, conversas informais e dos acontecimentos em uma “caderneta de campo” (ibid, 2007) contribui para um aprofundamento daquilo que as entrevistas e questionários não conseguem captar.

B- Entrevistas semi-estruturadas com os alunos da escola e professores. A entrevista semi-estruturada é montada a partir de perguntas fechadas e abertas, formuladas durante a entrevista (RIZZINI ET AL, 1999). Para Minayo (op.cit), entre os objetivos da entrevista semi-estruturada estão a compreensão das especificidades culturais mais profundas dos grupos e a comparabilidade entre diversos casos.

D- Análise de trabalhos escritos, redações etc.

C- Análise de documentos administrativos, pedagógicos e relatórios que envolvam o processo de escolarização e avaliação no sistema sócio-educativo. Utilizamos a legislação que normatiza o sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro, obtida em consulta ao Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro; o projeto pedagógico implementado pela escola; o relatório da Secretaria Técnica do IPS enviado à Direção Geral do Novo DEGASE; consulta as normativas que institui as medidas sócioeducativas como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (SINASE).

3.5 – Amostra da Pesquisa

Participaram das entrevistas 10 (dez) jovens internos e 5 (cinco) professores, que estão envolvidos como operadores da medida sócio-educativa no âmbito da educação escolar. A inclusão gradativa de jovens se deu de acordo com o “critério de saturação”, que para GOMES (op.cit, 2007), vai sendo definido por inclusão progressiva quando já demonstra uma repetição sobre representações, práticas, conhecimentos e atitudes entre os entrevistados.

3.6 – A Entrevista Semi-Estruturada

Os jovens internos foram entrevistados durante o período de aulas conforme seleção que abrangeu todas as etapas de ensino da escola. Utilizamos esse critério com o objetivo de que o fato de ser retirado dos alojamentos e ser guiado por um agente de disciplina para a entrevista poderia interferir nas respostas, ou na chamada “condição de produção” do discurso (RIZZINI ET AL. I, 1999, p.100). Foi utilizado nas entrevistas um gravador digital do tipo popularmente conhecido como MP4. Encontramos entre os jovens uma dificuldade de expressão escrita e oral quando nessa situação. Mesmo não podendo alongar a entrevista, mantivemos a opção pela entrevista oral. A empatia com o pesquisador e o local das entrevistas, o Laboratório de Informática, um pouco mais isolado em relação aos outros lugares da instituição criaram o clima para que as falas surgissem. Em relação aos professores, busquei selecionar uma pequena “amostra” de acordo com as diversas origens funcionais e evitei os professores contratados ou mais novos, ainda pouco familiarizados com a rotina da escola e da instituição.

O ECA não permite a identificação dos jovens, limitando apenas as iniciais do primeiro nome. Fizemos a opção no caso das entrevistas de identificá-los como Jovens pela ordem em que foram entrevistados ou, no caso de trabalhos escritos, com as iniciais do nome. Os professores foram identificados, igualmente, como Professor seguido da ordem de entrevista.

ALUNOS

- 1- Qual a sua idade?
- 2- Você estudava antes de cometer o ato infracional? Em que série você está ou está?
- 3- Se não estudava, qual a razão que o levou a abandonar a escola?
- 4- Qual a diferença entre a escola aqui do IPS e escola “lá de fora”?
- 5- Você acha importante para você essa escola? Porquê?
- 6- O que você acha que poderia mudar para melhorar essa escola?
- 7- Quais as atividades que você gosta mais nessa escola?
- 8- Qual a diferença dos professores daqui e os de “lá de fora”?
- 9- Você participa das atividades propostas pelos professores? Por quê?
- 10- Qual a diferença entre as atividades realizadas aqui nessa escola e no IPS?

PROFESSORES

- 1- Como você veio trabalhar aqui na escola?
- 2- Qual a diferença dessa escola para uma outra que você trabalha ou trabalhou?
- 3- Como ocorre a participação dos alunos em suas aulas? Que estratégias você utiliza para estimular a participação do aluno?
- 4- Quais são suas observações sobre as relações entre a instituição, o “Padre Severino” e a escola?
- 5- Na sua avaliação, quais as dificuldades de funcionamento dessa escola? O que a SEEDUC poderia fazer para melhorar as condições de funcionamento da escola?

3.7 - Análise dos Dados

A análise de dados da pesquisa qualitativa foi realizada com base no que Gomes (op.cit) denomina de Método de Interpretação de Sentidos, baseado na Sociologia Compreensiva (Minayo, op.cit). Assim levam-se em consideração palavras, ações, conjunto de inter-relações, grupos, instituições e conjunturas (Gomes, 2007). Para Gomes (op.cit, p.100), os princípios que balizam a interpretação dos sentidos são:

- a) buscar a lógica interna dos fatos, dos relatos e das observações;
- b) situar os fatos, os relatos e as observações no contexto dos atores;
- c) produzir um relato dos fatos em que seus atores neles se reconheçam.

Para Mynaio (op.cit, p.242) uma abordagem compreensiva deve estar aberta a receber outros elementos interpretativos que poderiam surgir no campo. Sendo assim, a demonstração dos resultados ou a síntese interpretativa seria construída a partir de uma “triangulação” que consistiria na “combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista através do trabalho conjunto de vários pesquisadores, de múltiplos informantes e múltiplas técnicas de coleta de dados”.

O nosso trabalho, então, contou com um esforço em interpretar as condições de escolarização no interior de uma unidade de internação provisória, utilizando-se da articulação entre as entrevistas, as observações, os

trabalhos produzidos, e artefatos elaboradas no interior dos alojamentos pelos internos.

CAPÍTULO 1.

AS INSTITUIÇÕES SÓCIOEDUCATIVAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SEU SURGIMENTO E DA SITUAÇÃO INSTITUCIONAL NA ATUALIDADE.

Essa parte de nosso trabalho visa trazer uma perspectiva histórica das instituições destinadas à internação de crianças e jovens em nosso país. Como poderemos demonstrar, a idéia de internação com o objetivo de reformar ou disciplinar crianças e jovens pobres, em situação de delinqüência ou não, atravessa a história do Brasil república até os dias de hoje, apesar de uma moderna legislação ancorada em normativas internacionais.

Ainda aqui traçamos um panorama dos principais problemas enfrentados pelas atuais instituições destinadas exclusivamente para jovens que cometeram algum tipo de infração penal. Em seguida analisamos, à luz de estatísticas recentes, o tipo de envolvimento de adolescentes e jovens com o ato infracional e relação ao país e o Rio de Janeiro.

1.1– As instituições asilares republicanas e o surgimento da categoria menor

Os movimentos sociais do início da República, a dificuldade de inserção da população negra no trabalho industrial, as greves organizadas pelos nascentes sindicatos, levaram às novas formas de dominação de classe para

conter a “questão social”, como se conhecia os constantes movimentos reivindicatórios de trabalhadores. Também tratado como “caso de polícia” pela forma de repressão sobre esses movimentos no início de nossa industrialização (MENDONÇA,1990). Os “menores abandonados e viciosos” são vistos como parte da desordem e da “questão social”, por isso passam a serem alvo da assistência oficial voltada para a repressão e a criação de um novo tipo de asilo, “os institutos, os reformatórios e as escolas premunitórias e correccionais” (RIZZINI, I., 1995).

Do ponto de vista da penalização de crimes cometidos por crianças e jovens, a idade penal era bem diferente dos 18 anos de hoje, como afirma LONDOÑO (1995, p.131):

O novo código penal de 1890 também contribuiu muito para melhorar a situação da criança com respeito a sua responsabilidade penal. Estabeleceu em 9 anos o limite mínimo da imputabilidade do agente do crime. O menor de 14 anos só devia ser punido quando obrava com discernimento, o que deveria ser perguntado pelo juiz ao júri: “o réu obrou com discernimento”?- devendo os maiores de 9 e menores de 14 ficar submetidos a um regime educativo e disciplinar.

Em relação ao cumprimento da sentença judicial, não havia diferenciação de “prisão” para adultos e prisão para crianças. Para efetivar essa separação, em 1903 é criada a Colônia Dois Rios, na Ilha Grande, Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de separar crianças de adultos. Contudo, a Colônia foi duramente criticada pelos reformadores da época, por recolher todo tipo de população indigente da cidade do Rio de Janeiro, atendendo aos menores de idade em ala separada, sem oferecer qualquer tipo de formação.

As instituições criadas pela nascente República passaram a receber crianças e jovens que eram recolhidos na rua pela força policial, tendo ou não cometido ato contrário às leis, geralmente, pequenos furtos. O debate entre os principais juristas da época é responsável pelo surgimento de um atendimento especializado aos jovens que cometiam crimes nas cidades, em especial no Rio de Janeiro, onde eram encaminhados à 2ª Seção da Diretoria da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores do qual faziam parte a Escola Premunitória Quinze de Novembro (1899), a Colônia Correccional de Dois Rios (1902) e a Escola de Menores Abandonados (1907). Ainda poderiam ser recolhidos a Casa de Detenção e o Depósito de Presos, ainda que em número inferior àquelas ligadas à polícia como nos informa Irma Rizzini (2007).

Em 1903 é criada a Escola XV de Novembro, também no Rio de Janeiro, seguida de outras similares em outros Estados do país, como em São Paulo (Instituto Disciplinar) e Minas Gerais (Instituto João Pinheiro). A criação de instituições que atendessem separadamente delinquentes e abandonados também fazia parte das recomendações dos reformadores preocupados com a questão da infância abandonada.

A tendência de serem criadas instituições específicas para “abandonados e viciosos” seguia os passos da legislação européia e estadunidense e atendia aos reclames dos reformadores do período. A partir de 1825, nos Estados Unidos, os menores criminosos recebem tratamento

diferenciado de órfãos e desprotegidos com instituições específicas de internamento regidas por uma disciplina rígida e o trabalho educativo calcado na formação para o trabalho manual com forte influência da doutrina protestante, como afirma Londoño (*op.cit.*, p.132). O movimento filantrópico³ se fortalece com a idéia de regeneração através do trabalho, tendo como consequência o surgimento colônias agrícolas e escolas industriais onde eram colocadas as crianças para serem transformadas em “cidadãos úteis à sociedade” (LONDOÑO , *ibid.*, p.132).

A palavra menor, até então, era utilizada em relação à idade limite para assumir determinadas responsabilidades sociais, ter direito à emancipação paterna etc (*op.cit.*). Surge, neste contexto, a categoria “menor”, com um novo significado, objeto da repressão policial e das idéias científicas da época, impregnadas das idéias higienistas. À medida que cresce a delinqüência infantil e juvenil nas grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo, onde as transformações sociais e urbanas eram mais dinâmicas, cresce o coro de juristas que “descobrem o menor nas crianças e adolescentes pobres das cidades, que por não estarem sob a autoridade dos seus pais ou tutores, são chamados pelos juristas de abandonados” (*op.cit.*, p.134). Os que, por estarem nas ruas ou por cometerem algum delito, passaram a ser chamados de “menores criminosos”.

³ A filantropia opõe-se ao trabalho caritativo da Igreja Católica ao propor a iniciativa de particulares, de acordo com o liberalismo econômico e uma racionalização baseada na ciência com o objetivo de impor uma disciplina para o trabalho (IRMA RIZZINI, 1993).

É essa criança que será objeto do corpo jurídico e da assistência pública até o início da década de 40, passando pela criação do Juizado de Menores em 1923 e, finalmente, pelo Código de Menores de 1927. Menor passa a ser, não o órfão desvalido, e sim as “crianças abandonadas, embora tendo pais ou responsáveis, não recebem cuidados necessários à sua formação de caráter, à saúde, à educação, à sua iniciação na vida”, conforme definido na obra de Isolina Pinheiro (1985), responsável pelo serviço social do Juizado de Menores na década de quarenta.

O primeiro Juizado de Menores do país foi criado no Rio de Janeiro, capital do país a época, pelo decreto nº 16.272 de 20/12/1923. O Juizado de Menores retirava da polícia a decisão de penalizar os menores infratores e, do Juiz de Órfãos, os abandonados e órfãos (PINHEIRO, *ibid.*, 1985)⁴.

O Código de Menores, conhecido também por Código Mello Matos, foi criado pelo decreto 17943 A, de 12 de Outubro de 1927. Considerado moderno por seguir a legislação européia e estadunidense, encerra o ciclo de debates que tomou conta de quase três décadas, por parte dos juristas que reclamavam da necessidade de uma maior centralização e intervenção do Estado na assistência à criança. É o próprio Mello Matos, relator do Código e primeiro Juiz de Menores da capital, quem define o novo papel do Estado na assistência à criança, em prefácio à obra de Beatriz Sofia Mineiro (1929,

⁴ No município do Rio de Janeiro ainda existe essa divisão das funções do Juizado em relação às categorias de jovens. Uma vara de família, para os casos de adoção, fiscalização e proteção contra maus-tratos, e outra para jovens infratores, como observamos com nítidas funções de tribunal de justiça.

p.IV):

A sorte de jovens delinquentes não podia deixar de ser abrangida na esfera da nova assistência atribuída ao Estado, o qual, a bem da conservação da ordem social, e por solidariedade humana, tem que intervir com medidas preventivas e correctivas, tendentes a proteger e regenerar esses menores, futuros cidadãos activos, com direito a intervirem na vida pública da nação.

Mello Mattos (apud MINEIRO, 1929) representa em seu discurso o ideal da intervenção do Estado: através de uma educação disciplinar, busca-se devolver esses jovens ao convívio social. O Código de Menores de 1927 irá, portanto, consagrar a categoria “menor”, como já dito antes, utilizada até os nossos dias. O seu alvo não é mais os expostos ou órfãos, e sim os “moralmente abandonados”, em conformidade à situação social da família.

Para Melo Matos (apud MINEIRO, *op.cit.*, p.IV) , “os menores assistidos já não são unicamente os expostos, filhos de pais incógnitos lançados à roda; são também, os materialmente abandonados, nascidos de pai e mãe conhecidos, e a princípio criados e mantidos por suas famílias.” Sendo assim, aquelas crianças e jovens que se encontravam em vagabundagem, mendicância, prostituição ou praticaram crimes seriam internados em uma casa de correção por até 5 anos ou por tempo indeterminado, de acordo com o Código do Menor (*op.cit.*, 1929, p.41).

O Código Mello Matos inaugura em nosso país uma era de internações compulsórias de crianças e jovens que tinham origem no segmento das classes trabalhadoras que não se integravam ao mundo do trabalho e do

desenvolvimento do capitalismo industrial. O período seguinte, marcado por uma forte centralização do Estado brasileiro, também centraliza a assistência à infância e, sobretudo, fortalece as práticas de internação.

1.2 – O Serviço de Atendimento ao Menor e a centralização da assistência

Em 1941, sob o regime do Estado Novo, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor, o SAM. O Estado passou, a partir de sua criação, a centralizar as políticas de atendimento e retirou do Juizado de Menores a atribuição do atendimento biopsicossocial. O SAM será destinado aos menores moralmente abandonados e delinquentes, como assim classificava o Código de Menores de 1927.

Com o SAM, a execução do atendimento foi parcialmente separada da instância jurídica, continuando, no entanto, subordinada ao Ministério da Justiça. Do ponto de vista das metodologias de atendimento, não representou nenhuma novidade na assistência à infância. As suas funções de assistência deram continuidade ao que o Juizado de Menores já fazia. Segundo Irma Rizzini (1993a, p.93):

O SAM seqüestrou o sonho e a meta de alguns juízes de ter sob sua direção um sistema de assistência integrado e moderno. Alguns serviços e várias propostas descritas nos relatórios de juízes, dos anos de 1937 a 1941, podem ser encontradas nas finalidades do SAM.

Segundo o Decreto-Lei nº 3.799 de 05/11/1941 de sua criação, o SAM teria as seguintes finalidades (*apud* RIZZINI, I., 1995, p.277):

Art.2º- O SAM terá por fim:

- a. sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinqüentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
- b. proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinqüentes;
- c. abrigar os menores, a disposição do Juízo de Menores sem estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento somato-psíquico, até o seu desligamento;
- d. estudar as causas do abandono e da delinqüência infantil para a orientação dos poderes públicos;
- e. promover a publicação de pesquisas, estudos e estatísticas.

Ao SAM, de acordo com o Decreto-Lei de sua criação, foram incorporadas a Escola Quinze de Novembro, a Escola João Luiz Alves, o Patronato Agrícola Artur Bernardes e o Patronato Agrícola Venceslau Braz. O SAM, em seu início, recebe o reconhecimento da opinião pública pela sua proposta de funcionamento. Os elogios do Juiz Saul de Gusmão (1944, p.55) traduzem essa perspectiva:

Pelo seu caráter nitidamente científico, um verdadeiro laboratório de biologia infantil, o Serviço de Assistência ao Menor é um organismo de assistência social altamente benéfico e de suma importância. Dele é que parte a orientação médica, tanto quanto pedagógica, dos institutos de amparos aos menores, como órgão supervisor que é dos estabelecimentos oficiais de proteção à criança; a sua estrutura original se impõe pela excelência dos resultados práticos de que é capaz, como já se demonstrou de maneira convincente.

Esta imagem do SAM, “eficiente nas suas altas funções de organismo encarregado de orientar e exercer a verdadeira assistência a menores” (GUSMÃO, *ibid.*, p.56), se deteriorou nos períodos seguintes, sobretudo a partir da década de 50, motivando críticas na imprensa e dos próprios juizes de menores. Ainda de acordo com Irma Rizzini (*op.cit.*,1995, p.278):

O SAM no imaginário popular alcançou uma fama tal que, automaticamente, nos remete a imagem de uma enorme estrutura cuja atuação representava mais uma ameaça à criança pobre, do que propriamente proteção.

“Escola do crime”, “fabrica de criminosos”, “sucursal do inferno”, “fábrica de monstros e imorais”; “SAM- sem amor ao menor”, foram os apelidos recebidos pelo SAM e que testemunham a sua presença no imaginário que boa parte da sociedade brasileira passou a ter da instituição (*op.cit.*, 1995, p.280).

Paulo Nogueira Filho (1956), ex-diretor do SAM na década de 50, em seu livro-dossiê “SAM- sangue, corrupção e vergonha” denuncia as principais mazelas do SAM:

1. corrupção e apadrinhamento no processo de internação;
2. destinação de recursos públicos para as entidades privadas que atendia “falsos desvalidos”;
3. funcionários que intermediavam meninas e meninos para a prática da prostituição;
4. maus-tratos, como castigos corporais, alimentação de péssima qualidade, falta de higiene, e superlotação;
5. desvio de verbas destinadas a manter a estrutura do SAM.

O ocaso do SAM coincidiu com o fim do populismo como forma de relação e controle social das massas trabalhadoras e as críticas dirigidas a eles foram as mesmas que atingiram o Governo João Goulart por seus opositores em 1964: subversão e a corrupção (SILVA, 1990a). Retornando a pesquisadora Irma Rizzini (*op.cit.*, p.287):

O SAM chegou a um nível de corrupção que autoridades do próprio governo e outros setores da sociedade começaram a acreditar na

impossibilidade de sua recuperação, já que os “vícios” dominavam toda sua estrutura. Os escândalos públicos, a ameaça à sociedade pelas constantes fugas de menores, a apreensão de meninos ricos que ficavam nas mãos de funcionários do SAM são aspectos do órgão que não interessavam ser mantidas.

Assim, logo após o regime instaurado em de 31 de Março de 1964⁵ foi extinto o SAM e foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

1.3- A FUNABEM e a Segurança Nacional

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM foi criada pela Lei 4.513 de 1 de dezembro de 1964. Subordinada à Presidência da República, a FUNABEM tinha no seu Conselho Nacional o órgão mais importante da sua estrutura.

Segundo Arno Voguel (1995, p.300) o “novo órgão pretendia ser o reverso de seu predecessor, mais ou menos como o novo regime pretendia opor-se ao antigo, isto é, sua antítese”. A questão do menor passou a ser vista como parte do combate à corrupção e à subversão, que justificou o próprio movimento de 31 de março de 1964 como já dito antes.

Do SAM, a FUNABEM herdou a estrutura física e administrativa concentrada no Rio de Janeiro, necessitada de reformas e com o estigma já

⁵ Em 31 de Março de 1964 um movimento militar de caráter golpista obriga o Presidente João Goulart a deixar o país, e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, declara vaga a presidência da República e assume o poder executivo o General Humberto Castelo Branco, que decreta o Ato Institucional nº1, que inaugura o regime militar que durará até 1984 (SILVA, 2000).

enraizado na sociedade. Como afirma VOGEL (*ibid*, p.302);

O legado, que constitui seu patrimônio inicial, por sua vez, vinha-lhe da sucessão do acervo do extinto SAM. Como tantas outras heranças, no entanto, também esta se manifesta logo pesada. Pesada pelas responsabilidades que trazia consigo, pois, tratava-se de recuperar um patrimônio cuja decadência e dilapidação eram de domínio público. E, por aí, surgiu, efetivamente, o seu primeiro “parâmetro de avaliação”.

Neste sentido, a imagem da FUNBEM padecia de um papel originário, pois sendo herdeira dos bens do SAM, era em princípio suspeita de ter herdado também, os seus métodos.

Com a FUNABEM, dissemina-se a idéia, através de seus documentos oficiais, de que as causas da delinqüência juvenil estão relacionadas a “desestruturação familiar”, presente no antigo Código de Menores e a esses são acrescentados os problemas estruturais urbanos ocasionados pela migração em direção aos grandes centros e a acelerada expansão das “regiões metropolitanas”⁶. O contexto dessas idéias, porém, é a opção por um modelo econômico, responsável por um rápido crescimento da economia brasileira. O “milagre econômico”⁷, excludente e concentrador de renda, é responsável pelo empobrecimento de uma parcela da população brasileira que não consegue inserir-se no “milagre” como afirma VOGEL (*ibid.*, p.303):

O surgimento das “regiões metropolitanas” corria em paralelo com a expansão da pobreza, pois, o mercado de trabalho revela-se incapaz de absorver todos estes adventícios, excessivos quanto ao número, e

⁶ Correspondem aos municípios contíguos às grandes metrópoles e são definidas na atualidade por leis estaduais. Atualmente contam-se 26 regiões metropolitanas espalhadas pelos Estados da federação. (METRODATA, Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ-FASE). Disponível em <http://www.ippur.ufrj.br/observatorio>.

⁷ O “milagre econômico” é como se conhece o período que vai de 1968 a 1973, marcado por elevadas taxas de crescimento econômico, entrada de capitais estrangeiros e ampliação do endividamento externo (SILVA, 2001 a).

limitados quanto à sua qualificação como mão-de-obra.

Pobreza e migração transformam-se em questão de segurança nacional. Recai sobre elas a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada pela Escola Superior de Guerra (LOPEZ, 2001). Doutrina esta que tem como princípio combater o comunismo, presente em qualquer manifestação de origem popular ou sindical, “dado o seu poder de iludir e conquistar corações e mentes” (ibid., p.106). O desajustamento social, ainda recorrendo a VOGEL (*op.cit.*, p.304), deve ser mantido sob controle:

Em suma, a massa crescente de crianças e jovens marginalizados fazia prever, a curto e médio prazo, prejuízos consideráveis, quer do ponto de vista sócio-econômico, quer do ponto de vista político. No primeiro caso, em virtude da riqueza que se deixava gerar e do dispêndio com o qual se teria de fazer, face aos problemas sociais decorrentes da marginalização. No segundo, em virtude do risco de que o potencial constituído por esses “irregulares” viesse a ser capitalizado por forças contrárias ao regime.

A Política Nacional do Menor teria como objetivo atingir todo o meio social que envolvia a criança, principalmente a família para que os objetivos relacionados ao controle social e à segurança nacional fossem alcançados como justifica VOGEL (*ibid.*, p. 304):

Ora, se a família era segundo estereótipo, tão antigo quanto permanente, a “célula da base da sociedade”, então o fato de vê-la deteriorar-se fundava o temor de que por essa via se chegasse a todo um conjunto de formas de subversão da ordem estabelecida, algumas delas com implicações políticas evidentes, do ponto de vista da segurança nacional.

A FUNABEM, através de seu Conselho Nacional, passaria a ditar as políticas públicas de atendimento ao “menor” através do centro irradiador de sua metodologia e doutrina, a Escola XV de Novembro, em Quintino, no Rio de Janeiro (ibid, 1995). A assistência ganha um caráter multidisciplinar:

assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e sociólogos. Surge o novo conceito de atendimento “bio-psicossocial”. Nos Estados da federação seriam criadas as FEBENs (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor)⁸, que deveriam seguir a metodologia e a doutrina da FUNABEM, aplicando recursos a nível local (*ibid*, p.307).

A Associação do Estado com a iniciativa privada, iniciada na década de 20, continuava, pois a FUNABEM destinava recursos para asilos e patronatos através de convênios que “parecem ter financiado projetos de construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos favorecendo tanto o setor público, quanto o setor privado, na área de atendimento” (*ibid*, p.312).

O agravamento da situação social da criança no Brasil, sobretudo a partir do fim do “milagre econômico”, incitou uma série de discussões, inclusive com uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional em 1976, com o objetivo de investigar a questão do “menor”. Esse movimento culmina na revisão do Código de Menores de 1927 com a aprovação do Código de 1979 (Lei Federal nº 6.697, de 10 de outubro de 1979). O código pretendeu tomar como alvo da política de atendimento o “menor em situação irregular”, expressa no artigo 2º (*apud* PASSETI, [s.n], p.117):

⁸ No Estado do Rio de Janeiro, a FEBEM foi criada em 1967. Em 1975, passou a ser denominada de Fundação Estadual de Educação do Menor e, em 1995, foi denominada de Fundação para a Infância e Adolescência não possuindo função de internação.

Para os efeitos deste Código considera-se em situação irregular o menor:

- i. Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente em razão de: a) falta, ação ou omissão, dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- ii. Vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis;
- iii. Em perigo moral, devido: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- iv. Privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- v. Com desvio de conduta em virtude de uma grave inadaptação familiar ou comunitária;
- vi. Autor de infração penal.

A crise econômica, a partir da década de 80, agravou os problemas sociais quando o Estado perdeu a capacidade de realizar os grandes investimentos em infra-estrutura e a rede de atendimento social foi atingida. A herança do período militar foi um “setor público hiper-desenvolvido e mesmo excessivo marcado pelo nepotismo, a ineficiência e a extrema centralização” (SILVA, 1990a, p.341). A FUNABEM, no bojo do fim do “milagre brasileiro”, não consegue atingir a sua missão. Em documento de avaliação da própria FUNABEM é realizada a exposição das causas do fracasso de sua política, comparada à própria crise que atingia o Estado brasileiro. A centralização excessiva, burocratismo, clientelismo, baixo investimentos em recursos humanos e ênfase no controle da sociedade pelo Estado como afirmava **Projeto Diagnóstico Integrado Para Uma Nova Política do Bem-Estar do Menor** (apud VOGEL, op.cit).

1.4 – Instituições Sócioeducativas em tempos de Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) embute uma nova denominação para as instituições de internação em nosso país. Essa denominação é decorrente da doutrina da proteção integral e de uma concepção que visa enfrentar a prática do ato infracional a partir de uma concepção educativa. A partir dessa concepção é que a sanção sofrida pelo adolescente pelo cometimento de um crime passa a se chamar medida sócio-educativa e as instituições onde os jovens cumprem essas medidas incorporam, em suas diferentes denominações, esse termo.

1.4.1 – O surgimento do conceito de instituição sócio-educativa

Com a Nova República⁹, os objetivos da Política Nacional do Bem-Estar do Menor voltaram-se para ações preventivas na própria comunidade de origem da criança ou do jovem, diminuindo o aparato de internação, que para Vogel (op,cit,p.323) foi “revelada inexequível (pela escala do fenômeno), além de desumana, pois consistiria em acrescentar ao já insuportável fardo da pobreza um estigma, social e moralmente iníquo” .

No início da década de 90, o Governo do Presidente Fernando Collor de Melo inicia um grande movimento de reforma do Estado brasileiro. No campo econômico, o novo governo propôs uma agenda de reformas, baseadas no

⁹ A Nova República foi o período que se seguiu à redemocratização do país com a eleição do Presidente Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral. O Presidente José Sarney, eleito vice-presidente, assume a presidência após a morte de Tancredo Neves, em 21 de Abril de 1985, e realiza a transição democrática entregando o poder ao primeiro presidente eleito após 1964 (SILVA, 1990).

ideário neoliberal conhecido como Consenso de Washington (1989)¹⁰, que tinha como pilares o processo de privatizações e abertura do mercado. O discurso dominante era o da diminuição do papel do Estado em setores chaves da economia, através de um amplo processo de privatizações e, na administração pública, demitindo e pondo em disponibilidade milhares de funcionários (SILVA,1990b)

Nesse processo, a FUNABEM é extinta. Incorporando o espírito de descentralização institucional e reformulando a estratégia de atendimento à infância em nosso país, resultado da pressão de movimentos da sociedade civil que realizavam duras críticas ao processo de institucionalização dos pobres, em seu lugar surge a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) em abril de 1990¹¹. A CBIA existiu até meados de 1994 quando suas funções passaram para os Estados, como no Rio de Janeiro. Após a sua desativação, seus funcionários foram transferidos para outros órgãos públicos ou simplesmente demitidos.

No campo jurídico um novo ordenamento envolvendo a questão da infância é aprovado pelo Congresso Nacional: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069 de 13 de Abril de 1990). O seu surgimento, fruto da

¹⁰ O Consenso de Washington é um conjunto de propostas de reformas das economias dos países que ficaram conhecidas como propostas neoliberais. (Silva, 2000b)

¹¹ Lei 8029 de 12 de Abril de 1990. Essa lei extinguiu diversos órgãos públicos, mudou a denominação de alguns e permitiu ao poder executivo privatizar diversas empresas estatais.

doutrina da proteção integral, foi resultado da democratização do país e da luta travada pela sociedade civil organizada no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, no Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança, entre outros. Portanto, tem “organicidade e enraíza-se num projeto de sociedade brasileira democrática, participativa, inclusiva, que tem como espinha dorsal a questão da cidadania posta para todos os brasileiros” (OLIVEIRA, 2000, p.11) como justificam os seus defensores.

O ECA é ainda “considerada a mais avançada legislação para criança e o adolescente que se criou no Brasil” (PASSETI, 2002, p.371) e está em consonância com as resoluções e diretrizes de organismos internacionais, como a ONU, através da UNICEF. A normativa internacional que orientou a sua elaboração foi a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (Resolução 44/25 de 20/11/1989), as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e Juventude - Regras de Beijing (Resolução 40/33 de 29/11/1985), as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens privados de Liberdade, as Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil - Diretrizes de Riad e o Código de Conduta para os Funcionários responsáveis pela aplicação da Lei (17/11/1979) (VOLPI, 1998).

A partir do ECA, toda uma série de categorias discriminatórias desaparece ao menos nos textos oficiais. Crianças e jovens são agora

considerados “sujeitos de direitos” e a prática de atos infracionais ou crimes por parte de adolescentes e jovens passou a ser tratada como uma situação de “conflito com a lei”. No texto legal desapareceu a categoria “menor infrator”.

Segundo VOLPI (ibid, p.13):

A política de garantias se materializa num sistema articulado de princípios (descentralização administrativa e participação popular), políticas sociais básicas (educação, saúde e assistência social) e programas especializados, destinados à proteção especial das crianças e adolescentes violados em seus direitos por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e excluídos em razão de sua conduta ou de prática de atos ‘infracionais’.

O ECA propõe aplicar a crianças e jovens em “conflito com a lei”, as chamadas medidas sócio-educativas: advertência, reparo do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semi-liberdade e a internação, esta reservada a casos considerados graves (BRASIL,1990). Os antigos Juizados de Menores foram substituídos pelas Varas da Infância, e da Juventude. No Município do Rio de Janeiro existem hoje duas varas: uma considerada de “família” (adoção, abandono, maus tratos, posturas, idoso) e a outra, a Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital, onde correm os processos relacionados ao envolvimento com ato infracional¹².

Em relação à maioridade penal, foi mantida a idade de 18 anos como limite para a não imputação do Código Penal, e caso a infração penal tenha sido cometida antes dos 18 anos, o jovem pode ficar sobre medida de proteção

¹² A partir de 18/01/2008, a 1ª Vara passou a ser denominada de Vara da Infância, da Juventude e do Idoso em função do Estatuto do Idoso (Lei Federal 10 741) e a 2ª Vara passa a ter a denominação de Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital.

até os 21 anos, quando é extinta a medida aplicada. As medidas sócio-educativas só poderão ser aplicadas aos maiores de 12 anos.

O ECA garante ainda que nenhuma criança ou jovem possa ser privado de liberdade sem que tenha cometido ato infracional, “recomenda-se que a internação seja evitada, utilizada apenas como recurso derradeiro” (PASSETI, op.cit, p.366). Pobreza não é mais considerada crime pelo Estatuto e a internação só é possível em caso de flagrante delito após todas as garantias processuais¹³.

A política de atendimento tem como eixo a criação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao nível municipal, estadual e nacional , “órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo Leis Federais, Estaduais e Municipais” (BRASIL, op.cit, art.88, inciso II).

Em consonância com a sua política de garantia de direitos, o ECA autorizou a criação dos Conselhos Tutelares, em nível municipal , “permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei” (BRASIL, ibid, art.131).

¹³ O povoamento das ruas e praças por crianças mendicantes gera uma incompreensão desse princípio do ECA e é motivo de diversos protestos da opinião pública de acordo com a pesquisadora Ligia Costa Leite (LEITE, 1998).

Um importante avanço do ECA diz respeito à relação entre a doutrina da proteção integral e processo avaliativo do adolescente que culmina na elaboração dos relatórios pelas equipes de atendimento das instituições sócio-educativas, ou seja por pedagogos, psicólogos e assistentes sociais. Destes dependem os Juízes para reavaliar as medidas aplicadas, sendo obrigatórios segundo a Lei. No passado, a avaliação estava centrada no caráter e na personalidade da criança e do adolescente. No presente, o paradigma é a garantia de direitos, onde todos os profissionais envolvidos devem participar do processo avaliativo do desenvolvimento do adolescente na instituição, pondo de lado o velho esquadrinhamento que tinha o objetivo de segregar o indivíduo. De acordo com Brito (2000, p.121):

Agora, as medidas se referem a uma educação para a cidadania. É necessário comprometer o menino com seu processo sócio-educativo, conscientizá-lo de sua responsabilidade social. E, para isso, uma das questões analisadas com as equipes diz respeito à adequação de serem realizadas entrevistas ‘de devolução’ com o adolescente e a família. O conteúdo educativo e ‘responsabilizante’ da medida implica discutir com o jovem e sua família os relatórios e informações enviadas à Justiça da Infância e Juventude, construindo com estes o sentido da responsabilização.

A implantação do ECA, garantindo direitos sociais básicos como Educação, Saúde, proteção contra maus tratos etc, chocou-se com a política de “estado mínimo” iniciada com o Governo do Presidente Fernando Collor, em continuidade nos governos do Presidente Itamar Franco¹⁴ e do Presidente

¹⁴ Em 1992 o presidente Fernando Collor de Melo sofreu um “impeachment” e assumiu a Presidência da República o vice-presidente Itamar Franco (LOPEZ, 2001).

Fernando Henrique Cardoso¹⁵.

Sem alterar a letra da lei, o paradigma de “sujeitos de direitos”, preconizado pelo ECA, deu lugar ao paradigma da “tolerância zero”¹⁶. O sociólogo Löic Wacquant (2001) afirma que com o avanço do modelo neoliberal e suas mazelas sociais, recrudescem as medidas punitivas e a construção de cadeias para dar solução ao aumento da criminalidade, recaindo sobre os mais pobres tais medidas. As contradições existentes entre as questões sociais e as políticas repressivas são descritas por Löic Wacquant (*ibid.*, p.8):

Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no “capitalismo de pilhagem” da rua (como diria Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano. O crescimento espetacular da repressão policial nesses últimos anos permaneceu sem efeito, pois a repressão não tem influência alguma sobre os motores dessa criminalidade que visa criar uma economia pela ‘predação’ ali onde a economia oficial não existe ou não existe mais.

A incompreensão de alguns princípios do ECA por parcela expressiva da sociedade brasileira, apesar dos 18 anos de sua existência, obstaculiza a sua aplicação. Primeiro, por parte dos juízes que continuam, na prática, aplicando o Código de Menores, exercendo poder sobre as instituições ou eles

¹⁵ Eleito presidente da República nas eleições de 1994, após ter sido o Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco (*ibid.*).

¹⁶ Medidas de repressão à criminalidade, na década de 90, desencadeadas pela Prefeitura de Nova York, que tinha com lema o combate aos pequenos delitos de forma a prevenir os grandes. A política de “tolerância zero” inspirou a política de segurança pública em diversos países, inclusive no Brasil (WANCQUANT, *op.cit.*).

próprios executando as medidas, como no Rio de Janeiro. Segundo, pela campanha pela diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos, como proposta para desestimular a delinquência juvenil¹⁷. Terceiro, pelos responsáveis pela aplicação das medidas, os governos estaduais, que sem os recursos fartos do Governo Federal, não investem na proteção de direitos básicos e nem garantem o funcionamento das instituições destinadas à internação, de forma a serem realmente agentes de inclusão social. Para Passeti (*op.cit.*, p.371):

Sem dúvida há um grande desafio para o início do século XXI: ou ampliam-se as conquistas jurídicas consagradas no ECA, renovando a mentalidade dos juízes, promotores e advogados ou caminharemos para o retrocesso à situação do início do século com prisões e internatos, só que agora em instalações computadorizadas e controladas por fibras ópticas, reconhecendo-se que de nada servem para corrigir comportamentos ou educar.

É neste novo contexto histórico que estão envolvidas as instituições que possuem a responsabilidade de promover a inclusão social de jovens “em conflito com a lei”, através de medidas sócio-educativas. Continuaremos na seção seguinte avaliando as condições de conservação e de políticas de aplicação das medidas sócio-educativas com ênfase naquelas destinadas à internação.

¹⁷ Como nos informa o jurista Rafael Caetano Borges (s/d), desde 1993 vinte e dois projetos de emenda constitucional (PEC) foram apresentados à Câmara dos Deputados.

1.4.2 – Situação Atual do Sistema Sócioeducativo

Em relação às instituições, o Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza uma série de medidas tanto arquitetônicas como de acompanhamento de adolescentes e jovens. Aos dezoito anos de sua formulação, tais medidas ainda estão longe de serem atendidas. Uma proposta de regulamentação das medidas sócio-educativas tramita no Congresso Nacional. Trata-se do projeto de Lei **1627/07**, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (SINASE) ao qual, instituições destinadas à internação de adolescentes e jovens que cometeram ato infracional deverão se adequar à essas diretrizes. O SINASE, de acordo com a sua justificativa introdutória (BRASIL,2006, p.22),

é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público.

As orientações do SINASE estão organizadas em eixos com o objetivo de abranger toda a esfera das instituições sócio-educativas do país e integrá-las ao sistema de garantia de direitos a partir da atuação de diferentes campos das políticas públicas e sociais : o sistema educacional, o sistema de justiça e segurança pública, o sistema único de saúde e o sistema único de assistência social. Em relação às instituições que executam a internação provisória e as medidas sócio-educativas, a orientação do SINASE é que elas se organizem

para garantir os direitos estabelecidos no ECA, nas seguintes dimensões (BRASIL, *ibid.*, p.49):

- 1- Espaço físico, infra-estrutura e capacidade de atendimento;
- 2- Desenvolvimento pessoal e social do adolescente;
- 3- Respeito aos Direitos humanos;
- 4- Acompanhamento Técnico;
- 5- Recursos Humanos;
- 6- Alianças estratégicas;

O ECA, no Art. 123, garante a internação em instituição exclusiva para adolescentes, separados de acordo com sua compleição física, por faixa de idade e gravidade do ato infracional. A internação só ocorre depois dos 12 anos de idade. O Art. 124 garante uma série de direitos fundamentais para o adolescente ou jovem privado de liberdade, dentre eles, o direito à escolarização e profissionalização. Para Mário Volpi (2002, p.28), “a contenção não é em si a medida socioeducativa, é a condição para que ela seja aplicada”.

O capítulo II do ECA destina-se às entidades de atendimento. O Art. 94 reitera alguns princípios sugeridos em normativas internacionais mencionadas anteriormente:

(...)

II- oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;

III- oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;

X- propiciar escolarização e profissionalização;

XI- propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;

A fiscalização e a aplicação de sanções administrativas no caso de desrespeito à legislação por parte das instituições fica a cargo do Juizado da Infância e da Juventude.

Ao contrário do que determinam os princípios do ECA, recrudescem as medidas de internação, com o “neo-liberalismo, ou seja, o conservadorismo da época, se reconhece a necessidade do espaço de confinamento e mortificação para pobres de todas as idades, tanto nos internatos, quanto nas prisões” (PASSETI, op.cit, p.373). A situação estrutural das unidades de atendimento sócio-educativo coloca em risco os princípios do ECA e do SINASE, como têm demonstrado recentes pesquisas sobre as instituições do país. Apesar do ECA anunciar que, mesmo tendo cometido um “ato infracional”, esses jovens são sujeitos de direitos, continuam sendo estigmatizados socialmente e para uma parcela da sociedade representam uma ameaça e por isso devem ser mantido confinados e afastados . O internato como salvação ou proteção alinhava todas as propostas de solução para a problemática das crianças pobres no país, do início da República até os nossos dias. Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) colocar a aplicação da medida de internação somente para os casos de delitos considerados graves, diversos estudos afirmam ser esta a medida mais aplicada no sistema de proteção na maioria dos Estados.

Na maior parte do país, o sistema sócio-educativo herdou a estrutura física, funcionários e práticas institucionais de velhas instituições que atravessaram o século XX, mudando somente o vínculo na estrutura do poder executivo na esfera federal e estadual¹⁸. Diferentes trabalhos de pesquisa acadêmica, em diversos campos (serviço social, psicologia e educação)¹⁹, apontam para as dificuldades dessas novas instituições em garantir direitos fundamentais para o jovem e adolescentes em conflito com a lei, como é o caso da escolarização, tema de nosso trabalho. Edson Passeti (1994) expõe o seu questionamento se o sistema sócio-educativo não seria um eufemismo para sistema penitenciário e a medida sócio-educativa na verdade não seria a pena imputada para quem o autor chama “os novos miseráveis”.

O aumento da violência urbana nos últimos anos e o envolvimento de jovens com essa violência choca e desperta na opinião pública a pressão por uma maior rigor das penas e a construção de mais prisões. Na mesma medida do sistema prisional, os juízes responsáveis pela aplicação da medida sócio-educativa aumentaram as medidas sócio-educativas de internação²⁰ que têm como parâmetro a gravidade do ato infracional, devendo ser aplicada em caráter excepcional e breve (ECA, artigo 121). A pesquisadora Esther Arantes (1998), participante de diversos relatórios e avaliações do sistema sócio-

¹⁸ O sistema sócio-educativo é encontrado subordinado às secretarias de justiça, assistência social e educação, como atualmente no Estado do Rio de Janeiro.

¹⁹ LOPES (2006); MOCELIN (2007); MOREIRA (2005).

²⁰ Levantamento Nacional do Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente em Conflito com a Lei (2006).

educativo, diante das estatísticas de envolvimento dos jovens em atos infracionais, conjuga a idéia de que a medida de internação é excessivamente aplicada. Essa questão leva a um processo de superlotação, atendimento acima da capacidade das unidades de internação, alongamento do prazo de internação provisória, dificuldades estruturais de atendimento a esses jovens e à carência de diversos profissionais para tornar a medida realmente eficiente, como demonstra levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A aplicação de outras medidas sócio-educativas, com custo econômico e social efetivamente menor é deixada de lado.

O relatório “Um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei”, realizado em parceria entre o Conselho Nacional de Psicologia e a Ordem dos Advogados do Brasil (2006), traçou um diagnóstico cujas conclusões apontam para a seguinte realidade das instituições sócio-educativas responsáveis pela medida de internação em nosso país:

- 1- Denúncias de espancamentos por parte dos agentes ou monitores responsáveis pela condução para as atividades educativas e atendimento;
- 2- Insuficiência da escolarização e algumas, cerca de 5% não ofereciam nenhum tipo de escolarização aos jovens internados;
- 3- Cerca de 50% das unidades de internação não ofereciam nenhum tipo de ensino profissionalizante;
- 4- A maioria das unidades de internação (80%) possuem semelhança com o sistema prisional, os alojamentos são celas com trancas. As condições físicas são precárias, não oferecendo higiene básica e com espaços adaptados para a realização de atividades esportivas e culturais;
- 5- Insuficiência de assistência jurídica para a efetivação do pleno direito à defesa do adolescente ou jovem.

Segundo dados do IPEA (2003), bastante detalhados no que diz respeito às características das unidades, em alguns estados da federação não havia a separação, como determina o ECA, entre os internos e o sistema prisional. Em Teresina (PI), jovens aguardavam junto com presos comuns o término da reforma em uma das unidades de internação. A existência de áreas de isolamento ou “seguro” foram encontradas em diversas unidades, principalmente aquelas de construção mais antigas. Diversas justificativas como destinação à punição, período de adaptação às regras da unidade ou simplesmente isolamento dos adolescentes que cometeram crimes não toleráveis pelos outros jovens, como o estupro.

1.4.3 - Sobre o Ato Infracional: o diabo é tão feio assim?

É comum na unidade em que visitamos para a nossa pesquisa ouvirmos a expressão “sementinhas do mal” para se referir aos jovens que estão internados. O imaginário social alimentado cotidianamente pelos órgãos de imprensa vê esses jovens como “monstros”, como tem refletido em suas pesquisas mais recentes Esther Arantes (2008). As instituições assumem uma pretensa proteção da sociedade, missão que tem guiado o funcionamento de instituições que se caracterizam pelo isolamento dos indivíduos da sociedade, as chamadas instituições totais, como assim define Erwin Goffman (2001). Um ex-juiz da Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro comumente

defende-se da acusação de exagerar na aplicação da medida de internação com a justificativa de que a culpa é da polícia que está mais eficiente, realizando mais prisões, portanto é obrigação do juiz julgar os casos que chegam até o seu tribunal. Porém, será que os atos infracionais²¹ que são cometidos justificam “pintar o diabo mais feio do que se parece”?

Para elucidar essa questão lançamos mão aqui de levantamentos estatísticos realizados por diferentes esferas do poder público e da sociedade civil a nível nacional como a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), o Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP), 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca do Rio de Janeiro (VIJ) e Conselho Federal de Psicologia em parceria com a OAB e o Observatório das Favelas do Rio de Janeiro.

O último levantamento estatístico realizado pelo Departamento Nacional da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), subordinada à Presidência da República, data de 2006. Trata-se do Levantamento Nacional do Atendimento Sócio-educativo ao Adolescente em Conflito com a Lei e foi realizado entre os dias primeiro e quinze de agosto de 2006. Cerca de 15.426 adolescentes e jovens cumpriam medida sócio-educativa em todo o país, sendo que a maioria estava cumprindo medidas de internação (10.446), seguidos pela internação provisória (3.446) e da

²¹ É comum a analogia entre o código penal e o ato infracional cometido entre os operadores do sistema sócio-educativo (PASSETI,1994)

semiliberdade (1.234). Cerca de 96% dos que estão cumprindo medida sócio-educativa são do sexo masculino. Em relação à população total de jovens entre 12 e 17 anos, correspondente a 15% da população brasileira, apenas 0,14% estão envolvidos com um ato infracional.

De acordo com dados do IPEA (2003), para cada 10 mil pessoas na faixa da adolescência, apenas 3% estavam cumprindo medida de privação de liberdade. A faixa etária, indicador importante para as políticas públicas que objetivam diminuir o envolvimento de jovens com o crime, aponta para uma concentração entre 16 e 18 anos, cerca de 76%. É justamente para essa faixa etária que as políticas públicas de educação e assistência social são mais frágeis. Também preocupante é a participação da faixa etária entre 12 e 15 anos, constituindo cerca de 18% dos jovens que estavam privados de liberdade.

Para o município do Rio de Janeiro, a participação por idade coincide com os dados nacionais. A faixa etária de 16 a 18 anos corresponde a 72% dos processos e jovens com 15 anos de idade correspondem a 18% do total dos processos respondidos para o ano de 2006, de acordo com os levantamentos realizados pela Vara da Infância e da Adolescência.

Os dados da Vara da Infância e da Adolescência para 2006 indicam uma participação maior de jovens que chegam a esse juizado em crimes contra o patrimônio (furto e roubo). Esses dados apresentam, em um universo de 7.404 processos, 1.881 casos, ou seja 37% dos processos em andamento nesse

juizado, considerados entre os crimes de maior incidência (90% dos processos em andamento) e que chegam até a esfera jurídica. A lesão corporal, considerada crime contra a pessoa, apresenta-se em 18% dos casos e está agrupada nos crimes de maior incidência. Ainda dentro dos atos infracionais de maior incidência, o envolvimento de jovens com o tráfico de drogas contribui apenas com 8% dos processos contra adolescentes e jovens, apesar de alguns autores como Arantes(op.cit), Cruz Neto et al (2001) e Batista (2003) indicarem um crescimento da participação desse segmento social na economia do tráfico de drogas nas últimas décadas. O Observatório de Favelas (SILVA ET AL, 2007) denuncia, em recente relatório, uma crescente participação de crianças na economia do tráfico de drogas no município do Rio de Janeiro e traça um perfil aprofundado de seus participantes.

Apesar dos clamores da opinião pública pela redução da maioria penal toda vez que um homicídio é cometido com o envolvimento de um jovem, esse ato infracional faz parte dos 10% dos processos de crimes de menor incidência, com apenas 0,83% dos processos em andamento na capital do Estado do Rio de Janeiro.

A porta de entrada do sistema sócio-educativo é a Delegacia Especial da Infância e da Adolescência (DPCA). O Estado do Rio de Janeiro conta apenas com duas dessas delegacias, a primeira no Rio de Janeiro e a segunda em Niterói. Em 2007, foi divulgado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) um

estudo estatístico sobre violência cometida contra crianças e adolescentes ou por eles no Estado do Rio de Janeiro.

Em primeiro lugar, de acordo com a série histórica iniciada em 2002 (3.906 apreensões), considerada pelo estudo como de “pico”, a apreensão de adolescentes e jovens diminui até 2006 (1.890 apreensões), ano de referência para o Dossiê Criança, como foi batizado esse levantamento. Em relação ao gênero, 87,3% dos envolvidos em atos infracionais são do sexo masculino. Esse estudo demonstra que 68,6% dos autores de atos infracionais correspondem ao somatório entre pardos (43,4%) e pretos (25,2%)²². Em relação à faixa etária, observamos que entre os jovens de 15 e 16 anos o percentual é de 43,3%, e entre os jovens de 17 anos é de 45,8%. Assim, de jovens entre 15 e 17 anos o percentual total é de 89,1%.

Em contradição com os processos em tramitação na 2ª Vara da Infância e Adolescência, o estudo do Instituto de Segurança Pública demonstra que a maior parte das apreensões por envolvimento com ato infracional no Estado do Rio de Janeiro se deu por tráfico de drogas, embora indique uma queda entre 2005 (1.002 apreensões) e 2006 (809 apreensões). Reforça o estudo que os crimes contra a vida, homicídios principalmente, são os menores números no que diz respeito à participação de adolescentes e jovens. O estudo detalha ainda a categoria roubo (693 apreensões): a maior parte (51,7%) corresponde a pedestres em 2006. O levantamento do ISP aponta para um crescimento

²² Como informa o estudo do ISP em questão essa caracterização é feita no momento do registro de ocorrência pela Polícia Civil.

entre 2005 (62) e 2006 (95) da categoria lesões corporais, coincidindo com os dados da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital que coloca essa infração entre os crimes de maior incidência.

A situação nacional também confirma essas características do envolvimento com o ato infracional, como demonstra a pesquisa “Adolescentes em Conflito com a Lei: situação do atendimento institucional no Brasil” (IPEA, 2003, p.27):

Entre os principais delitos praticados pelos adolescentes privados de liberdade estão o roubo (29,6%); o homicídio (18,6%); o furto (14,0%); o tráfico de drogas (8,7%); o latrocínio (5,8%); o estupro/atentado violento ao pudor (3,7%); e a lesão corporal (3,3%). Observa-se entre os delitos uma porcentagem elevada no item “outros”, no qual estão incluídos: porte de arma, seqüestro, tentativa de homicídio e descumprimento de sanções aplicadas anteriormente .

Os dados levantados pelo IPEA correspondem aos adolescentes e jovens que estavam privados de liberdade e foram colhidos diretamente nas unidades de internação de todos os Estados do país, suscitando a questão de que se não haveria uma priorização para as medidas de internação em relação às medidas em meio aberto que poderiam ser mais eficientes.

1.5 – A escola ausente na vida dos jovens apreendidos?

De acordo com o estudo do IPEA (op.cit), cerca 75% das unidades ofereciam a escolarização a partir da inserção das escolas públicas dentro das unidades. Cerca de 14% não possuíam um mecanismo de certificação à época desse levantamento, o que nos indica algumas dificuldades para a efetivação

do processo de escolarização no interior das unidades de privação de liberdade. Essas dificuldades estão relacionadas à precariedade dos espaços destinados à escola, geralmente improvisados, à capacitação dos professores, à inadequação do calendário da rede estadual de ensino, à desarticulação da escolarização com a medida sócioeducativa, às dificuldades em estabelecer critérios de avaliação de aprendizagem, e à reduzida duração do período destinado à escola, geralmente em torno de duas horas diárias.

O mapeamento nacional realizado pelo IPEA mostrou que a maior parte dos adolescentes privados de liberdade no Brasil não freqüentava a escola quando praticou o ato infracional (51%) e não trabalhava (49%), sendo que, entre os que trabalhavam, cerca de 40% exerciam ocupações no mercado informal.

A defasagem idade-série, ou seja, o que se considera o ideal em relação à escolaridade dos adolescentes e jovens, apresenta-se bastante acentuada. Observa-se que 89,6% dos adolescentes internos não concluíram o Ensino Fundamental, apesar de estes se encontrarem em uma faixa etária (16 a 18 anos) equivalente à do Ensino Médio. Em torno de 6% dos que estavam cumprindo medida de internação eram analfabetos. Apenas 2,7% terminaram o Ensino Fundamental e 7,6% iniciaram o Ensino Médio.

Os dados da Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro sobre escolaridade seguem o mesmo padrão. Em 2006, 90% dos jovens que estavam respondendo a processo por ato infracional ainda não tinham completado o

ensino fundamental. Chama a atenção o fato de que a maioria dos jovens estava concentrada no 5º, 6º e 7º ano (50,51%) do ensino fundamental. Apenas 7% dos envolvidos estavam cursando o Ensino Médio. Ao se apresentarem ao juizado, apenas 2% dos jovens declararam não estarem estudando no momento do ato infracional. Esse dado nos orienta a tomar cuidado com as declarações tomadas aos jovens, primeiro por divergir do estudo do IPEA e segundo, por nossa experiência profissional em uma unidade de internação provisória, constatarmos que a maior parte dos adolescentes e jovens não traz nenhum tipo de comprovante de escolarização para juntar à sua documentação. Diante do juiz, dizer que estava estudando, poderia ter a função de atenuar a medida que será imposta pelo magistrado.

Acreditamos que o painel que realizamos sobre as instituições sócio-educativas tenha possibilitado ao leitor situar-se inicialmente no tema de nossa pesquisa. Seria dificultoso, sem essa parte do trabalho, compreender o funcionamento de uma instituição e, sobretudo, entender o papel de uma escola mergulhada no seu interior. Metodologicamente, essa parte do trabalho tem o objetivo de contribuir para a compreensão dos mecanismos institucionais e como os jovens prisioneiros se apropriam do seu cotidiano criando uma cultura institucional que irá se refletir no processo de escolarização conforme traçamos em nossos objetivos.

O próximo passo é explicar o surgimento da Instituição Sócio-Educativa pesquisada, as suas características atuais, bem como a estrutura pedagógica do

Colégio Padre Carlos Leôncio da Silva em sua missão de garantir escolarização para jovens em internação provisória.

CAPÍTULO 2.

O INTERNATO E A ESCOLA: CONHECENDO AS DUAS INSTITUIÇÕES

MENOR ABANDONADO
(Zeca Pagodinho)

Me dê a mão
Eu preciso de você
Seu coração
Sei que pode entender
E o calçadão é meu lar, meu precipício
Mesmo sendo sacrifício
Faça alguma coisa pra me socorrer
Eu não quero ser
Manchete em jornal,
Ibope na TV
Se eu ficar por aqui
O que vou conseguir
Mais tarde será um mal pra você
Não ser um escravo do vício
Um ofício do mal
Nem ser um profissional
Na arte de furtrar
Quero estudar, me formar
Ter um lar pra viver
E apagar esta á impressão
Que em mim você vê

Duas instituições de origens, práticas e missões diferentes se encontram, a escola e um internato para jovens infratores, parte do sistema sócioeducativo do Rio de Janeiro²³. A escola entrou no sistema sócio-educativo para atender as obrigações impostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)²⁴.

Essa parte do trabalho possui o objetivo de apresentar as duas instituições e as dinâmicas isoladas e em conjunto que envolve as duas instituições. De acordo com a nossa perspectiva metodológica utilizamos aqui

²³ Definido pela resolução 01/2002 do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro.

²⁴ Lei nº 8069 de 13 de Julho de 1990.

os documentos oficiais que conseguimos obter, relatórios de pesquisa sobre o órgão, os registros escolares, um dos relatórios enviados mensalmente pela unidade de internação provisória para a Direção Geral do DEGASE e as anotações que em campo realizamos na perspectiva de uma observação participante.

2.1 – O Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (DEGASE) e o Instituto Padre Severino

2.1.1 – A criação do Departamento Geral de Ações Sócioeducativas

O DEGASE foi criado em 1993 pelo Decreto Estadual nº 18493, de 26/01/1993 (Anexo 1), e somente começa a funcionar a partir de setembro de 1994. A convocação de um concurso público para uma grande diversidade de cargos necessários ao funcionamento da instituição foi realizada para que assim fosse possível a sua existência como órgão autônomo. O órgão encampa as funções e as instalações da Centro Brasileiro Para a Infância e Adolescência (CBIA) no estado do Rio de Janeiro após a sua extinção, de acordo com a política de descentralização do governo federal prevista na constituição de 1988²⁵. O decreto de sua criação assim justificava o novo órgão:

²⁵ Já em 1986 a FUNABEM iniciava o processo de descentralização no Rio de Janeiro transferindo responsabilidades para a FEEM e prefeituras municipais do Estado conforme documento orientador dessa nova política (MPAS,1986).

Considerando a descentralização político-administrativa, que atribui aos órgãos federais as funções normativas e coordenadoras e aos órgãos estaduais e municipais a coordenação e execução dos programas de proteção à criança e ao adolescente;

Esse novo órgão ficaria sobre a responsabilidade da Secretaria de Justiça e Interior onde já se encontrava o Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE). Este fato despertou a desconfiança de que o DEGASE se transformaria num mini-Desipe ou “desipinho”, seguindo o paradigma penitenciário (ROCHA, 2000). O *caput* do artigo 22 do referido Decreto acima citado definia a origem do patrimônio do DEGASE:

Será constituído, dentre outros, pelo acervo de bens móveis e imóveis do CERIN, das Escolas Stella Marins e João Luís Alves e do Instituto Padre Severino, além das unidades dos CRIAMs do Estado do Rio de Janeiro, localizados em Bangu, Barra Mansa, Cabo Frio, Campos, Duque de Caxias, Nova Friburgo, Macaé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Penha, Ricardo de Albuquerque, Santa Cruz, São Gonçalo e Volta Redonda, que passam à administração do Estado, por força de Termos de Comodato, conforme Cláusula Segunda, inciso I, alínea a, do Termo de Convênio celebrado e 14.05.1992, entre a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência/CBIA, o Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Estadual de Educação do Menor-FEEM/RJ, com a interveniência da União Federal, através do Ministério da Ação Social, e do Primeiro Termo aditivo de Re-Retificação do mesmo Convênio.

Essa transição, como nos relata MOREIRA (2005), foi traumática em função do campo de disputa para controlar a nova instituição envolta ainda, com uma diversidade do quadro funcional expressa em cargas-horárias diferentes, salários diferentes e, principalmente, pertencentes a quadros funcionais diferentes. Sucedeu-se uma série de rebeliões que dificultaram o seu funcionamento, destruindo as instalações que já se encontravam em estado precário. Os novos funcionários assumiram as suas funções sobre os

rescaldos de incêndios em diversas unidades de internação já sobre o signo da superlotação.

Em sua história, o DEGASE, até os dias atuais, já esteve subordinado a diversas secretarias administrativas do Estado do Rio de Janeiro: Justiça e Interior, Direitos Humanos, Infância e Juventude, Assistência Social e atualmente na Secretaria de Educação. Essa última vinculação data de 30 de maio de 2008 (Decreto 41334 de 30/05/2008). O decreto dessa transferência enfatiza o seu caráter educacional, em sua justificativa, visando valorizar a participação da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC):

Considerando o caráter sócio-educativo do DEGASE, principalmente no veio educacional para a reinserção do menor apreendido na sociedade, bem como ao convívio de seus familiares;

Considerando que a Secretaria de Estado de Educação dispõe de métodos necessários e imediatos para o desenvolvimento de técnicas educacionais em conjunto com o DEGASE em prol dos menores apreendidos;

No início de 2007, antes mesmo da transferência para a SEEDUC, o atual governo do estado busca solucionar um grave problema do órgão: a falta de recursos para administrar, manter as necessidades das unidades do sistema e realizar projetos pedagógicos. O órgão conquista autonomia financeira através da transformação da instituição em unidade orçamentária (Decreto 40797 de 06 de junho de 2007). Essa iniciativa dá condição para incrementar a sua gestão historicamente desorganizada, sofrendo de negligência e desvio de suas funções (MOREIRA, op.cit). Esse decreto também institui uma nova

denominação para o órgão que passa a ser chamado de NOVO DEGASE. A sua logomarca foi substituída por uma outra elaborada pelo desenhista de histórias em quadrinhos Maurício de Souza (Anexo 2).

O NOVO DEGASE administra os Centros Integrados de Atendimento ao Menor²⁶ (15 unidades para o sexo masculino e 1 do sexo feminino) destinados ao cumprimento da medida de semiliberdade; as unidades de medidas de internação (3 unidades para os jovens de sexo masculino e 1 para o sexo feminino), uma unidade de internação provisória (o Instituto Padre Severino), uma unidade de triagem, o Centro de Triagem (CTR). Em meio aberto, o DEGASE conta com duas unidades de atendimento de medida de liberdade assistida²⁷ (uma localizada na Ilha do Governador e outra em Bangu) e uma para jovens com uso e abuso de drogas, o Centro de Tratamento ao Uso e Abuso de Drogas (CITUAD). Uma clínica de internação para usuários de drogas está ligada administrativamente ao CITUAD com vagas para 15 jovens. Nessa unidade são internados jovens com medidas protetivas (ECA, Art.98) ou medida sócio-educativa, quando os juízes entendem que o ato infracional foi cometido em função do uso e abuso de entorpecentes.

Além das unidades administrativas, o DEGASE conta ainda com um Centro Biopsico-social na Ilha do Governador, responsável por uma avaliação

²⁶ Criados ainda à época da FUNABEM.

²⁷ A Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital também administra esse tipo de medida sócio-educativa.

prévia dos adolescentes e jovens quando entram no sistema. Em fins de 2007, passou a funcionar nessa unidade o Sistema de Identificação de Adolescentes(SIAD)²⁸, com o objetivo de mapear a situação civil, médica, familiar, processual e sobretudo, como vem sendo ressaltado pela assessoria de imprensa do órgão, evitar que jovens maiores de idade permaneçam no sistema²⁹. O projeto é uma parceria com o DETRAN-RJ, órgão responsável pela identificação civil no Estado do Rio de Janeiro.

As unidades, em sua grande maioria, são dirigidas por funcionários de carreira introduzidos no sistema através dos dois únicos concursos públicos, em 1994 e 1998, que o órgão em 15 anos de existência. Em alguns momentos as unidades também foram dirigidas por pessoal contratado temporariamente.

Para suprir o déficit de funcionários, sobretudo agentes educacionais e de disciplina, como são denominados os “monitores” dos adolescentes e jovens, o órgão lança mão de contratos temporários através de concurso para esse fim.³⁰No concurso de 1994, a denominação para os monitores era de Agente Educacional. No concurso de 1998 a denominação passou a ser Agente de Disciplina, possivelmente indicando uma contaminação do órgão pelo paradigma repressivo e penitenciário após o arrefecimento dos movimentos sociais responsáveis pelo ECA e o fortalecimento das campanhas

²⁸ O projeto foi indicado em 2008 para o Prêmio Direitos Humanos de Garantia dos Direitos de Criança e Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

²⁹ Informação obtida em www.imprensa.rj.gov.br e fornecida pela Assessoria de Comunicação do DEGASE em 18/12/2007.

³⁰ Diversas leis autorizam essas contratações e podem ser acessadas no site da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

pela “tolerância zero” responsáveis pela propagação de um discurso de controle social e recrudescimento das penas diante do desmoronamento do Estado social, ou como prefere alguns autores, a transição do Estado social para o Estado penal (WACQUANT, 2003). Um novo plano de cargos e salários (Lei nº 4.802/2006) manteve essas denominações e estabeleceu funções diferentes para esses dois grupos.

O NOVO DEGASE, conforme constatamos na pesquisa, não tem a sua missão expressa em documentos que circulem pelas unidades, com diretrizes claras e atividades coordenadas. Considerando as diretrizes para a conformação das unidades de internação e internação provisória, bem como as outras orientações em relação ao atendimento sócio-educativo regulados pelo SINASE, não observamos mudanças na configuração arquitetônica das unidades do órgão para atender a essas orientações. As obras de reformas emergenciais³¹ dos prédios não alteraram a configuração das unidades, limitando-se a concertos e subdivisão dos antigos alojamentos em unidades menores, nos parecendo a tentativa de implantar o velho regime celular de que nos fala o filósofo Michael Foucault (1977). Recentemente as unidades de internação foram cercadas com um tipo de arame farpado conhecido como “concertina”. Aqui carece a dúvida: evitar a fuga, isolar o prisioneiro ou proteger do perigo externo?

³¹ As iniciativas de obras bem como as inaugurações são anunciadas em diversos órgãos de imprensa do Rio de Janeiro e no site oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro (www.governo.rj.gov.br).

O Projeto Pedagógico do Degase foi elaborado no final de 2006 em um encontro de funcionários e gestores³². Esse projeto obedecia a um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) exigido pelo Ministério Público do Rio de Janeiro no Governo de Rosinha Matheus (2002-2006). Após esse encontro não houve mais nenhum outro para avaliar a aplicação das sugestões oriundas dos gestores e trabalhadores do sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro, como pudemos verificar. Notamos também o fato de não circular nenhuma referência a esse documento nas unidades, que também são obrigadas a elaborar os seus projetos pedagógicos, definindo mais claramente as missões institucionais e as atividades pedagógicas.

A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DEGASE

Os órgãos de imprensa costumam cobrar do órgão o seu papel de eficiência ou racionalidade no que diz respeito aos resultados esperados da instituição pela sociedade. Destacamos, de acordo com a pesquisadora Fernanda Bocco (2006), que a mídia assume um papel de provocar reflexões sobre o tema da violência para logo em seguida provocar um debate em torno de mudanças na legislação, na maioria das vezes mais rígida em relação à anterior como as propostas de redução da maioria penal, estimuladas por uma pretensa concentração atos de violência entre os jovens menores de

³² Seminário para Gestores e Equipes Técnicas dos Programas de Jovens do Sistema Socioeducativo realizado entre 23 e 25 de outubro de 2006.

idade. Irma Rizzini (2007) destaca o papel que a imprensa desempenhou na construção do imaginário social sobre crianças e jovens que perambulavam pelas ruas ou cometiam pequenos furtos. Os órgãos de imprensa assumem duas posturas diante dessa questão, segundo Rizzini (op.cit, p.30):

De um lado pressionando as autoridades públicas a incrementar o recolhimento de menores nas ruas e a repressão à criminalidade e, de outro, denunciando as torturas e maus-tratos nas instituições e cobrando mudanças.

Dessa forma podemos dizer que mais recentemente uma série de reportagens do jornal diário O Globo, em 2007, batizada de “Dimenor- os adultos de hoje”, expôs depoimentos de jovens que tiveram passagem pelo DEGASE e hoje encontram-se no Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE). A reportagem também deu destaque ao questionamento sobre os índices de reincidência divulgados pelo DEGASE e pela Vara da Infância e Juventude (VIJ). A pesquisa, que serviu de base para a reportagem, iniciou-se com o levantamento dos processos na Vara da Infância e Juventude no ano de 2000. Após as exclusões de processos que não mantinham relação com o ato infracional de menores, chegou-se ao quantitativo de 2363 adolescentes que foram enviados ao sistema DEGASE, como nos fala a reportagem “este grupo foi escolhido para avaliar a eficácia do sistema DEGASE”. O número de adolescentes que deu entrada no DEGASE foi utilizado para comparar com o destino desses jovens em 2007, já maiores. O jornal carioca (ARAÚJO;

BERTA; DAMASCENO, 2007, p.19) apresenta o resultado final desse levantamento:

Com relação aos menores enviados ao Degase (2363), 18,5% (437) morreram, 34,1% (806) reincidiram como maiores, e 15,3% (361) não tinham anotações criminais, mas tinham outras passagens como menores registrados nos processos estudados. 10,4% (536) não foram identificados no bando de dados do Detran-RJ e só 21,7% (1175) não foram flagrados cometendo crimes depois de 2000.

Considerando apenas os que receberam medidas de internação, o filtro da pesquisa indica que dos 684 adolescentes que receberam medidas de internação em 2000, 19,3% (132 morreram); 39,8% (272) reincidiram como maiores, e 17,5% (120) não tinham anotações criminais, porém praticaram crimes enquanto menores; 10,4% não foram identificados pelo Detran e apenas 13,6% (93) não cometeram mais crimes depois de 2000. Esses resultados representam, diante dos dados apresentados, um fracasso de sua missão institucional e desencadeou no último ano uma série de ações desenvolvidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro como a própria decisão de subordinar o órgão à SEEDUC.

Reproduzo aqui um trecho do artigo de Evandro Steele (2007, p.10) publicado na mesma série de reportagens do jornal O GLOBO. O promotor aposentado e ex-secretário da Infância e Juventude do Rio de Janeiro, onde o DEGASE ficou subordinado entre os anos de 2002 e início de 2006, avalia a questão da reincidência de atos infracionais por parte dos jovens que tiveram passagem pelo sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro:

Quando, no final de 2005, exercemos as funções de secretário de estado da extinta Secretaria da Infância e Juventude/RJ, lá permanecemos até maio de 2006, ocasião em que fomos exonerados pela então governadora, celebramos com o Ministério Público um Termo de Ajustamento de Conduta destinado a por fim às mazelas do Degase. Por este TAC o governo se obrigava a construir quatro unidades de internação no interior, objetivando desafogar as superlotadas unidades da capital/Baixada, readaptar as já existentes, reequipá-las adequadamente, atuar com eficiência nas áreas educacional, com ênfase no ensino profissionalizante, psicopedagógica, de pessoal, objetivando tratamento digno, sem maus tratos nem torturas, ensejar atendimento médico, psicológico, odontológico e de assistência social, enfim na verdade construir um verdadeiro e novo sistema ressocializador.

O desembargador carioca Siro Darlan (2008), citando dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH), afirma que um jovem privado de liberdade custa ao contribuinte R\$ 4.400 por mês. Constatou-se, em visita a uma das unidades do Degase, que esse dinheiro não chegava ao adolescente na forma de infra-estrutura adequada e na satisfação de um mínimo de material de higiene e de uso pessoal. Siro Darlan (ibid.) recorre também ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assumido com o Ministério Público do Rio de Janeiro para avaliar o que tinha mudado no funcionamento do órgão.

Mais uma vez, deixaram de cumprir os compromissos assumidos e deixaram o Ministério Público com o título de execução na mão e os adolescentes infratores. Só eles que foram punidos: continuam na escola do crime e da violência.

Como ressocializar esses jovens mantendo-os no viveiro re-alimentador da violência que os vitimiza desde sua concepção? O resto é hipocrisia e continuar enganando a sociedade através do desvio do verdadeiro debate, que pode levar à paz social tão almeja.

O NOVO DEGASE tem, segundo podemos vivenciar, realizado um esforço para articular as suas ações com entidades da sociedade civil ou outras esferas do poder público. Mário Volpi (2002p.21) utiliza o conceito de *incompletude institucional*, que “pode ser caracterizado pela utilização do máximo possível de serviços (saúde, educação, defesa jurídica, trabalho, profissionalização etc.) na comunidade” que nos ajuda a compreender essa tentativa de articulação.

Convênios importantes para o DEGASE foram mantidos ou ampliados na gestão atual, como o do PRODERJ, que patrocina o *Projeto Liberdade Digital*³³ com o objetivo de efetivar a inclusão digital dos jovens que cumprem medida sócio-educativa. Um outro mais recente, com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), qualifica os adolescentes e jovens em técnicas automotivas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Nas unidades, existem a presença de monitores da ONG Ação Comunitária do Brasil, ministrando aulas de educação física e capoeira, bem como capacitação na área cultural para os funcionários do DEGASE. Uma outra instituição, a Lego Education, relacionada ao fabricante do popular brinquedo de montagem Lego, preparava-se para introduzir um projeto de robótica, no momento em que terminávamos a fase de coleta de dados da pesquisa, inicialmente oferecendo uma capacitação para os funcionários tanto do NOVO DEGASE como da SEEDUC.

³³ Ver página do PRODERJ: www.proderj.rj.gov.br

Para Cruz Neto et Al (2000), a existência de tais projetos, principalmente relacionados às Organizações Não-Governamentais, é extremamente positiva no âmbito do órgão de execução da medida sócio-educativa do Rio de Janeiro. Porém os pesquisadores da FIOCRUZ (op.cit, p.25)³⁴ fazem um alerta em relação ao exercício das funções do poder público:

Perceba-se que esta avaliação positiva sobre a inclusão das ONGs não representa a inviabilização da atuação do Poder Público, que possui amplas condições para assumir também o atendimento direto, atribuindo outras funções à Sociedade Civil Organizada. É lógico que a opção por uma ou outra forma está diretamente vinculada às diretrizes político-governamentais e aos compromissos assumidos com os cidadãos. Justamente por isso fazemos questão de ressaltar as possibilidades, afirmando que ambas necessitam da participação constante de outros órgãos do Poder Público – Secretarias de Trabalho, Educação, Saúde, FAPERJ...- apoio que não foi prestado ao “Sistema Aplicado de Proteção” e do qual os adolescentes muito ressentiram-se.

Dentro dessa estrutura administrativa encontramos pequenas instituições, as unidades³⁵ do sistema. Engrenagens que nos parece não se movimentarem na mesma direção das transformações anunciadas na macro-estrutura do órgão. Uma dessas engrenagens é o Instituto Padre Severino, instituição que, com meio-século de existência, representa em nosso país, ao menos simbolicamente, um modelo de internação já superado pela normativa internacional, pelo ECA e por resoluções do CONANDA que culminaram na elaboração do SINASE.

³⁴ Trata-se do relatório de pesquisa intitulado Sistema Aplicado de Proteção ao Adolescente Oriundo de Medida Sócio-Educativa por Envolvimento com o Tráfico de Drogas. (CRUZ NETO ET ALII, 2000)

³⁵ O SINASE define as unidades como “o espaço arquitetônico que unifica, concentra, integra o atendimento ao adolescente com autonomia técnica e administrativa, com quadro próprio de pessoal, para o desenvolvimento de um programa de atendimento e um projeto pedagógico específico”.

2.1.2 – O Instituto Padre Severino

O Instituto Padre Severino (IPS), localizado no bairro da Ilha do Governador, surgiu com o nome de Instituto Psicoterápico Padre Severino em 1954 no antigo SAM, para ser referência no tratamento de crianças e jovens do sexo masculino que apresentavam comportamento desviante e de difícil tratamento (RIZZINI, I., 2007). O seu projeto inaugural era de um estabelecimento exemplar, com instalações modernas e dotado de profissionais da área da psicologia (ibid). Quando pertenceu à FUNABEM, serviu de pólo de triagem para outras instituições do Rio de Janeiro. As idéias sobre a instituição ser uma “masmorra de menores” e “escola do crime” de alta periculosidade estão presentes ainda hoje, no imaginário da sociedade carioca, tão bem de acordo com o depoimento histórico de um ex-diretor do SAM³⁶. Atualmente as suas instalações pertencem ao DEGASE e é uma instituição de internação provisória, em que o adolescente deveria ficar internado no máximo quarenta e cinco dias³⁷, como normatiza o ECA.

Os problemas estruturais do Degase refletem-se diretamente nessa unidade, quando não o próprio órgão é confundido com esse pela imprensa, que o procura freqüentemente para realizar reportagens. Produções cinematográficas sobre o tema da delinqüência juvenil buscam no prédio da

³⁶ Trata-se do livro *SAM- Sangue, Corrupção e Vergonha*, de Paulo Nogueira Filho.

³⁷ Observamos casos em que esse tempo de internação é desrespeitado, principalmente por comarcas do interior do estado do Rio de Janeiro.

instituição o cenário para as suas locações³⁸. A instituição também é procurada por pais de classe média que almejam disciplinar seus filhos³⁹, demonstrando o que poderia lhes acontecer caso continuem desobedientes, demonstrativo do papel social e da permeabilidade que esse tipo de instituição representa para a sociedade (IGNATIEFF, 1987).

Do SAM e da FUNABEM, o IPS pouco alterou a sua estrutura física. Um pavilhão em formato de quadra coberta separa o setor de atendimento técnico dos alojamentos. Na parte de trás desse pavilhão encontram-se as salas ocupadas pela escola e um enorme “quintal” com árvores frutíferas, uma horta recentemente cultivada, um campo de futebol e uma piscina (que estava em reforma). Uma obra recente subdividiu os antigos alojamentos em 18 sub-alojamentos (1 A, 1 B, 2 A, 2B...) cada alojamento possui oito “comarcas” onde dormem os adolescentes, uma espécie de beliche de concreto armado. Na parte da frente encontramos a parte administrativa e os consultórios médico e dentário, bem como a enfermaria. Na lateral esquerda de quem entra encontra-se a cozinha e um grande refeitório onde são realizadas as refeições tanto dos internos quanto dos funcionários. Um muro bem alto, com concertina, separa a unidade da rua. O muro foi construído em 2003, após uma tentativa de invasão para resgatar um adolescente da unidade conforme apuramos.

³⁸ *Notícias de uma guerra particular* e *Juízo* são exemplos de produções que utilizaram o Instituto Padre Severino como locação.

³⁹ Esse fato foi apresentado na reportagem de Vera Araújo, intitulada “Uma dura lição”, publicada no Jornal O GLOBO de 11 de Julho de 2004, p. 11.

De acordo com o relatório de atividades pedagógicas da unidade cerca de 181 internos aguardavam a medida sócio-educativa. As seguintes atividades eram oferecidas aos adolescentes como sócio-educativas (pedagógicas, terapêuticas e desportivas) no seu interior:

- Evangelização que ocorre três vezes por semana, realizada na forma de culto religioso para o qual a maioria é levada para participar no pátio interno do pavilhão principal;

- Cine DEGASE, uma vez por semana no refeitório com cerca de 40 adolescentes;

- Oficina de Horticultura com 10 adolescentes;

- Oficina de Desenho com 30 adolescentes;

- Musicoterapia que atende cerca de 10 adolescentes, duas vezes por semana;

- Futebol no pátio para todos os adolescentes, três vezes por semana;

- Futebol com instrutores do PAN SOCIAL, duas vezes por semana;

- Capoeira, duas vezes por semana com instrutores da Ação Comunitária;

A presença do culto religioso com a participação de todos os internos reforça uma tendência histórica desse tipo de instituição de utilizar práticas religiosas⁴⁰ como forma de impor um tipo de moral e de disciplina (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004). Observamos que a escolarização não é considerada uma atividade sócio-educativa, pois aparece em parte separada do relatório. Um lapso de conceituação ou um sintoma da desarticulação entre as duas instituições?

⁴⁰ A entidades religiosas que desejam oferecer a assistência religiosa solicitam autorização à Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital.

A rotina das atividades sócio-educativas é afetada supostamente pela divisão dos internos de acordo com possíveis filiações a facções criminosas. As duas maiores facções criminosas⁴¹ são separadas nos alojamentos e não realizam as suas atividades em conjunto. Por enquanto, na escola ainda não existia essa separação, como constatamos, embora tenhamos acompanhado alguns conflitos entre alunos de facções rivais mesmo durante as aulas. Essa situação reproduz a configuração da população carcerária no país, em especial do Rio de Janeiro, conforme relata o relatório final da CPI do sistema carcerário no Brasil da Câmara dos Deputados⁴².

A condução dos adolescentes e jovens para as atividades sócio-educativas e para a escola é realizada pelos agentes de disciplina. Os internos deslocam-se sempre em fila indiana (exige-se linha reta), de cabeça abaixada e mãos para trás. Quando descumprem essa regra imposta pelo cotidiano da instituição invariavelmente são admoestados em voz alta. No refeitório tem-se que aguardar até que todos terminem as suas refeições de cabeça baixa. Não é permitido aos internos circularem livremente pela unidade. O imaginário da periculosidade de jovens associado à superlotação da unidade talvez justifiquem a aplicação desse tipo de disciplina, como nos ensina Foucault (1997). Esse autor nos chama a atenção que é a alma e não

⁴¹ De acordo com o Jornal Folha de São Paulo, as principais facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro são o Comando Vermelho, o Terceiro Comando e a Amigos dos Amigos (ADA). Folha Online, 9/05/2004).

⁴² A CPI do sistema carcerário iniciou os seus trabalhos em 22/08/2007 e conclui o seu relatório em 08/07/2008.

mais o corpo que se quer atingir na sociedade disciplinar, portanto o cotidiano da instituição é marcado pela aplicação de *micropenalidades*.

No caso dessa instituição, os jovens ainda não receberam a medida sócio-educativa e estão sujeitos ao estigma da delinquência, sem mesmo terem sido julgados. Entendemos e compartilhamos o significado de delinquência como aquele utilizado por Foucault (op.cit) que afirma que o delinquente é construído na prisão através de uma exagerada atenção dada a sua biografia e do controle permanente de sua localização no espaço da prisão e do isolamento.

Os alojamentos, como dito anteriormente, já não estão mais nas condições em que foram entregues após uma recente obra da atual gestão do órgão. Pixações e sujeira já tomam conta novamente das paredes, alguns vasos sanitários⁴³ e pias já foram quebrados pelos jovens. Um breve perfil dos internos será apresentado com o objetivo de tentarmos compreender os motivos que levaram à internação provisória no Instituto Padre Severino.

⁴³ Os vasos sanitários substituíram as antigas latrinas apelidadas de “boi” que ficam coladas ao chão do banheiro e que são utilizadas com a pessoa sentada de cócoras.

2.1.3 – Quem são os internos do Instituto Padre Severino?

A capacidade da unidade é de 156 adolescentes e jovens. Uma análise da lotação diária nos mostra que a média diária é de 180, que pode chegar a 200 internos de acordo com dados da Secretaria Técnica do IPS para setembro de 2008.

IPS
TAB. 2.1 - ATO INFRACIONAL SETEMBRO DE 2008

ATO INFRACIONAL	CAPITAL %	COMARCA %	TOTAL %
SUBTRAÇÃO DA VIDA	1 0,980392157	5 6,32911392	6 3,314917
CONTRA O PATRIMÔNIO	32 31,37254902	8 10,1265823	40 22,09945
CONTRA O PATRIMÔNIO COM GRAVE AMEAÇA	39 38,23529412	29 36,7088608	68 37,56906
LEI DE ENTORPECENTES	26 25,49019608	33 41,7721519	59 32,59669
LESÃO CORPORAL	1 0,980392157	1 1,26582278	2 1,104972
ESTUPRO	0 0	3 3,79746835	3 1,657459
OUTROS	3 2,941176471	0 0	3 1,657459
TOTAL	102 100	79 100	181 100

Fonte: Secretaria Técnica do IPS.

Em relação ao ato infracional cometido pelos jovens, a maioria está aguardando medida em função de estarem envolvidos com crimes relacionados, de acordo como o código penal aos de crime contra o patrimônio (TABELA 3.1). Por atentar contra o patrimônio de suas vítimas, 34 jovens estavam internados provisoriamente. Cerca de 64 jovens em

universo estavam envolvidos com ato considerado de grave ameaça contra a pessoa, condição que justificaria uma internação de acordo com o ECA. Desse universo apenas seis internos atentaram contra a vida de outra pessoa ou seja estavam sendo acusados de assassinato. O tráfico de drogas, considerado um dos grandes responsáveis pelo envolvimento com a criminalidade por parte de adolescentes e jovens correspondia a 59 internados (32,5%). Desmembrando os dados, ou seja, separando os jovens oriundos da capital e do interior do

Estado em relação à prática dessa categoria de ato infracional, nos chama a atenção a maior proporção de internos oriundos das comarcas do interior (que inclui a região metropolitana) em relação à capital podendo demonstrar que a presença do tráfico de drogas já se espalhou geograficamente pelo interior do Estado do Rio de Janeiro. Um menor índice de jovens internados por participação na economia do tráfico na capital pode ser justificada pela política de enfrentamento dos órgãos de segurança que resulta quase sempre em morte dos jovens envolvidos nesse tipo de atividade ilícita.

IPS
TAB 2.2 - ADOLESCENTES INGRESSOS POR IDADE
SETEMBRO DE 2008

IDADE	CAPITAL	%	COMARCA	%	TOTAL	%
12	1	0,980392157	0	0	1	0,552486
13	6	5,882352941	2	2,531646	8	4,41989
14	9	8,823529412	9	11,39241	18	9,944751
15	14	13,7254902	17	21,51899	31	17,12707
16	39	38,23529412	27	34,17722	66	36,46409
17	27	26,47058824	22	27,8481	49	27,07182
18	3	2,941176471	0	0	3	1,657459
19	2	1,960784314	1	1,265823	3	1,657459
20	0	0	1	1,265823	1	0,552486
21	0	0	0	0	0	0
22	1	0,980392157	0	0	1	0,552486
TOTAL	102	100	79	100	181	100

Fonte: Secretaria Técnica do IPS

De acordo com a faixa etária, o contingente de internos concentra-se na faixa entre 16-17 anos de idade, correspondendo a 115 internos como podemos observar na TABELA 3.2. A taxa de escolarização dos internos do IPS concentra-se entre a 4ª e 5ª série⁴⁴, indicando a problemática da defasagem idade-série fora do ideal considerado pelo Ministério da Educação.

TAB 2.3 - ESCOLARIDADE DOS JOVENS INTERNOS
SETEMBRO DE 2008

ESCOLARIDADE	CAPITAL	%	COMARCA	%	TOTAL	%
ANALFABETO	3	2,94117647	0	0	3	1,657459
C.A	1	0,98039216	0	0	1	0,552486
1ª Série	3	2,94117647	1	1,265823	4	2,209945
2ª Série	4	3,92156863	5	6,329114	9	4,972376
3ª Série	11	10,7843137	2	2,531646	13	7,18232
4ª Série	20	19,6078431	11	13,92405	31	17,12707
5ª Série	20	19,6078431	24	30,37975	44	24,30939
6ª Série	15	14,7058824	14	17,72152	29	16,0221
7ª Série	15	14,7058824	12	15,18987	27	14,91713
8ª Série	6	5,88235294	8	10,12658	14	7,734807
ENSINO MÉDIO	4	3,92156863	2	2,531646	6	3,314917
TOTAL	102	100	79	100	181	100

Fonte: Secretaria Técnica do IPS.

⁴⁴ A unidade ainda se utilizava da antiga denominação de acordo com séries.

O IPS não dispõe de outros dados estatísticos que relacionem, por exemplo etnia, situação familiar e renda. É intrigante que do total de desligamentos (162 casos), 31,48% são de entrega ao responsável determinada pelo Juiz da Infância e Juventude da capital e das comarcas do interior, indicando que a internação provisória é determinada como castigo, como já nos alertou Arantes (1998). Em equilíbrio está a aplicação da semi-liberdade (32%) e da internação pelo período mínimo de seis meses (24%).

TAB 2.4 - CAUSAS DO DELISGAMENTO DO IPS

DESLIGAMENTOS	TOTAL	%
ABRIGO	7	4,320988
CONSELHO TUTELAR	1	0,617284
CLÍNICA CITUAD-CTDQ	3	1,851852
CLÍNICA REVIVA	1	0,617284
INTERNAÇÃO	39	24,07407
RECAMBIAMENTO	1	0,617284
SEMI-LIBERDADE	52	32,09877
EVASÃO	0	0
FALECIMENTO	0	0
REVERSÃO/DPCA	7	4,320988
ENTREGUE AO RESPONSÁVEL	51	31,48148
OUTRAS MEDIDAS	0	0
	162	100

Adaptada pelo autor a partir de informações da Secretaria Técnica do IPS

São esses jovens que são escolarizados no Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva, vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) e que busca garantir o direito à educação escolar preconizado no ECA. Adiante procuraremos demonstrar o processo de inserção dos jovens internos na escola e as peculiaridades de uma instituição que se encontra no interior de uma outra.

2.2 – O Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva

O Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva⁴⁵ foi criado no ano de 1994 para funcionar no interior do Instituto Padre Severino pelo Decreto Estadual nº 20581 de 28/09/1994 (Anexo 4). Na ocasião, a SEEDUC realizou um processo de seleção entre os professores da rede estadual de ensino para pôr em funcionamento o magistério nessa e em outras escolas que estavam sendo criadas no interior do sistema Degase. O que nos contam os professores mais antigos, que foram lotados nessa escola, é que houve um processo de abandono por parte da SEEDUC, não designando um diretor para as escolas e nem formalizando referências curriculares e o trabalho pedagógico. O funcionamento da escola ficou a cargo de funcionários do Degase que tinham a função de pedagogos e dos professores que aí foram lotados. Esses funcionários organizavam as turmas e as atividades pedagógicas diárias⁴⁶.

Novamente em 1998 retorna a preocupação com o processo de escolarização e a Secretaria de Justiça e Interior (SEJINT) resolve realizar um concurso público para professores de diversas disciplinas do núcleo comum do ensino fundamental. Os professores aprovados nesse concurso somente foram convocados para assumirem os seus cargos no início do ano 2000. Os professores convocados em 1994 seriam transferidos para o DEGASE por

⁴⁵ O Padre Carlos Leôncio (1872-1952) foi educador franciscano e autor de diversos livros na área de educação.

⁴⁶ A constatação parte de um livro de atas que percorre o período de outubro de 1995 a novembro de 1996, registrando as ocorrências diárias das atividades pedagógicas.

força da Lei estadual 2325/98, que transfere 64 cargos da estrutura da SEEDUC para a SEJINT. Esses professores gozariam de vantagens salariais típicas dos trabalhadores do DEGASE. Esperava-se com essa medida resolver o problema da escolarização no interior das unidades de internação.

A direção das escolas era feita informalmente por um dos professores transferidos que assumia a tarefa de coordenar a escola. Não foi senão no início de 2001 que a SEEDUC nomeou um diretor para o Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio. Neste mesmo ano, segundo informam alguns professores, dois diretores foram nomeados, um dos quais abandonou o cargo logo após a ocorrência de uma rebelião que atingiu a instituição e retardou o funcionamento da escola. Daí por diante, somente a partir do início de 2003 é que se iria verificar uma certa estabilidade na função de diretor. A escolha para o cargo de diretor da escola recai sobre os professores que possuem algum tipo de experiência com educação de jovens e adultos, ou que tenham sido professores nessas escolas. A atual diretora, nomeada em junho de 2008, pertencia aos quadros de professores da escola.

Por não se diferenciar administrativamente e seguir as mesmas diretrizes pedagógicas de outras escolas da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, a escola só conta com o diretor para a realização de tarefas administrativas por conta do número de alunos, critério da SEEDUC para lotar servidores nas escolas estaduais. A escola possui 25 professores, que lecionam para o primeiro e segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio. A

origem funcional desses docentes é diferente: do Degase são 11 professores, concursados e contratados pela SEEDUC são 14. A instituição de internação, o Instituto Padre Severino cedeu um funcionário, Agente Educacional com formação em Pedagogia, que faz a ponte entre as duas instituições e auxilia na elaboração da listagem de alunos que passarão a freqüentar as atividades pedagógicas da escola. Uma servente da empresa que presta serviço terceirizado ao DEGASE realiza a rotina de limpeza e arrumação do espaço escolar.

Na estrutura organizacional da SEEDUC foi incluída, em meados de 2008, a Coordenadoria Especial de Unidades Prisionais e Sócioeducativas (COESP), diretamente ligada ao Gabinete do Secretário de Educação. A COESP iniciou um processo de discussão sobre a organização pedagógica e administrativa das escolas que funcionam no interior do DEGASE, expressa no Plano Estadual de Educação (PEE) aprovado no II Congresso Estadual de Educação realizado em novembro de 2007. Esse documento procura alinhar a proposta de educação no sistema sócio-educativo com as diretrizes do SINASE (SEEDUC, 2007, p. 82):

De acordo com os parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (SINASE), o eixo educação nas entidades de medidas sócio-educativas deve dinamizar as ações pedagógicas, estimular o aprendizado e troca de informações e propiciar condições adequadas aos adolescentes para a apropriação e produção do conhecimento.

A primeira diretriz do PEE (op.cit, p.82) é no sentido de “elaborar e implementar uma matriz curricular específica a esses colégios”. Uma outra

preocupação é com a prática pedagógica e o ambiente escolar, que para esse documento deve ser:

visto como um ambiente agradável para que a escolarização seja prazerosa, de formação crítica e criativa, desenvolvendo o respeito e a tolerância às diferenças étnicas, de gênero e classe, criando assim, condições de prosseguimento dos estudos ao término do cumprimento de medida, além de facilitar a aprendizagem.

Em relação à internação provisória, onde está inserida a escola de nosso estudo, a orientação do PEE (ibid, p.83) é que “as atividades pedagógicas devem estimular a aproximação do adolescente com a escola e seus familiares, além de desenvolver metodologia específica ao tempo de permanência na internação provisória”. Podemos aqui enumerar algumas metas principais para o processo de escolarização no sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro estabelecidos pelo PEE:

- Promover concurso público específico para o corpo docente dos colégios de medidas sócio-educativas, formação continuada e avaliação anual dos docentes;
- Reconhecer os colégios de medidas sócio-educativas no Conselho Estadual de Educação e no Plano Nacional de Educação;
- Assegurar a ampliação e redução de classes a qualquer época do ano para atendimento da demanda existente nos colégios de medidas sócio-educativas, contemplando a flexibilização do currículo, carga horária e reformulação do projeto pedagógico;
- Garantir na Unidade de Internação Provisória a escolarização por meio de projeto que garanta uma organização curricular diferenciada, atendendo o caráter transitório do aluno e
- Garantir nos cursos de formação e nas propostas pedagógicas, paradigmas curriculares que contemplem a transdisciplinariedade, com objetivo de se trabalhar as diferenças étnico-culturais e os temas transversais.

A garantia do direito à escolarização é uma das razões para o funcionamento da escola no interior dessa unidade de internação provisória. Porém, a configuração das relações de poder entre escola e internato e a

tensão entre uma proposta de educação e a contenção dificultam a garantia desse direito. A escola não possui autonomia de funcionamento, depende de que os jovens sejam trazidos para as aulas por Agentes de Disciplina e o número de jovens que freqüentam as aulas não corresponde à quantidade de matriculados na escola e constantes da listagem de alunos previamente elaborada. A carência no quadro funcional dos Agentes de Disciplina é freqüentemente utilizada como justificativa para que surja esse problema. A outra questão é o conceito de segurança voltado para evitar a fuga dos jovens (FOUCAULT, op.cit). A desconfiança de que os jovens estejam organizando uma rebelião (até mesmo em outras unidades de internação do Degase) também é o motivo para que as atividades escolares sejam interrompidas, como observamos em diversos momentos.

Os jovens internos, em sua maioria, parecem possuir uma expectativa de virem para a escola em função do relatório que será enviado ao Juiz⁴⁷. Discursos como “ajuda nós com o Juiz” deixam transparecer essa motivação, porém, devido à ausência de pessoal do quadro técnico⁴⁸ do Instituto Padre Severino acompanhando o processo de escolarização dos jovens, não há garantia de que essa informação seja incluída em seus relatórios.

Dessa forma, o Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva constrói o seu projeto pedagógico impensado, de um lado, pelas exigências

⁴⁷ Trata-se do Juiz da 2ª Vara da Infância e Adolescência ou da comarca do município de origem do jovem, responsáveis pela aplicação da medida sócio-educativa.

⁴⁸ O que se chama de técnico do Degase é o corpo formado por Pedagogos, Psicólogos e Assistentes Sociais.

burocráticas da SEEDUC e, por outro, pela dinâmica de uma outra instituição, na qual está inserido.

2.2.1 - A escola diferente : o projeto político pedagógico em construção

A escola buscou alternativas à dificuldade do órgão central em estimular a configuração de uma proposta pedagógica específica para as escolas do sistema. É nesse contexto que vai configurando-se uma cultura escolar que, ao nosso ver, tem no perfil de seus alunos o elemento mais importante de sua formação. Na medida sócio-educativa, a escolarização requer uma profunda compreensão dos processos sociais que trouxeram esses adolescentes e jovens para a instituição sócio-educativa. De acordo com Garay (1998), deve estar baseada no esforço em centrar as suas ações no caráter simbólico da escola, ressignificando-a, e centrada em seus principais atores: alunos e professores.

O Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva iniciou a construção do seu atual projeto no ano letivo de 2003, conforme exigência da LDB⁴⁹. A institucionalização desse projeto pedagógico tomou força a partir do momento em que o tempo de permanência da direção da escola ampliou-se e diminuiu a rotatividade do quadro de docentes. O Projeto Político-Pedagógico dessa escola está ancorado em diversos artigos da LDB, os quais garantem a participação da comunidade escolar na sua elaboração e abre um leque de possibilidades de organização das classes de alunos e formas diversificadas de avaliação. O projeto político-pedagógico não segue nenhuma orientação

⁴⁹ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

oficial (pareceres, portarias etc) dos órgãos normativos da SEEDUC e, principalmente, do Conselho Estadual de Educação. Cabe ressaltar que essa situação criou o que Mello(1998) denomina de binômio “abandono-autonomia” em função do longo período em que essas escolas ficaram sem coordenação da SEEDUC. Se foi salutar no sentido de desenvolver um sistema pedagógico que se aproximasse da realidade da instituição, pode ter sido maléfica no sentido de sua cultura deixar contaminar pelos problemas da instituição sócioeducativa. A relação entre a escola e a SEEDUC é objeto da observação de um dos professores informantes da pesquisa:

Eu acho que a Secretaria de Educação é uma grande máquina administrativa que se perde no momento em que ela tem uma escola diferenciada e ela não sabe nem a diferença da diferença da diferença. São diferenciadas apenas no nome, são escolas literalmente abandonadas dentro de uma macro-estrutura que é a SEEDUC e tudo é feito para a macro-estrutura. (Professora II)

A internação provisória (máximo de 45 dias) inviabiliza a administração de um currículo regular em conformidade com as escolas da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, chamadas pelos jovens internos de “lá de fora”. Um outro professor ajuda a compreender essa questão:

Como a gente sempre debateu é uma escola diferenciada pela própria clientela “os meninos em conflito com a lei”. As pessoas sempre falam “você trabalha no Padre Severino” ? (...) Aqui dentro do sistema é mais fácil da gente trabalhar, embora o nosso tempo seja pouco e a cabeça do menino é bem diferente da gente trabalhar, né? (Professor I)

A opinião sobre a facilidade do trabalho com os alunos do CEPCLS pode manter relação com a forma com que a instituição resolve os problemas disciplinares e de certa forma, como veremos mais adiante, com o interesse que os jovens possam ter dessa escola, principal objeto de nosso estudo.

O espaço da escola ocupa a parte de trás da instituição. É bem conservado, pois recebe recursos financeiros oriundos da SEEDUC⁵⁰ para a sua manutenção. Possui murais decorados pelos professores de acordo com o calendário de eventos culturais, religiosos e esportivos . Cada oficina pedagógica possui a sua sala ambiente para desenvolver as suas atividades. Diversos equipamentos como aparelho de vídeo-k7, aparelho de DVD, televisores e tocadores de CDs enriquecem o trabalho pedagógico. Uma pequena sala, onde são guardados os livros didáticos e os de literatura, é chamada de Sala de Leitura (embora não possua espaço para a leitura)⁵¹. As tarefas administrativas da escola são realizadas em uma outra saleta equipada com um computador e uma pequena máquina copiadora. A sala dos professores é um misto de sala de reunião e de refeições, sendo aparelhada com uma mesa grande, armários, cadeiras, filtro de água, geladeira, cafeteira e forno de microondas. O conforto que esses equipamentos proporcionam contrastavam com as condições de trabalho dos funcionários do IPS.

O eixo principal do projeto pedagógico é a reflexão sobre CIDADANIA, SOCIEDADE e CULTURA. A organização curricular acontece a partir de oficinas pedagógicas que agrupam diversas disciplinas para trabalhar em torno de temas geradores. O objetivo é procurar uma maneira dinâmica de abordar os conteúdos no curto tempo de permanência dos jovens e ao mesmo

⁵⁰ A SEEDUC também repassa recursos financeiros e outros convênios com o Ministério da Educação como as verbas do FNDE.

⁵¹ A escola conseguiu, após longa negociação com a direção da instituição, implantar um sistema de empréstimos de livros de literatura para os jovens.

tempo trabalhar momentos de reflexão sobre os problemas sociais e o próprio envolvimento dos jovens com o ato infracional.

As oficinas agrupam as disciplinas do currículo do ensino básico (fundamental e médio): a) Oficina Ambiental (geografia, história e ciências); b) Oficina de Vivência (artes, filosofia e religião⁵²); c) Oficina de Linguagem (língua portuguesa e inglesa); d) Oficina de Matemática ; e) Oficina Recriarte (Educação Física); f) Oficina de Informática Educativa.

O Colégio Padre Carlos Leôncio da Silva optou por agrupar as diversas séries em etapas de ensino de acordo com o rendimento dos jovens internos no processo denominado de classificação⁵³, fase inicial de ingresso na escola. A classificação é o processo de aplicação ao jovem de um teste para certificar o seu estágio de escolarização, que é confrontado com a sua declaração verbal. A necessidade de se utilizar esse dispositivo é porque raramente esses jovens trazem algum tipo de declaração oficial de escolarização anterior. A classificação possui, inicialmente, esse objetivo de inserção na escola e depois o de possibilitar a retomada do seu processo de escolarização. A declaração obtida pelo jovem segue na sua documentação quando desligado da unidade e teoricamente pode ser utilizada para matrícula em qualquer escola da rede municipal e estadual.

Após o teste de classificação o jovem é inserido em uma das etapas de escolarização. As etapas de ensino são assim definidas:

⁵² Obrigatória a sua oferta no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a lei estadual nº3459, de 14/09/2000.

⁵³ A classificação é garantida pela LDB 9394/96, no artigo 24º.

- a) Classe de Alfabetização;
- b) 1ª Etapa corresponde ao 1º e 2º anos do ensino fundamental;
- c) 2ª Etapa corresponde ao 3º e 4º anos do ensino fundamental;
- d) 3ª Etapa corresponde ao 5º e 6º anos do ensino fundamental;
- e) 4ª Etapa corresponde ao 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental;
- f) 5ª Etapa corresponde ao Ensino Médio.

Em relação ao número de matrículas, o processo de classificação não chega a atingir a todos os internos pois não ocorre imediatamente após a chegada do jovem na instituição. Por isso teremos um contraste entre o número de internos e o número de matriculados na escola. Para aplicar essa avaliação é necessário uma listagem atualizada com os adolescentes que deram entrada na unidade. Então a escola organiza uma outra listagem para que os jovens sejam trazidos para realizar o teste. Isso acaba causando um descompasso entre a entrada na instituição e a matrícula na escola.

A média de frequência, segundo nos informa a direção da escola, é de 60 alunos por dia, nos dois turnos de funcionamento. Na organização das turmas segue-se o critério de no máximo 12 alunos por turma. Em função da elevada defasagem idade-série (Anexo 4), as séries mais baixas são as que possuem um maior quantitativo de alunos matriculados. Em vários momentos do ano letivo a presença de alunos do Ensino Médio não é registrada nas aulas.

A estrutura dessa escola, embora prevista no PEE de 2007, ainda não possuía reconhecimento oficial da SEEDUC. Um dos conflitos que surge em

função da dificuldade de regulamentação do projeto da escola é quando da montagem do quadro de horários. Esse é montado pela escola com bases nas normativas da SEEDUC que somente reconhece a organização das escolas no regime de seriação. Isso acarreta, conforme vivenciamos, um choque entre as necessidades de professores que a escola diz possuir e as contas da SEEDUC. Como a necessidade da escola é suprida em parte pela realização de Gratificação por Lotação Prioritária (GLP), uma espécie de hora extra paga aos professores que suprem as carências em diversas disciplinas, em alguns momentos a escola possui dificuldades em provar que realmente necessita de se utilizar desse expediente, pois o “sistema” de informática da SEEDUC não aceita o formato de organização que essa escola criou.

A “dimensão própria”, como nos ensina António Nóvoa (1995, p.15), assumida por essa escola, evidencia uma resistência em não se acomodar aos parâmetros educacionais e administrativos impostos pela SEEDUC. É também fundamental para esse mesmo autor a compreensão de que é no contexto da escola, enquanto organização, que é possível surgir inovações pedagógicas significativas com mais chances de se consolidarem em detrimento das imposições dos órgãos centrais que gerem a educação. Essa escola possui uma diferença de organização pedagógica em relação àquelas do mundo exterior, sentida pelos jovens e apropriada por eles como um dos elementos importantes de resistência em sua passagem por uma instituição de internação.

O próximo capítulo inicia com a metodologia que utilizamos para desenvolver esse trabalho e apresentamos o desenvolvimento de nossa pesquisa a partir das entrevistas com os jovens, buscando apoio em diversos referenciais teóricos numa perspectiva de sociologia compreensiva com o objetivo de nos aproximarmos da configuração de uma cultura escolar, quando a escola está inserida no interior de uma instituição de privação de liberdade.

CAPÍTULO 3.

A ESCOLA VISTA POR TRÁS DAS GRADES DO INTERNATO

Sonho Juvenil
Guará

Ai que vontade que eu tinha de ter um carango joinha, e morar na Vieira souto ou em Copacabana.
Ai que vontade que eu tinha de ver minha linda pretinha no porte de uma verdadeira dama
De motocicleta, Honda e muita grana; de motocicleta, Honda e muita grana.
Casa de campo com playground pras crianças hoje me vem a lembrança, aquele desejo febril,
Aspirar ar puro, fresco ar primaveril, abrir a janela ver o mar azul, ver a turma me chamando de garoto zona sul, ver a turma me chamando de garoto zona sul.
Ai que vontade que eu tenho de ser feliz e levar a minha vida do jeito que eu sempre quis. (do jeito que eu sempre quis)
Eu queria ser uma flor mais bela no jardim lá da favela e morar de frente ao mar,
Eu queria dar tudo de bom para ela, por um cravo na lapela e sair pra passear,
Eu vou pegar meu barco a vela e navegar, tirar onda nas ondas do mar, e não marejar.

A pesquisa que resultou nessa dissertação teve como âncora autores que trabalham na perspectiva da sociologia da educação. Buscamos compreender em Antônio Cândido (1983) para quem a diferenciação entre as unidades escolares, pertencentes a uma mesma rede de ensino, ocorre em função dos grupos sociais envolvidos em sua dinâmica. De Antônio Nóvoa (1995), a lição de que a cultura escolar é uma resultante de todas as esferas envolvidas no ambiente escolar, administrativas e simbólicas. De Dominique Juliá (2001), a idéia de que as práticas escolares possuem o objetivo de inculcar normas sociais aos estudantes constituindo a cultura escolar, o que para o

nosso estudo torna-se importante ao nos indagarmos se a escola também não participa como componente disciplinador no sistema sócio-educativo.

Em relação às práticas institucionais, utilizamos os trabalhos de Erwin Goffman (2001) e Michael Foucault (1977). O primeiro se origina de estudos sobre a influência das práticas institucionais no comportamento dos indivíduos confinados, no que conceituou como “instituições totais”. Utilizaremos alguns conceitos desenvolvidos por esse autor como “fantasia de libertação”, “sistemas de privilégios” e a existência de lugares aprazíveis no interior das instituições totais: as “ilhas”. O segundo nos traz o conceito de “disciplina” como dispositivo de controle dos indivíduos considerados ameaçadores à ordem social como os loucos, criminosos, vagabundos, menores delinquentes etc. A disciplina tem como função criar o delinquente através de uma série de práticas como a constante vigilância, o esquadrinhamento e o isolamento do conjunto da sociedade com o objetivo de alcançar o espírito, tornar o corpo obediente e ao mesmo tempo útil. Para Michel Foucault, as instituições são lugares de intensificação das relações de poder e se prolongam, atravessam o conjunto das instituições sociais como a escola.

Julia Varela e Fernando Alvarez-Uria (1992) contextualizam historicamente o surgimento da escola e a formação de uma *maquinaria escolar* envolta no disciplinamento de crianças e jovens de origem

trabalhadora nas escolas, sobretudo com o objetivo de aplacar as lutas sociais originadas da nascente classe operária no contexto europeu do século XIX.

Utilizamos o trabalho de Maria Helena Souza Patto (1999), buscando compreender o papel que a escola irá desempenhar na nova ordem burguesa, cuja liberdade e democracia se constitui em promessa dos novos regimes que se instalam no contexto das revoluções no século XIX. A escola seria um meio de alcançar a ascensão social e a cidadania prometida. A autora também contribui com o nosso trabalho quando pressupõe que a sala de aula também é um “espaço de resistência”. Como instituição simbólica, procuramos no trabalho de Lúcia Garay a função da escola enquanto “instituição de existência” com as suas múltiplas finalidades no interior das sociedades. A autora contribui com a idéia de que a escola, diante da sua missão, acaba por enfrentar as contradições da própria sociedade em que está inserida não conseguindo chegar aos seus objetivos.

Nesse capítulo, trataremos da construção de uma cultura escolar e das representações que os jovens possuem da escolarização numa das unidades do sistema DEGASE, o IPS. O estudo se baseia na observação participante e nas entrevistas com alunos e professores. A análise está calcada nas entrevistas semi-estruturadas com alunos e professores, nos trabalhos escolares elaborados pelos alunos e na observação participante das relações entre os principais personagens do espaço escolar. Acreditamos que dessa maneira pudemos nos aproximar do objeto de nosso estudo com um olhar diferenciado

e estabelecer a configuração de uma cultura escolar no interior do sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro.

3.1 – A Cultura Escolar Construída Pelos Jovens Internos

Os alunos estão espalhados pelo pátio aguardando o sinal de entrada. Alguns namoram encostados junto ao muro da escola, outros conversam animadamente em grupos de meninos e meninas. Existem os que permanecem solitários ou acompanhados de um pai ou de uma mãe. A algazarra sempre é muito grande no retorno às aulas.

A cena descrita acima facilmente pode ser vista em diversas escolas espalhadas pelo país. Mas não num determinado tipo de escola que funciona no interior de unidades do sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro. Nessas escolas desenvolve-se um tipo de cultura escolar, típica de uma instituição que funciona no interior de uma outra, objeto de nossa investigação. Como nos ensina Antonio Cândido (1983,p.107), podemos ver na escola uma estrutura administrativa resultante das normas do poder público impostas de maneira racional e uma outra, a estrutura total, “que derivam da sua existência enquanto grupo social”, surgindo do que o autor chama de “sociabilidade própria”.

A escola que funciona no interior do IPS, o Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva (CEPCLS), não poderia fugir a essa regra e podemos

acrescentar que sofre uma outra tensão na formação de sua identidade em função de estar situada no interior de uma outra instituição. Se para Antonio Cândido (ibid.), as escolas se diferenciam por desenvolver relações peculiares a cada uma, o CEPCLS ainda se distancia mais no sentido de ser diferente no que diz respeito às relações entre os diversos grupos. Sendo assim, para esse autor (CÂNDIDO, ibid, p. 111):

Por outras palavras, a escola constitui um ambiente social peculiar, caracterizado pelas formas de tensão e acomodação entre administradores e professores – representando os padrões cristalizados da sociedade – e os imaturos, que deverão equacionar, na sua conduta, as exigências desta com as da sua própria sociabilidade.

O CEPCLS possui o seu “ambiente social”, formado pela interação de jovens que estão temporariamente internados por terem cometido algum tipo de ato infracional e o seu corpo docente. Dessa interação surge uma cultura escolar própria e de que o parâmetro de análise esta de acordo com a definição de Dominique Juliá (2001, p. 10):

Um conjunto de normas que definem condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos a ensinar , e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos.

A análise compreensiva das falas dos jovens e de escritos produzidos em aula tem como objetivo aproximar da formação da cultura escolar do CEPCLS, compreendendo os seus mecanismos de interação com a outra instituição, o IPS. A análise das entrevistas nos possibilitou isolar algumas

categorias que acreditamos serem fundamentais para uma perspectiva de educação escolar e sistemas de privação de liberdade: o papel social da escola, a escola como espaço de liberdade, o projeto da escola no olhar dos jovens e a resistência à própria escola no interior do sistema sócio-educativo.

3.2 – A Promessa da Escola

No contexto da formação da ordem social burguesa na Europa, a escola assume a função de formar novos cidadãos que ascenderiam socialmente pelo mérito pessoal (GARAY, 1998; PATTO, 1999). Em nosso país, no século XIX, a escola surge como mecanismo de controle social através da promessa de civilizar os mais pobres como demonstram os estudos de Ione Celeste Jesus de Sousa (2006). Essa autora nota a existência de escolas no interior das prisões na Bahia e nos mostra como os presos se utilizavam da escola de acordo com os seus interesses e, às vezes, preferindo as atividades laborais que lhes possibilitavam alguma renda.

Os jovens internos do IPS dão mostra de partilharem do ideal propagandeado pela escola: ela possibilita o sucesso individual, o mérito pessoal e a racionalidade. Podemos reforçar a nossa afirmação com que nos ensina Maria H.S. Patto (op.cit, p.40):

O fato de os novos homens bem-sucedidos o serem aparentemente por habilidade e mérito pessoal – já que não o eram pelos privilégios advindos do nascimento – confirmava uma visão de mundo na qual o *sucesso dependia fundamentalmente do indivíduo (...)*

Esse imaginário sobre o papel da escola é bastante difundido no senso comum e nos parece de difícil contestação. É bastante reproduzido nas entrevistas dos jovens para quem o papel da escola é possibilitar a ascensão social que se conquista através de bons empregos, o que só é possível, segundo parecem crer, com a educação escolar. As representações dos jovens internos apontam para o valor simbólico da escola em suas vidas.

De repente tu pode ganhar dinheiro com um curso e está na série mais baixa não pode entrar. (Jovem 1)

A escola é futuro, para arrumar um emprego, sem arrumar um emprego nós não é nada. (Jovem 2)

Sem a escola não podemos arrumar um emprego, melhorar o currículo, o jeito de falar. (Jovem 3)

Para Lúcia Garay (op.cit), as instituições funcionam em consonância com as funções que adquirem na sociedade. O funcionamento da sociedade é resultante do funcionamento de suas instituições. Sendo assim, a escola não cumpre apenas uma função educativa. As funções “econômica, de trabalho, de crédito, assistenciais, de contenção psíquica, de controle social, de poder, de prestígio (op.cit, p.112) estão entre as funções que ela pode exercer enquanto “instituição de existência”.

Também para os professores da CEPCLS, a função da escola estaria em garantir um lugar melhor na sociedade. No entanto, os professores parecem

atribuir o ato infracional justamente à falta de esforço para estudar e trabalhar para atender aos estímulos da sociedade de consumo que lhes oferecem um mundo de coisas que dificilmente com o salário humilde (como os jovens chamam o salário mínimo) poderiam comprar.

A pessoa tem que estudar, tem que fazer por onde. Eu gosto muito de tocar nesse assunto, pois não existe outro caminho. É uma opinião minha. Eles querem as coisas dessa forma, se eu não tenho eu vou tomar. Eles só vêem o produto final e a caminhada dessa história. (Professor 4)

A instituição de existência pode ou não possibilitar os seres humanos a viver, trabalhar, educar-se e criar o mundo à sua imagem (ibid.). A escola, reconhecida enquanto instituição, está mergulhada nas “contradições e paradoxos” da sociedade moderna. A realização de sua missão institucional é dificultada na prática. Os objetivos pedagógicos, ancorados no ideário de justiça e desenvolvimento, social chocam-se com a organização burocrática e disciplinar dessa instituição.

Se para as escolas “lá de fora”, Lúcia Garay (ibid.) afirma que existem dois espaços, o do aluno, o pedagógico, e o do professor, o de trabalho, no interior de uma unidade sócio-educativa de privação de liberdade, um terceiro espaço aparece: o da própria instituição destinada a executar a medida sócio-educativa. Para os jovens, a escola adquire o sentido de uma possibilidade de “largar essa vida”. Voltar a estudar torna-se uma promessa. Nota-se que é muito forte associação que a sociedade faz entre escolarização e envolvimento com um ato infracional.

Negócio de assalto, já botei um negócio na cabeça: não quero saber dessa vida. Vou procurar um trabalho. Vou voltar para a escola, fazer um curso. Isso eu não to falando de boca para fora. (Jovem 1)

Meu sonho era fazer uma faculdade. Ser alguém na vida. (Jovem 7)

No entanto, a promessa da escola pode esbarrar nas dificuldades do mundo real em garantir, pelo menos a permanência dos jovens nela. As estatísticas escolares demonstram a defasagem idade-série fora do ideal propagado pelo Ministério da Educação (MEC). Ao mesmo tempo em que reconhecem a importância que a escola poderia representar em suas vidas, termos como “rígidas”, “chatas” e “exigentes” são denominações que freqüentemente aparecem nas entrevistas dos internos quando perguntados sobre as escolas “lá de fora”.

Os professores lá de fora eu acho que são mais rígidos. Pegam mais no pé dos alunos. A pessoa faz uma falhazinha já quer dar castigo. (Jovem 1)

A escola aqui é legalizada. Lá era mais rígida, cobrava disciplina, a escola normal, a única diferença é que não era legalizada. (Jovem 2)

A escola “lá de fora” culpa os jovens pelo seu fracasso. O trabalho escolar parece não dar conta da realidade dos jovens da periferia e das favelas das grandes cidades. Ao mesmo tempo, a escola é permeável aos problemas sociais, como a violência urbana, que se torna vizinha aos seus muros. As gangues de jovens ou as facções criminosas, como no Rio de Janeiro, adentraram a vida nas escolas, de acordo com Eloísa Guimarães (1998). Segundo essa autora a negociação, entre diretores de escola e traficantes, a pressão desses sobre professores e a suspensão das aulas passaram a fazer parte do cotidiano das escolas públicas localizadas em áreas dominadas por

traficantes de drogas. “Os conflitos intra-escolares se revelam e se intensificam em escolas que recebem grupos formados, ligados a facções e/ou galeras diferentes” afirma Eloísa Guimarães (ibid, p.121). Entre os jovens internos do IPS, essa realidade emerge como um dos possíveis fatores de abandono da escola.

Acabou que eu me destaquei. Abandonei minha família. Como é que eu ia viver num lugar que não tinha recursos. A droga é o motivo da minha decadência. Trocar idéia talvez eu me dava bem. (Jovem 2)

Por causa do tráfico, da droga. Se perde, não tem limite. Deixa a família, vai viver na rua. Tem uma família que não dá orientação. (Jovem 3)

Tinha arrumado uma briga no colégio e todos dia eles estavam correndo atrás de mim. Estava indo, mas depois que começou a briga fingindo que ia para a escola. (Jovem 4)

Em relação ao espaço do CEPCLS, não existe a divisão de turmas por facção, embora existam relatos de professores sobre pequenos conflitos existentes entre jovens de facções diferentes. Também percebemos que eles acabam por se separarem durante as aulas, não interagindo nas atividades propostas. Como nos relata um jovem, a coexistência pacífica na maioria das vezes é decorrência das normas impostas pelos agentes de disciplina, o “funcionário”, para permitir a presença dos jovens nas aulas. Quem não respeitar as normas da casa no espaço da escola não será mais chamado para a escola.

Duas facções. Uma quer tomar uma, a outra quer tomar a outra. Respeita a escola por causa dos funcionários. O funcionário falou não tem briga na escola. Na escola tem que respeitar. Não tem facção, é estudar e volta para o convívio. (Jovem 9)

O abandono da escola “lá fora” pode estar relacionado a esse fator e a um outro vinculado à estrutura econômica da família. Diante das dificuldades

econômicas da família, as suas crenças na promessa da escola começam a diminuir e a promessa da “rua” vai se constituindo mais atrativa. A expectativa de sucesso pessoal é deslocada para uma outra esfera, a do tráfico de drogas. Poder, ostentação de armas, mulheres e sobretudo uma renda fácil (cf. CRUZ NETO ET ALII, 2000) obtida no tráfico de drogas são razões mais fortes para se viver segundo o depoimentos dos jovens internos.

Às vezes a gente está estudando mais nossa família precisa de uma coisa e não tem como dar sustento. Ai você está na escola aparece uma proposta para arrumar um emprego ou uma parada para arranjar um dinheiro. As vezes tu abandona a escola e vai para aquilo que você sabe que vai arrumar um dinheiro e vai botar o sustento dentro de casa (Jovem 1)

Tive que parar de estudar para trabalhar. Estudava de manhã, comecei a faltar, a matar aula. Perdi meu pai com 5 anos de idade (Jovem 3)

Tive que sustentar minha namorada que estava grávida. (Jovem 10)

Buscando aprofundar essa questão retornamos ao trabalho de Guimarães (op.cit, p. 215) sobre as relações entre os jovens da periferia do Rio de Janeiro com a escola :

A escolaridade não representa, para esses jovens, uma possibilidade real de mudança em suas vidas, de modo a projetar no futuro uma utilidade ampla e um sentido para os estudos. Mesmo os que afirmam desejar uma profissão futura que, teoricamente, pressuponha um nível mais alto de escolaridade, com engenharia, advocacia, fisioterapia, não relacionam os estudos com a profissão almejada e afirmam não estudar.

A esse respeito um dos professores entrevistados acredita que não existe esforço pessoal dos jovens para ter acesso aos bens de consumo. As dificuldades de participar da sociedade de consumo com a própria renda acaba com o envolvimento no mundo do crime.

A pessoa tem que estudar, tem que fazer por onde. Eu gosto muito de tocar nesse assunto, pois não existe outro caminho. É uma opinião minha. Eles querem as coisas dessa forma: se eu não tenho eu vou tomar. Eles só vêem o produto final. E a caminhada dessa história? (Professor 4)

Entretanto, em nossa perspectiva, a escola pode constituir-se em uma ponte com o mundo exterior. Apega-se a ela como resistência às condições de cumprimento da medida de internação provisória, dando a essa escola um significado próprio. Um espaço de convívio, tolerância às diferenças, como veremos, de liberdade.

3.3 – A Escola-Ilha da Liberdade

Uma das funções das instituições totais é a de proteger a sociedade dos “perigosos intencionais”, ou seja aqueles capazes de ameaçarem a tranqüilidade do lado de fora dos muros que separam dessa mesma sociedade e impondo uma vida administrada por um certo período de tempo como analisa Erwin Goffman (2001). Consideramos então que uma unidade de internação, mesmo que provisória, pode ser classificada como uma *instituição total*.

Ao se apropriarem do cotidiano da instituição, os internos encontram nela lugares aprazíveis, de fuga, capazes de proporcionar uma série de atividades que o levem para fora do “mar morto” institucional. Para Erwin Goffman (ibid., p.196), esses lugares são capazes de “ajudar o indivíduo a suportar a tensão psicológica” provocada pela constante quebra da naturalidade dos gestos e imposição de uma rotina administrada por horários

rígidos e por um sistema de privilégios que visa o controle do indivíduo. Atividades como ir ao banheiro, beber água ou acender a um cigarro exige uma constante humilhação ou “etiqueta de submissão” para realizá-los como observou Erwin Goffman (op.cit), portanto os lugares aprazíveis são os lugares onde se pode gozar um pouco mais de liberdade e satisfazer os seus desejos.

Ao confrontar o CEPCLS com a instituição sócio-educativa - o IPS - o primeiro parece aos jovens, de acordo com as representações que pudemos depreender de suas falas, a “ilha” de que nos fala Erwin Goffman. Os jovens discorrem nas entrevistas sobre as diferenças entre as duas instituições ancoradas nas diferenças do trato pessoal e nas condições de conservação física entre os dois espaços.

Aqui é mais assim, mais limpo, trata a gente bem. Aqui a gente pode conversar com você. A gente pode ficar mais a vontade, não pode ficar muito a vontade lá. Lá é mão para trás, cabeça baixa, não pode fazer nada. Vocês conversam mais com a gente do que o pessoal lá da frente.
(Jovem 5)

Muita diferença. Aqui é melhor, mais arejado, não tem tanto confisco com o funcionário, aqui fica mais a vontade. Lá tem que ficar do outro jeito. É melhor aqui. Mais limpo.
(Jovem 10)

Lá é muito horrível. Lá eles gostam de humilhar os outros. São muito mal educados, gostam de bater. Aqui eles falam da vida primeiro. (Jovem 7)

As instituições totais também proporcionam as cerimônias institucionais (op.cit). Esses são momentos de maior proximidade entre os internos e os funcionários da instituição. A escola, nesse contexto, é quem cumpre a função de proporcionar atividades com o cunho de integrá-los no IPS. Vivenciamos

na fase de campo da pesquisa diversas cerimônias relacionadas ao calendário religioso como a Páscoa e o Natal. O Dia das Mães é uma outra data bastante celebrada. Nesses momentos, os internos elaboram “brindes” que serão presenteados aos responsáveis. Em geral, são as mães que estão presentes nessas comemorações⁵⁴. A avaliação feita por um jovem de uma oficina destinada a confeccionar cartões para o dia das mães testemunha o sentimento do jovem e o seu envolvimento na atividade.

Hoje foi uma aula que para eu e meus demais amigos mandar uma mensagem para a nossa mãe que elas devem sempre estar com nós. Sei que é no dia 11 de Maio, nós não tivemos essa oportunidade de comemorar (J.H)

O CEPCLS se diferencia por proporcionar algumas amenidades. O lanche servido como merenda escolar, a troca de informações com um colega do mesmo bairro ou cidade que está em um outro alojamento, assistir a um filme parecem preencher a lacuna de atividades sócio-educativas que não são oferecidas pelo IPS.

Aqui é bem melhor, tem alguma coisa pra fazer. Encontro meus amigos, meus colegas, lá nós só fica com os do alojamento mesmo. Tem outros moleques de Cabo Frio. (Jovem 5)

Uma lição importante podemos refletir dessa fala. Formam-se grupos “cooperativos difusos” durante as aulas do CEPCLS. Esses grupos são definidos por Antônio Cândido (1983, p.116):

⁵⁴ Essas comemorações acontecem no sábado anterior ou subsequente à data comemorativa. A instituição mantém no sábado o dia das visitas no horário da tarde.

Tais grupos constituem por ventura o aspecto mais interessante e menos estudado da vida escolar. Sob a aparente tranqüilidade desta, eles subsistem e agem com uma força constante, que, por exercer geralmente às encobertas e contra a superordenação legal, lhes confere um poder integrador raramente alcançado por outras formas de convivência. Cada escola os terá desta ou daquela forma, em maior ou menor número, com atividade mais ou menos eficiente.

De encontro a essa definição, podemos também trazer a existência de uma cultura própria que se desenvolve de forma original no pátio escolar na hora do recreio, própria de crianças e jovens como afirma Juliá (2001).

Erwin Goffman também trabalha como o conceito de “fantasia de libertação”, uma constante projeção da liberdade após o cumprimento da medida sócio-educativa ou a possibilidade de fuga da instituição. A escola propicia até mesmo alguns poucos momentos de contato com o mundo exterior. A visita ao Museu Antônio Parreira⁵⁵, localizado no município de Niterói ou uma visita programada ao Pão-de-Açúcar, no município do Rio de Janeiro são exemplos de atividades realizadas pela escola ao longo de 2008 que possibilitaram esse tipo de contato, aguçando ainda mais a fantasia de libertação dos internos. Trechos de uma redação elaborada após a visita ao museu demonstram o estado de espírito que um jovem vivenciou nessa atividade cultural.

Eu já fui algumas vezes ao museu do Recife, mais cada vez é diferente da outra, você sente sensação diferente, cada vez que você vai.
A minha sensação foi de alegria, eu adorei você se renova limpa sua alma.
(...)

⁵⁵ Um convênio entre a SEEDUC e o Museu Antonio Parreira possibilitou a participação e visita dos jovens internados do IPS no Projeto Oficina do Olhar do qual resultaram redações e desenhos inspirados na obra do pintor que batiza o museu. Cerca de oito jovens participaram da visita.

No quadro de Antônio Parreira ele gosta muito de retratar a natureza, é muito legal. (T.)



Fotografia 3.1 - Participação dos alunos do CEPCLS no Projeto Oficina do Olhar no museu Antônio Parreira (Niterói-RJ)

Podemos entender que, se a escola é o “último elo de uma extensa cadeia de dominação, a sala de aula é um lugar privilegiado no qual professores e alunos contribuem ativamente para a constituição da escola como “realidade rebelde” (PATTO, op.cit, p.112). A busca por um projeto pedagógico que se adapte ao tempo destinado à escolarização e a uma clientela flutuante pode estar significando a formação de um campo de resistência nas relações institucionais que se dão entre o CEPCLS e o IPS. A escola incorporou no seu projeto pedagógico o objetivo de contribuir para a construção de cidadania e respeito aos direitos dos jovens internos.

3.4 – Uma escola diferente?

Historicamente a escola surge como espaço de disciplinamento, como nos ensina Varela e Alvarez-Uria (1992). O surgimento de dispositivos disciplinares está em consonância com o surgimento da escola como espaço de educação e disputa. A origem social dos educandos determinaria as características da educação que se desenvolve nesses espaços. Assim para os filhos das classes trabalhadoras, a criança pobre, seria destinado o espaço de confinamento, os internatos, com função de disciplinar. A deferência ao professor, a exigência de silêncio e o isolamento em fileiras de carteiras exemplificam a disciplina dos alunos das classes populares ainda de acordo com os autores citados acima.

A instituição sócio-educativa, o IPS, funciona de acordo com um paradigma disciplinar de segurança, baseada numa constante vigilância sobre os indivíduos internados. Como nos ensina Foucault (1977, p.221):

a prisão, local de execução da pena, é ao mesmo tempo local de observação dos indivíduos punidos. Em dois sentidos. Vigilância é claro. Mas também conhecimento de cada detento, de seu comportamento, de suas disposições profundas, de sua progressiva melhora; as prisões devem ser concebidas como um local de formação para um saber clínico sobre os condenados.

Os agentes de disciplina posicionam-se no corredor de forma a garantir a vigilância das salas e atender uma possível solicitação de algum professor. O espaço da escola não colabora para essa vigilância. As salas possuem jardins de inverno em seu interior que podem tornar-se possíveis lugares de

fuga, criando um desconforto no olhar “panóptico” dos agentes. Essa característica do espaço escolar do IPS exige a presença de muitos agentes de disciplina para cobrir ainda as salas fora do corredor, na parte de trás da instituição.

Tem-se o interno como perigoso e portador de “anomalias” congênicas, ameaçadoras da sociedade e por isso esse indivíduo deve ser isolado. Sendo assim, todas as atividades que estimulem a participação coletiva são mal vistas pela instituição, pois chocam-se com o paradigma de segurança. Dessa forma é que no espaço da CEPCLS não se tem uma liberdade de circulação para os alunos ou alega-se constantemente que não há agentes para garantir a “segurança” das aulas.

Sem a disciplina conseguiria. Conseguiria. Eles nem falam, o negócio é bater. Bater na cara pega mal. (Jovem 7)
Aqui a gente se comporta por causa dos agentes. Se não fosse os agentes na hora do refeitório, fazia guerra de colher. Tacava um no outro. (Jovem 9)

Mesmo alguns professores acreditam que sem esse dispositivo institucional na condução das atividades sócio-educativas não seria possível o seu trabalho com os alunos.

Para a gente trabalhar é necessário ter um sistema de segurança. Dependemos dele. (Professor 4)
Percebo que às vezes tem uns embates. Infelizmente a gente está dentro de uma instituição que a requer, a segurança tem esse valor máximo (Professor 5)

De acordo com outro professor, a prática disciplinar dos agentes está condicionada a uma rotina de “bater cadeado” (Professora II), distante da compreensão de que deveriam exercer uma função educativa no interior da

instituição. Até porque são esses agentes de disciplina que estão em contato cotidianamente com os jovens. Esses agentes estão também sujeitos a sindicâncias, punições e transferências caso haja a ocorrência de rebeliões e fugas. A possibilidade de ser punido talvez seja a explicação para a prática de contenção dos jovens e adolescentes, restringindo as atividades escolares, culturais e esportivas. Está é a idéia de “massacre” que os internos possuem e que é lembrado por uma educadora da escola.

O grande desastre é a repressão que existe que causa esse massacre nos adolescentes, que causa esse desconforto nos adolescentes. (Professor II)

Os internos que freqüentam a escola parecem dominar esse espaço e reconhecer a sua utilidade na medida de internação provisória. Não esperam “curtir” um tempo vago ou a hora do recreio, e os limites de circulação impostos como não poderem ir ao banheiro ou beber água, porém passar o tempo e distrair a mente cumprem uma das finalidades da escola para eles.

Esquecer que tu ta aqui dentro. Faz um trabalho e parece que a gente está na pista. (Jovem 1)

No Padre só jogamos bola. Aqui eu vou a várias atividades. (Jovem 3)

Foto cedidas pelo CEPCLS



Fotografia 3.2 - Confeção de Ovos de Páscoa pelos alunos do CEPCLS.

O Projeto Político Pedagógico do CEPCLS foi elaborado com base em alguns dispositivos da LDB 9394/96 que possibilitam uma flexibilidade de organização curricular, horários e níveis de ensino. Já o ECA estimula, no capítulo dedicado ao direito à educação, experiências pedagógicas que tenham como objetivo recuperar o sentido da escolarização e dar respostas aos problemas crônicos como evasão escolar e repetência. O eixo principal do projeto é a questão da CIDADANIA e seus objetivos referem-se ao processo de escolarização para retirar os jovens de um processo de anomia social e estimular a participação no conjunto da sociedade (CEPCLS,2007,p.12)

O que podemos fazer com (no sentido de juntamente) os nossos jovens? Devolver o sentimento de pertencimento a um grupo social. Tirá-los da anomia. Fazê-los participantes de suas comunidades, lutando para transformá-las em lugares agradáveis na cidade. Contribuir para que sejam cidadãos, no sentido daqueles que vivem na cidade, envolver-se nos seus problemas, criticar e questionar as formas de poder e sobretudo,

ainda que tenham cometido um ato infracional, ter os seus direitos garantidos.

As aulas se desenvolvem em forma de Oficinas Pedagógicas com o objetivo de desenvolver a construção do conhecimento (op.cit). Ou seja, os jovens participam ativamente das aulas que às vezes contam com mais de um professor desenvolvendo o tema previamente selecionado em uma reunião pedagógica convocada para esse fim. São utilizados vídeos, matérias de jornais e revistas, encartes de supermercado, livros como recursos didáticos para desenvolver os temas.

Os jovens internos comparam os métodos de ensino do CEPCLS com o que vivenciaram em termos de escolas “lá fora” e o tratamento dado às matérias curriculares não alcança o grau de dificuldades das escolas da rede regular de ensino.

Porque aqui a gente não estuda todos os dias e as matérias que a gente estudava lá. As coisas que os professores passavam lá não passam aqui. É diferente. (Jovem 1)

Essa escola é diferente. Aqui a gente faz um trabalho só, lá a gente faz um monte de trabalho. (Jovem 2)

Pois essa escola é molezinha, porque os professores deixam agente mais à vontade, não tem provas e exercícios. (Jovem 3)

A escola tem uma visão de fora, vê o menor como um errante oprimido, como um bicho do mato que nunca fala. (Jovem 4)

O esforço de tentar romper com os formalismos da SEEDUC, utilizando-se de diferentes recursos didáticos e buscando formas diferentes de

tratar conteúdos curriculares é visto pelo alunado como “diferente” e “molezinha”, pois a carga de atividades diárias é muito pequena diante das escolas do outro lado do muro. Sem falar que não existe trabalho de casa e nem leitura obrigatória. Aos jovens internos não é permitido levar cadernos, canetas e lápis para os alojamentos⁵⁶. Porém, a escola possui um sistema de empréstimo de livros, que obteve sucesso entre os internos, segundo depoimento do professor envolvido na organização. O empréstimo de livros obteve a permissão da direção do IPS e começou a funcionar no ano de 2007.

Uma outra questão levantada é sobre o tempo destinado à escolarização. Observamos que a frequência à escola é condicionada a um rodízio entre os alojamentos e de acordo com os plantões de agentes de disciplina. Por isso que emergem falas sobre o tempo da escola.

Ter mais um pouco de pessoas. Aluno também. Muito pouco que vem.
Na sala só tem dois, quatro. Pouco tempo, maior um pouco. Tempo maior nas aulas. (Jovem 5)
Gostaria de ter mais aulas. (Jovem 10)

Os internos afirmam gostar da escola e prometem o retorno a ela quando saírem da internação provisória. Indicação de que ao menos em alguns momentos, a escolarização pode estar contribuindo para a escolha de um novo caminho em suas vidas. Um uso da escola pelos jovens pode estar relacionado com a liberdade e a sua conquista. As palavras mãe e liberdade

⁵⁶ Tentamos localizar essa proibição em normas escritas do DEGASE ou do IPS sem obter sucesso. O ECA não impõe e nem o SINASE impões esse tipo de limitação.

talvez sejam as mais repetidas no interior da instituição pelos internos como podemos ouvir e constatar nos trabalhos escolares analisados.

Eu queria estar de liberdade no aniversário de minha irmã, porque o da minha mãe dia 27/10 eu já passei preso. (sem identificação)

Nos murais espalhados pelo espaço escolar observamos que as mensagens dos professores reforçam essas perspectivas. Pudemos recolher expressões como: amor em família, amor de mãe, carinho, paz, felicidade, vida, respeito, dedicação, responsabilidade, educação, sabedoria, amor, união etc. e acabam transparecendo um objetivo que não está institucionalizado no Projeto Pedagógico da Escola: a crença no adestramento moral como forma de afastar os jovens do cometimento de ato infracional. Em resumo, os jovens devem “tomar juízo”.

A prática disciplinar do internato é refletida na fala dos jovens e reforça a perspectiva de liberdade. No interior do sistema sócio-educativo, a escola parece assumir um significado próprio para os alunos, relacionado à idéia de liberdade: liberdade de interagir com os colegas e com os professores. O tratamento diferenciado em relação ao adestramento a que são submetidos no dia-a-dia do internato é um fator realçado nas entrevistas e percebe-se como lembra um professor entrevistado que as solicitações dos jovens são sempre antecedidas da expressão “com todo respeito” (Professor I), mesmo quando estão na escola, reflexo dessas condições de institucionalização.

Foto cedida pelo CEPCLS



Fotografia 3.3- Comemoração do dia da Páscoa em 2006.

As entrevistas com os jovens demonstram que esse caráter disciplinar toma conta da rotina institucional do IPS. O descumprimento das regras impostas pode significar o sofrimento de sanções ou admoestações que extrapola a função e a ética profissional. É claro que os problemas estruturais são também determinantes da representação que os jovens realizam da unidade de internação provisória.

Aqui foi muito ruim para mim. O sofrimento. Aqui a pessoa fica desanimada não tendo a sua liberdade. A pessoa tem que ter a liberdade. Estou aqui preso não posso fazer nada. Isso aí é lição para qualquer um. Qual a pessoa que vai querer isso ficar preso em grade sendo esculachado. (Jovem 1)

Não sei se é pelo serviço deles, ou se é eles mesmos tratar a gente assim. Porque vocês, todo mundo é igual, vocês não tratam a gente assim. (Jovem 4)

A diferenciação entre os dois espaços, tanto do ponto de vista das relações humanas que nos dá a entender que estão baseadas no “acolhimento”

dos jovens e na cordialidade, quanto do ponto de vista arquitetônico, leva a uma aceitação da escola como lugar da liberdade, nem que seja por algumas horas por dia.

Aqui tem mais paciência, é pouco aluno, mais paciência. O professor daqui ele não briga com nós, é muito educado. Dá carinho, dá conselho. Os de fora não dá conselho para nós. (Jovem 7)

Para um dos professores, a aceitação da escola por parte dos alunos pode estar relacionada a um momento de escolha que o jovem tem que fazer. Caso não se agarre a essa oportunidade de escolher um novo caminho de vida, iniciando pela volta à escola, mais dificilmente se livrará do ciclo de punição, indo ou voltando para o sistema como alguns jovens que, depois de cumprirem a medida sócio-educativa, acabam por retornar ao sistema e obrigatoriamente retornam pelo IPS.

Tem que haver algum motivo muito forte para que ele queira mudar a vida dele. Se você consegue sensibilizar eu acho que a gente já fez um grande trabalho. É movimento da própria pessoa, a vida tem escolhas. (Professor 4)

Por outro lado, ser chamado para a escola faz parte de um *sistema de privilégios* de que nos fala Goffman (1993). Os ataques à individualidade (o “eu”) do interno não suprimem as vantagens que podem ser adquiridas para aqueles que se adequaram às regras institucionais ou fingem terem se adequado. Com esse interesse são instruídos de acordo com as regras da instituição de forma a ter acesso aos privilégios. Essa entrevista é significativa do caráter diferenciado da escola e do acolhimento que alimenta o desejo de freqüentá-la enquanto os jovens cumprem a internação provisória. A

representação dos professores sobre os adolescentes é percebida por esse jovem.

Poxa! A atenção daqui... Entendeu? As pessoas te tratam com se você fosse um bicho do mato e ganhasse um passarinho já adestrado. O do mato você ia tratar com mais cautela, seria coitadinho, vou ensinar a comer, um cachorro que você pega na rua, você ia ensinar a comer direitinho, você ia cobrir ele, aqui é tua casinha, tá me entendendo, os menores infratores são muito mais chegados, muito mais apegados, eles (os professores) nos transmite um valor, um valor que não tem preço, um valor pra ter humildade, o valor do amor como se tivesse um amor a cada um de nós. Entende?

A escola tem uma visão de fora, vê o menor como um errante oprimido, como um bicho do mato que nunca fala. (Jovem 2)

Não são todos os jovens que partilham da mesma opinião sobre a escola. A resistência foi observada no momento em que ocorria a separação para que os jovens fossem conduzidos às salas de aula. Diversas razões podem contribuir para que isso ocorra, é o que objetivamos compreender em seguida.

3.5 – A Resistência à Escola no Internato

A escola não fazia parte da vida de muitos jovens internos quando da imputação do ato infracional. Como pudemos constatar nas entrevistas, a maioria dos internos estava afastado da escola por diversos motivos e em série muito inferior ao que seria esperado para a sua idade. Em nossa vivência no sistema educativo e nas observações para essa pesquisa sempre sentimos o desejo dos jovens internos nessa e em outras unidades de serem “chamados”⁵⁷

⁵⁷ Como os internos denominam o ato de serem selecionados para participarem das atividades pedagógicas nas unidades do DEGASE.

para frequentar a escola. Porém, nos chamou a atenção o fato de alguns alunos resistirem a frequentar as aulas mesmo quando já estavam formados para entrar nas salas de aula. Alguns entrevistados externaram essa resistência à escola:

A escola eu acho melhor aqui, mais não gosto daqui não. (Jovem 4)
A mesma coisa, não gosto daqui não, sou forçado, não gosto não. (Jovem 5)

A esse respeito tomo a fala de um dos professores informantes da pesquisa que trabalha na escola há pelo menos oito anos. Esse professor expõe o esforço para quebrar a resistência ao processo de escolarização por parte dos jovens.

Eu me entendo muito bem com as minhas turmas. Muitas vezes eles entram revoltados, dizem que não querem, que querem mais brincar no campo, mas daqui a pouco ele vão se entrosando, já vão ficando, até que no final, quantas vezes a gente escuta professora bota o meu nome outra vez, me chama no próximo dia. (Professora 3)

Uma justificativa é apresentada por outro professor, a de que os jovens selecionados para as aulas são obrigados a aguardarem de cabeça baixa no refeitório até que todos os módulos sejam trazidos para o café-da-manhã .

Os meninos para virem para a escola ficam quase uma hora de cabeça baixa. Passa a ser um castigo vir para a escola. Acredito ter adolescente que desiste de vir para a escola e não quer ser chamado para a escola pois vai ficar uma hora de cabeça baixa. Ele fica de castigo antes de vir para a escola. Até que ele descubra que essa escola é inclusiva, que vai abrir portas, ele pode optar por não querer vir. (Professor 2)

De acordo com Goffman (op.cit), a resistência que os internos apresentam às atividades institucionais pode estar relacionada como o estágio inicial de sua carreira moral, o “pré-paciente”. Como nos diz Goffman (op.cit,

p.103), “os novatos entram nas instituições totais com diferentes estados de ânimo”. Isso quer dizer que não estar ali por ser voluntário pode gerar resistências relacionadas a mudanças profundas no que o autor citado chama de “auto-governo”. A aceitação da escolarização, poderia estar relacionada com o que Goffman (ibid, p.160) denomina de “ajustamentos primários”, isto é

quando um indivíduo contribui, cooperativamente, com a atividade exigida por uma organização, e sob as condições exigidas – em nossa sociedade com o apoio de padrões institucionalizados de bem-estar com o impulso dado por incentivos e valores conjuntos, e com as ameaças de penalidades indicadas – se transforma num colaborador; torna-se o participante “normal”, “programado” ou “interiorizado”.

Essa situação de resistência à escola teve como resultado a determinação por parte da direção da unidade de internação provisória, ainda que verbal, de que os jovens não poderiam desistir da sua frequência à escola quando já estivessem na fila. Apesar dessa situação e de não termos acesso aos relatórios de fiscalização da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital, fomos informados que uma das principais queixas dos jovens é a frequência irregular às aulas quando da fiscalização por parte dos comissários da VIJ- Rio de Janeiro.

Alguns jovens parecem possuir a percepção de que essa escolarização não lhe será útil quando se desligar da unidade. Esse fato se justifica pela ausência de um trabalho conjunto com a equipe de técnicos e a escola no sentido de orientar sobre a possibilidade de utilização da declaração escolar

para matrícula em outras escolas das redes estadual e municipais como foi notado durante a pesquisa de campo. Como afirmam os professores entrevistados, o trabalho do CEPCLS e do IPS não se complementam no sentido de garantir que a presença na escola melhore a sua avaliação que será enviada ao juiz sobre as suas atividades no interior da instituição. Essa avaliação é um dos critérios para a determinação da medida sócio-educativa que será aplicada ao jovem.

A instituição de internação provisória impõe a sua disciplina limitando o funcionamento da escola e de certo modo influenciando o comportamento dos jovens. Os conflitos que ocorrem nos alojamentos ecoam no espaço da escola como um “tomar cuidado” pois os internos estariam agitados e poderiam ameaçar a segurança. A dificuldade de distinguir os dois espaços por parte dos alunos é notada por essa professora:

Eu acredito que para alguns faça diferença sim. -Há estou preso! Eles não conseguem dissociar o espaço de lá daqui. Para eles é difícil está num espaço onde não tem a sua liberdade para eles, nessa idade é uma coisa complicada. Ele tem que estar muito disposto. Vai sair daqui e vai voltar para aquele mesmo ambiente. (Professor 4)

Observamos que essa escolarização também não é valorizada. O horário da escola disputa com o “pátio” a preferência dos internos. Enquanto uma parte é levada para a escola, a outra fica no pátio ou no campo de futebol. Muitos jovens são chamados para atendimento técnico no horário da aula e às vezes o desligamento da unidade ocorre nessa hora. A idéia de passatempo

domina o interesse de freqüentar a escola por parte dos jovens internos e também complementa a instituição no sentido de que é obrigada a oferecer atividades sócio-educativas sob pena de sofrer sanções do órgão fiscalizador, o judiciário. O depoimento de um dos professores entrevistados nos dá a pista de que a desqualificação do trabalho escolar acontece cotidianamente.

Primeiro é essa conscientização do ensino para esses meninos em conflito com a lei, porque o Estatuto é bem claro: tem que haver essa obrigatoriedade, tem que ser cumprido. Muitas direções não vêem isso, acham um passatempo, enquanto estão cumprindo essa medida, tanto que as vezes acontece, como aconteceu outro dia que eu estava na sala e chegou uma pessoa e falou para os meninos pra que eles estavam aprendendo isso aqui, o que não deveria acontecer na frente dos meninos. A gente tenta passar alguma coisa de educativa para ele e muitas vezes eu fico com a cara quebrada. É muito triste! A gente batalha meses pra conseguir fazer um mínimo aqui para uma aula boa e uma pessoa em um minuto acaba com o trabalho.

(Professor I)

A conjugação de diversos fatores é responsável pela resistência a freqüentar a escola na internação provisória. Vê-se sobretudo que a distância entre as duas instituições no que diz respeito ao processo de escolarização nos dá a dica de que os internos compreendem que a questão da sua *liberdade* independe da freqüência à escola. No próximo item apresentamos algumas das manifestações culturais que surgem na privação liberdade e, como pudemos apurar, funciona como um *moto-perpétuo* transmitido de forma intermitente para quem chega na instituição de privação de liberdade.

3.6 – As manifestações culturais no espaço da privação de liberdade

As instituições totais, apesar dos muros e dos arames farpados, não são impermeáveis ao mundo exterior e nem os indivíduos internados abandonam as suas influências culturais (IGNATIEFF, 1987). Observamos que as formas de manifestações culturais e até mesmo as representações sobre a instituição e a escola na privação de liberdade tomam a forma, por exemplo, de *rap*. O *rap* pode ser ritmado com o *hip-hop* ou pelo funk. O ritmo funk não é tolerado no interior da instituição e não toca durante as festividades e evita-se na escola. De uma forma geral, nos alojamentos, os internos não possuem acesso ao rádio e à televisão, bem como aos jornais e revistas. Nem por isso deixamos de perceber as suas manifestações culturais quando privados de liberdade.

Esses jovens participam ativamente do “mundo funk” carioca (cf. VIANA, 1993), embora ali estejam despojados do uniforme de funkeiro (tênis nike, camiseta e bermudas Redley, boné e cordões de ouro e prata etc), trocado momentaneamente pelo uniforme obrigatório na instituição (camiseta, bermuda e chinelo de dedo). As influências do universo cultural oriundo de suas comunidades de origem é percebido durante o horário escolar. Vocabulário específico desse grupo são ouvidos nas conversas entre eles. É interessante notar que de acordo com a facção criminosa a que está ligado, as expressões são modificadas como por exemplo: “é nós” para os membros do Comando Vermelho e “a gente” para os membros do Terceiro Comando. Para

os professores essas manifestações são imutáveis e requer um certo “jogo de cintura” para conseguir que as atividades escolares aconteçam.

Está enraizado. É da comunidade. O tipo de mundo deles. (Professor IV)

Quando se utilizam do *rap* no interior da instituição deixam representar todas as “fantasias de libertação”, a situação física da internação e obviamente a saudade de sua comunidade de origem como nesse que conseguimos coletar com a colaboração espontânea dos jovens.

Vivo somos traídos,
Presos esquecidos
Mortos só deixamos saudade, é paz, justiça e liberdade
Ai que saudade que eu tenho dos irmãos
Cadeia não é lugar de recuperação
Engaiolados sem poder curtir o sol
Hoje não podemos jogar o nosso futebol
Mas a agonia aumenta sempre a cada dia
Só me alegro quando é dia de visita
As vezes penso vou sair aqui de dentro
Mas essa p... aqui é o suicídio lento
Pode ser um criminoso ou réu
Quebrar a perna, ser um marginal no céu
Periculoso do morro do Borel
Mas eu confio em deus porque nele eu sou fiel

A letra do *rap* foi escrita em 2007, em um caderno de poesia elaborado para um Sarau Literário organizado pela escola como produção original. Aqui ela aparece com algumas modificações na letra, talvez resultado da forma oral de transmissão. Ao analisarmos a letra e compararmos com o que eles escrevem às vezes nas carteiras das salas de aula ou no material didático distribuído pelos professores, percebemos aí dois lemas de uma das facções criminosas que disputam o tráfico de drogas no Rio de Janeiro: “paz, justiça e liberdade” e “Deus é fiel”. Um dos versos também reproduz um debate sobre o papel que teria a privação de liberdade para a recuperação de quem cometeu

um *ato infracional*. Para nós a lição que fica é que as condições da privação de liberdade e o rigor da disciplina anulam qualquer tentativa de dar à internação um caráter de educação. Todas as relações sociais com o mundo do crime, acabam por se reproduzirem ali naquele espaço e a escola é um dos mecanismos de que esses jovens podem ser utilizar para suportarem as agruras do sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro.

Uma outra tendência de manifestação cultural é a construção de objetos a partir de outros materiais presentes no cotidiano da privação da liberdade. As condições de internação são responsáveis pelo surgimento das “engenhocas da cadeia”, expressão divulgada por Miranda Neto et al (2008) sobre as invenções dos detentos nos presídios do Rio de Janeiro. De acordo com os autores citados (ibid., p. 2) as “engenhocas” podem sinalizar algo bem mais do que a demonstração da engenhosidade dos internos, indicando o caminho de como se dão as relações entre os internos e a instituição, bem como as brechas para fugir da disciplina e da vigilância imposta no interior da instituição por funcionários com essa função:

Diante disso, percebemos que esses objetos nos revelam mais do que a precariedade das condições de vida nas cadeias. Por meio deles é possível apreender também as tensões escondidas nas formas que as relações interpessoais tomam forma, bem como os interesses envolvidos nessas relações, que são flexíveis.

Uma série de “engenhocas” é construída a partir de papel higiênico (os “bzs”), sacos plásticos (porta-quadro), sabonetes (quadros com mensagens) e

a linha dos lençóis que se transformam em pulseiras trançadas. A construção das engenhocas possui um sentido de burla das regras da instituição, porém as mesmas acabam por serem toleradas como forma de evitar conflitos entre jovens e agentes, como é o caso do “bz”, uma pequena chama que serve para acender cigarros e afastar mosquitos. O “bz” também pode iniciar um incêndio nos alojamentos.

O quadrinho de sabonetes é uma das engenhocas preferidas dos jovens internos. Ela é feita com os pedaços do sabonete e carregam inscrições indicativas de carinho para a mãe ou a namorada. São entregues no dia da visita aos seus responsáveis. Ou seja, conseguem sair dos alojamentos com a permissão dos agentes. A fotografia abaixo é representativa desse tipo de objeto construído nos alojamentos.

Autor: Marcos Santos



Fotografia 3.5 Cordão e quadro elaborados com sabonetes e fiapos de lençóis.

Um outro aspecto da cultura transmitida oralmente que pode ser colhida no espaço da escola através do trabalho de uma das oficinas pedagógicas da

escola, a Oficina de Linguagem, são as estórias de assombração. Uma delas a da enfermeira que foi estuprada e morta por um interno há muito tempo atrás e que passeia a noite pelos alojamentos. A outra é a do gato que foi morto porque miava muito atrapalhando o sono dos jovens e que faz as suas aparições noturnas no alojamento.

Essa cultura que se desenvolve no meio social dos internos demonstra como pode ser importante o papel desempenhado pela escola do sistema sócio-educativo. Esse potencial de criação dos jovens pode ser canalizado para a expressão artística e de certa forma para conhecer as demandas de sua clientela com o objetivo de tornar o cumprimento da medida sócio-educativa eficiente. Um projeto pedagógico que leve em consideração essas manifestações tem mais chance de dar resultados.

Por outro lado é um indicador de que a privação de liberdade no sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro reproduz vícios do sistema penitenciário. As práticas institucionais do IPS perpetuam o imaginário de segregação e criminalização da juventude pobre, anulando todo o paradigma de direitos trazidos pelo ECA.

APROXIMAÇÕES FINAIS

ABOLIÇÃO NÚMERO DOIS
(Solano Trindade)

Parem com estes batuques,
Bombos e caracaxás,
Parem com estes ritmos tristes e sensuais

Deixem que eu ouça
Que eu veja
Que eu sinta
O grito
A cor
E a forma
da minha libertação...

Segundo o dicionário eletrônico Wikipédia, a *aproximação* é alguma coisa ainda inexata, porém pode estar tão próxima a ponto de ser útil. O nosso objeto de estudo – a escolarização em processo de internação provisória – não pode ser visto por todos os ângulos que gostaríamos. Faltou-nos também, talvez, mais coragem para “fuçar” as entranhas do sistema. Podemos atribuir as causas aos limites impostos por uma dissertação de mestrado. Procuramos estar presente em todos os momentos institucionais e principalmente aqueles que contassem com a presença dos jovens. Tivemos consciência a tempo que era necessário manter uma vigilância sobre o recorte e até onde poderíamos chegar, sob o custo de produzirmos diversas pesquisas incompletas, formando uma colcha de retalho. Problema de pesquisa é o que não falta no sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro e muito mais em relação à escolarização no interior das unidades de internação.

Os jovens aqui são categorizados como em “conflito com a lei”, como

sugere o ECA. O novo paradigma traduzido no Estatuto é de esses jovens são “sujeitos de direitos”, conforme podemos observar na trajetória histórica da legislação e institucionalização de jovens que cometeram atos infracionais. Estes jovens estão em cumprimento de medida sócioeducativa de internação provisória determinada pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital.

Em nosso trabalho pudemos compreender que mesmo uma escola no interior de uma unidade de privação de liberdade se desenvolve uma cultura própria resultante da interação entre alunos e professores, somando-se também a presença dos operadores do sistema sócio-educativo. A cultura que aí se desenvolve é consequência do esforço para garantir o processo de escolarização. Contribui para a formação dessa cultura o tempo de permanência dos adolescentes e o paradigma de segurança que limita o tempo e a frequência às aulas por parte dos internos. Os internos atribuem um significado a essa escola que vai além das exigências legais para o seu funcionamento. A escola é um lugar aprazível para os seus alunos, onde podem gozar de algumas regalias que não se encontram no espaço da instituição sócioeducativa e encontram um discurso moral entre os professores que lhes confortam momentaneamente.

Nos chamou a atenção também uma cultura própria que se desenvolve na privação de liberdade e que tem origem nas condições estruturais da

instituição socioeducativa. Primeiro a relação com o mundo funk carioca expressa em *raps* que denunciam tais condições estruturais e o tratamento dado a eles quando estão internados. Segundo, a construção de objetos a partir de outros materiais que, apesar da vigilância constante, os internos conseguem elaborar e burlar as *normas da casa* fazendo chegar até aos seus familiares tais objetos.

A análise das políticas públicas destinadas a crianças e jovens no país demonstra que mesmo estando em vigor uma legislação preocupada em salvaguardar direitos básicos como educação, saúde, proteção contra maus tratos e da própria violência do Estado, representada pelo ECA e das normativas internacionais, das quais o Brasil é signatário, não houve mudanças significativas no tratamento dispensado a jovens infratores nos últimos anos em relação à história das políticas públicas anteriores.

A situação das instituições destinadas a aplicar as medidas sócio-educativas em todo o país deixa a desejar, no sentido das suas instalações, da superlotação (indicativo de que a internação é a medida mais aplicada), do processo de apoio às famílias e da própria segurança dos jovens. Jovens, em sua maioria, oriundos das “classes perigosas”, são tratados como delinqüentes “sem salvação” nestas instituições, que a priori, serviriam para recuperá-los e devolvê-los à sociedade para exercerem a sua cidadania plena. O imaginário da sociedade reforça a idéia de periculosidade dos jovens que não tem relação

com os dados estatísticos oficiais em relação ao tipo de ato infracional cometido pela maioria dos que estão internados provisoriamente ou aguardando a medida sócio-educativa. A consequência é recrudescimento do debate sobre a maioridade penal, que, se modificada, só colaboraria para transferir o problema da “recuperação” para os presídios, igualmente sem condições estruturais e superlotados, o que reforçaria ainda mais o caráter da segregação deste segmento social. Que país é esse que teria como principal política pública para a sua juventude- onde sempre se depositou a esperança de um país do futuro- o encarceramento em presídios?

A internação provisória se assemelha a um castigo. Através do castigo procura-se recuperar estes jovens, isolando-os da sociedade mais ampla. A “mortificação de suas almas” serve para que se tornem passivos diante da miséria e de suas consequências, como o preconceito e estigma. Uma evidência é a procura da instituição por pais de classe média para mostrar aos filhos o que poderia lhes acontecer caso continuem no caminho da desobediência e envolvidos em atos anti-sociais.

Sendo assim, a pesquisa nos indicou alguns caminhos para a continuidade da escolarização, como a importância de dar atenção à cultura trazida por eles e não tratá-la como inferior. Também é possível resistir as normas burocratizantes dos órgãos centrais da educação buscando novos caminhos para a organização da escola, principalmente essas que se destinam

aos jovens que estão envolvidos com um ato infracional.

Os autores das pesquisas aqui analisadas sobre a escolarização em espaços de privação de liberdade expuseram o pensamento de que a escola é apenas uma amenidade, satisfaz privilégios de quem se submete à disciplina da instituição. Nesse trabalho fomos mais além nesse tipo de análise.

Em primeiro lugar enxergamos que a escola está entre a maré das normatizações burocráticas da SEEDUC e o rochedo do DEGASE, representado por sua unidade - o IPS -envolto em um paradigma historicamente construído de disciplinamento e construção de delinquência dos jovens internos – o que se dá através de um discurso de segurança institucional ouvido cotidianamente: “- tem que manter a segurança”. Essa cantilena ecoa também no espaço da escola, quando a principal justificativa para que nem todos estejam na escola é a “falta de agentes”, e sem esses não existe possibilidade de acontecer a aula. Em relação a SEEDUC, observamos que não existe uma atuação no sentido de resolver os impasses institucionais e de contribuir para que o trabalho escolar seja organizado em torno de diretrizes pedagógicas objetivas. Presenciamos, durante a pesquisa de campo, a SEEDUC repassando algumas atividades culturais e projetos traçados na esfera central sem a participação dos profissionais de ensino das escolas, a não ser executando. Para que ocorram essas atividades é necessário que a própria escola negocie com a direção da unidade a liberação de agentes que possam acompanhar os internos. Obter essa liberação é dificultosa e ocorre

como se fosse um favor feito para a direção da escola. Esse é um exemplo que por si só demonstra que não existe esforço em relação à direção da unidade de internação provisória para que prevaleçam as atividades escolares, culturais e esportivas sobre o paradigma de segurança.

No registro de saída da unidade é apontada a entrega aos responsáveis como o motivo de maior razão de desligamento. Ou seja após a audiência com o juiz uma grande parcela obtém a liberdade e saem da instituição acompanhados de seus pais. Onde está a “periculosidade” que justificaria um aparato de segurança e controle permanente dos internos ao ponto de lhes negar direitos fundamentais?

Em segundo lugar nos aproximamos da idéia de que os jovens internos utilizam-se do espaço escolar e de suas atividades como um campo de resistência ao processo de institucionalização. A mudança de postura corporal, a participação nas aulas, e até mesmo o bom comportamento e a deferência à autoridade dos professores - cada vez mais rara nas escolas públicas e privadas - são indicadores de que ali a *malandragem é ficar na moral* para garantir a presença em outros dias enquanto estiver internado.

O projeto pedagógico do CEPCLS não é realizado às *escondidas*. Foi feito um esforço para apresentá-lo aos órgãos dirigentes e fiscalizadores, como necessário a esse tipo de clientela e adaptado ao tempo de permanência dos jovens na instituição. Porém, o funcionamento entra em choque com as normativas da SEEDUC, principalmente quando diz respeito ao quadro de

horário dos professores e à organização das turmas de acordo com a escolaridade anterior. Quando encerramos a nossa pesquisa de campo não havia ainda nenhuma proposta de normatização do funcionamento dessa escola e de outras do interior do sistema por parte do Conselho Estadual de Educação.

Os jovens sentem essa escola como *estranha*. Existe uma tentativa de desconstrução do modelo de escola “lá de fora” por parte dos profissionais de ensino que atuam nesse espaço. O currículo e a seriação são questionados por esses profissionais diante das características de sua clientela e do tempo de permanência na unidade. As disciplinas fundem-se em oficinas que trabalham com temas geradores que se diversificam ao longo do ano letivo. Em alguns momentos, a escola parece cair na tentação do discurso moral e acaba também por dar ouvidos excessivamente às “histórias tristes” dos internos. As datas religiosas do calendário são o momento para esse *fraco pedagógico*. A escola é contaminada por um discurso moral-religioso, esvai-se o laicismo republicano. Os jovens participam cantando hinos religiosos, confeccionando presentes para as mães, fazendo enfeites para o natal e a páscoa.

A cultura escolar do Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio desenvolve-se, de um lado, a partir de uma *autonomia-abandono* gerada desde o início de seu funcionamento, criando *jeitinhos* para satisfazer as cobranças da SEEDUC e muito longe do funcionamento de outras escolas da rede estadual de ensino, inclusive nos aspectos administrativos. Do outro lado, adaptando o

seu funcionamento à rotina do IPS que impõe o horário de início das aulas e o seu término. O envio dos jovens à escola depende da condução dos agentes e existem indícios de que - apesar da listagem dos adolescentes enviados pela escola - existe um filtro que adapta a quantidade de jovens a proporção de agentes disponíveis ou a quantidade ideal para manter a “segurança da casa”.

As duas instituições precisam existir. O CEPCLS necessita da Instituição Sócio-Educativa para existir. Não se justifica a sua existência sem que os alunos sejam trazidos para as aulas. Embora a escola também tenha um caráter também disciplinador, a instituição de caráter total impõe restrições à atuação de uma outra instituição que ao invés de isolar, de tornar os “corpos dóceis”, trabalha com o coletivo, aplica afetividade e abre espaço para o questionamento das práticas institucionais que não estão de acordo com a legislação e as normativas do CONANDA.

O CEPCLS, mesmo não tendo alunos, abre as suas portas para se proteger de uma possível sanção do Juiz da Infância e Adolescência ou da Promotoria da Infância e Juventude. Parece não se relacionar com a aplicação da medida sócio-educativa do ponto de vista de contribuir para a integração social destes jovens e a diminuição dos atos infracionais. E apesar disso, os jovens podem utilizar-se dela para escolherem um caminho diferente para suas vidas. Somos testemunhos de alguns que retornam para pegar a sua declaração de escolaridade para matricular-se em uma outra do “lado de fora”. É um dos momentos de grande euforia da direção escolar e dos professores

como se ali descobrissem alguma utilidade para tanto esforço em fazer funcionar e tornar essa “escola diferente”.

A representação que os jovens tem da escola como um mecanismo que permite melhorar a sua posição social, ser “alguém na vida”, poderia ser um gancho importante para uma retomada do valor simbólico da escola na vida desses jovens. A crença na função da escola pode ser o caminho para o que o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (SINASE) chama de reinserção social.

Nos aproximamos também de que não se trata apenas de uma situação de conflito entre as duas instituições. Se a escola está ali por que é uma exigência legal, à ela são dados sentidos e significados em decorrência da experiência escolar e profissional dos adolescentes e dos professores, respectivamente. Seja possibilitando a expressão dos jovens envolvidos em situações limites de violência em seu cotidiano, seja buscando cumprir a sua missão educadora a partir de propostas de atividades culturais dentro da unidade ou fora dela. Ou realizando um esforço para tornar os conteúdos escolares acessíveis e com boa receptividade, através de temas geradores.

Para futuras pesquisas acadêmicas sobre o tema deixamos a sugestão de um novo objeto de pesquisa que começa a despontar com o surgimento de alguns trabalhos significativos: a constituição de uma “forma escolar”⁵⁸ em espaços de privação de liberdade e, sobretudo, nas instituições sócio-

⁵⁸ Baseada em SHULLER (2002)

educativas do país é tema relegado ao abandono nos estudos acadêmicos, com algumas exceções. A presença de um corpo estranho, a escola, que corresponde a diretrizes diferentes de uma outra instituição, sem o necessário diálogo interinstitucional para o cumprimento de uma mesma função social deveria receber mais atenção aos pesquisadores no campo da educação.

Um outro debate emerge nesse processo de escolarização. Que tipo de currículo deve ser desenvolvido por essas escolas? O currículo em funcionamento satisfaz as necessidades de ressocialização desses jovens? A defasagem idade/série conseqüência do longo tempo sem freqüentar a escola é um indicativo de que não é possível repetir a mesma fórmula de escolarização desses jovens do “lado de fora”.

Essas questões estão relacionadas à ausência de um treinamento específico para atuar nesses espaços escolares e a sua continuidade ao longo do exercício profissional do magistério nessas instituições. Torna-se urgente uma política de capacitação por parte da SEEDUC e também do próprio NOVO DEGASE, se possível articulado com as universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, representadas por suas Faculdades de Educação.

Nota-se também a ausência dos órgãos que gerem a educação escolar na rede de proteção social. A escola, como um dos direitos fundamentais consagrados na Constituição de 1988, deveria ser o centro das políticas públicas para a juventude em nosso estado e em outros, por estar presente em praticamente todas as comunidades e bairros próximos ao cotidiano de vida

dos jovens. Não conseguimos compreender a ausência da SEEDUC e das Secretarias de Educação dos Municípios nos Conselhos de Direitos da Infância e Juventude prestando contas de suas políticas e ações para diminuir a repetência e a evasão escolar.

Estruturalmente, o sistema sócio-educativo carece de uma descentralização em nosso estado como já foi anunciado em diversos momentos pela atual direção do órgão. No IPS encontramos jovens de diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro, distantes até 300 quilômetros da Ilha do Governador – onde está localizado a instituição. Não é possível atender a cerca de 200 jovens e acompanhá-los dentro da instituição com este quantitativo e sobretudo não se garante a escolarização obrigatória para todos. Quando falamos de descentralização não se trata de construir mais unidades espalhadas pelo estado, falamos de unidades menores (máximo de 40 adolescentes e jovens), próximas às suas residências e com atividades sócio-culturais, como o SINASE recomenda. Sem atentar para essas recomendações, existe o perigo de que obras nas instalações físicas das unidades do NOVO DEGASE signifique insistir na velha política de “reformatar o reformatório”, como reflete Irma Rizzini em alguns de seus trabalhos.

Por último, gostaria de reforçar junto a meus colegas de trabalho nas escolas do DEGASE, de todas as origens funcionais, a necessidade da continuidade da assunção de um compromisso ético com o cumprimento do

ECA e do SINASE. Como professores não podemos permitir o desrespeito aos direitos fundamentais da juventude justificados pelo paradigma de “segurança”. Sabemos que as frustrações cotidianas em nosso trabalho de educador em espaços de privação de liberdade arrefece a nossa motivação. Nos sentimos impotentes diante dessas relações de poder que fogem à esfera do local da escola. Portanto, podemos aprender com os “nossos meninos” a força da palavra RESISTÊNCIA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Geral

ARANTES, Esther Maria de M. **Sobre as propostas de redução da maioria penal**. Rio de Janeiro, 2008: Fundação São Martinho (Centro de Defesa D. Luciano Mendes). p. 16-17

_____. **Envolvimento de adolescentes com o uso e tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. In BRITO, Leila Maria Torraca (org). **Jovens em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 63-74.

ARAÚJO, Vera; **BERTA**, Ruben; **DAMASCENO**, Natanael. **Dimenor: Os adultos de hoje**. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 Dez.de 2007. RIO, p.19.

BOCCO, Fernanda. **Cartografias da Infração Juvenil**. Niterói, 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – UFF.

BORGES, Rafael Caetano. **As propostas de redução da maioria penal, na Câmara e no Senado Federal**. Rio de Janeiro, s/d: Fundação São Martinho (Centro de Defesa D. Luciano Mendes). p. 5-7

BRASIL. Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo- SINASE**. Disponível em <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/sinase/Sinase.pdf>. Acesso em 20 de Jul de 2008.

_____. **Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei Federal nº 9394/96)**. Brasília, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990). Brasília, 1990.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. *Levantamento nacional do atendimento sócio-educativo*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Presidência da República; 2006.

BRITO, Leila Maria Torraca (org). Avaliação dos adolescentes pelas equipes que atuam no sistema sócio-educativo. In:_____ .**Jovens em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 115-125.

CANDIDO, Antonio. *A Estrutura da Escola*. In Pereira, Luiz; Foracchi, Maria Alice. Educação e Sociedade. 13ªed. São Paulo : Companhia Editora Nacional., 1983

COLÉGIO ESTADUAL PADRE CARLOS LEÔNCIO DA SILVA. Projeto Político Pedagógico. Mimeo., 2007.

CRUZ NETO , Otávio (org). **Nem soldados, nem inocentes**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2001.

DARLAN, Siro. **Menoridade Penal: Pós e Contra na Lei**. Rio de Janeiro, 2008: Fundação São Martinho (Centro de Defesa D. Luciano Mendes). p. 8-12

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; Pilotti, Francisco (org). **A arte de governar crianças**: uma história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: IIDL: Ed.USU: Amais Liv. Ed., 1995. p.47-98.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1977

GARAY, Lúcia. *A questão institucional da educação e as escolas: conceitos e reflexões*. In: BUTELMAN, Ida (org). Pensando as instituições. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p.109-136.

GOFFMAN, Erwin. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva,2001.7ªed.

GOMES, Romeu . *Trabalho de Campo: contexto, interação e descoberta*. In MINAYO, M. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUIMARÃES, Maria Eloísa. **Escolas, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

GUSMÃO, Saul. **O problema dos menores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

IGNATIEFF, Michael. *Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: Um balanço Crítico*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v.7, nº14, mar./ago.1987. pp.185-193.

JULIA, Dominique. *A Cultura Escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, 1, jan-jun.2001. p.9-44.

LONDOÑO, Fernando Torres. **A origem do conceito menor**. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, p.129-145.

LOPES, Juliana Silva. *A escola na FEBEM-SP, em busca de significado*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Educacional). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006

LOPEZ, Luiz Roberto. **República**. São Paulo: Contexto, 2001.

MATOS, Mello. Prefácio. In: MINEIRO, Beatriz Sofia. **Código de Menores dos Estados Unidos do Brasil**: commentado. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1929.

MELLO, Guiomar Namó de. *Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*. 7ª ed, São Paulo: Cortez, 1998

MENDONÇA, Sônia R. de. Estado e Sociedade: a consolidação da República Oligárquica. In: **LINHARES**, Maria Yeda. 6.ed. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 253-266.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MINEIRO, Beatriz Sofia. **Código de Menores dos Estados Unidos do Brasil**: commentado. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1929.

MOCELIN, Márcia. *Políticas públicas e atos infracionais: educação nos centros de socioeducação infanto-juvenil no Paraná*. Dissertação de Mestrado. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2007

MOREIRA, Celeste Anunciata Baptista Dias. Ao encontro dos meninos: A configuração da política social de atendimento a adolescentes em conflito com a lei do estado do Rio de Janeiro a partir do processo de Reforma do Estado (1994-2002). Niterói, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFF.

NETO, CRUZ NETO ET AL. Adolescentes Envolvidos pelo Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

NETO, Mário Miranda; VIEIRA, Thales; SANDALO, Jorge. Engenhocas da cadeia: Aulas de Sociologia articulando ensino e pesquisa além de apontar estratégias para o ensino transdisciplinar na educação profissional. Mimeo., 2008.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. Sangue, corrupção e vergonha SAM. São Paulo: [s.n.], 1956.

NÓVOA, Antonio. Para uma Análise das Instituições Escolares. Lisboa :Publicações Dom Quixote- Instituto de Inovação Educacional, 1995

OLIVEIRA, Eliana Rocha. Dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: observação sobre a política de atendimento a jovens em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro. In BRITO, Leila Maria Torraca (org). *Jovens em conflito com a lei.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 11-26.

PASSETI, Edson. O que é menor?. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d].

_____. **Crianças carentes e políticas públicas.** 2. ed. In: PRIORE, Mary Del (org). *História das crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2002. p.347-375.

_____. **Os novos miseráveis.**

PATTO, M. H. S . A produção do fracasso escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PINHEIRO, Maria E. Serviço Social: infância e juventude desvalidas. São Paulo: Cortez, 1985.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente. Rio: Ed.PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2004. Rio: Ed.PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma (1993). O elogio do científico: a construção do "menor" na prática jurídica. In: Rizzini, Irma. A criança no Brasil Hoje. Rio de Janeiro, Editora Sta. Úrsula.

RIZZINI, Irma (org). Pesquisando... Guia de Metodologias de Pesquisas para programas sociais. Rio: Editora Santa Úrsula, 1999.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; Pilotti, Francisco (org.). **A arte de governar crianças:** uma história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: IIDL: EdUSU: Amais Liv. Ed., 1995. p.243-298.

RIZZINI, Irma. O elogio do científico. In: _____ (org). **A criança no Brasil hoje:** desafio para o Terceiro Milênio. Rio de Janeiro: EdUSU, 1993b, p.81-89.

RIZZINI, Irma. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In Zamora Maria Helena (org). Para Além das Grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio: Editora PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SCHUELER, Alessandra F. M. de. Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890). Niterói, 2002. Tese (Doutorado em Educação) – UFF.

SECRETÁRIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. Plano Estadual de Educação. Disponível em www.educacao.rj.gov.br. Consultado em 15 Ago. de 2008.

SILVA, Francisco Carlos T. da. . A modernização autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda (org) **História Geral do Brasil.** 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990a, p. 335-380.

_____. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yeda. 6.ed. **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro:

Campus, 1990b, p. 267-296.

SOUZA, Ione Celeste Jesus de. Escola ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

STEELE, Evandro. A farsa das estatísticas de reincidência no DEGASE. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 Dez.de 2007. Opinião, p.10.

VARELA, T.; ALVAREZ, F. A Maquinaria Escolar. Revista Teoria e Educação, nº6, São Paulo, 1992. p.68-96

VIANA, Hermano. O mundo funk carioca. Rio: Jorge Zahar, 1998.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In RIZZINI, Irene;Pilotti, Francisco (org). **A arte de governar crianças: uma história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: IIDL: EdUSU: Amais Liv. Ed., 1995. p.299-246.

VOLPI, Mario (org). O adolescente e o ato infracional. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

WACQUANT , Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

2. RELATÓRIOS DE PESQUISA SOBRE O SISTEMA SÓCIO-EDUCATIVO

MIRANDA, A.P; MELLO, K. S; DIRK, R. . Dossiê Criança e Adolescente. Arquivo disponível em www.isp.rj.gov.br, Rio de Janeiro: ISP, 2007.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL; CONSELHO NACIONAL DE PSICOLOGIA. Um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. Disponível em www.pol.org.br. Acesso em 10 de out de 2008.

SILVA, Jaílson de Souza e Silva; **URANI**, André (coordenadores).
Trabalho. Crianças no narcotráfico: um diagnóstico rápido. Organização Internacional do Trabalho ; Ministério do Trabalho e Emprego. - Brasília : OIT, s/d .

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. ESTATÍSTICAS ANO 2006.
Disponível em www.tj.rj.gov.br/infan_ju/1vara/infan_ju.htm. Acesso em 20 de Jul de 2008.

ANEXO 1

CRIAÇÃO DO DEGASE
 (Dec. 18.493 de 26 de Janeiro de 1993)
 Diário Oficial de 27/01/1993

4

RIO DE JANEIRO • QUARTA-FEIRA
 27 DE JANEIRO DE 1993
 ANO XIX • N.º 17 • PARTE I

Poder

DECRETO Nº 18.493 DE 26 DE JANEIRO DE 1993

CRIA, sem aumento de despesa, na estrutura básica da Secretaria de Estado de Justiça, o Departamento-Geral de Ação Sócio-Educativa- DEGASE e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os princípios estabelecidos pela Constituição Federal para a garantia dos direitos da criança e do adolescente;

Considerando a descentralização político-administrativa, que atribui aos órgãos federais as funções normativas e coordenadoras e aos órgãos estaduais e municipais a coordenação e execução dos programas de proteção à criança e ao adolescente;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

Considerando os termos do Convênio firmado, em 14 de maio de 1992, entre a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência-CBIA, o Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Estadual de Educação do Menor-FEEM/RJ, com a interveniência da União Federal, através do Ministério da Ação Social, e do 1º Termo Aditivo de Re-ratificação,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I - DA CRIAÇÃO

Art. 1º - Fica criado, sem aumento de despesa, na estrutura básica da Secretaria de Estado de Justiça, o Departamento-Geral de Ação Sócio-Educativa-DEGASE.

CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA

Art. 2º - Compete ao Departamento-Geral de Ação Sócio-Educativa-DEGASE promover, coordenar e controlar as ações pertinentes:

I - à prevenção à ocorrência de ameaça ou violação aos direitos da criança e do adolescente;

II - à defesa e garantia dos direitos fundamentais e de proteção integral à criança e ao adolescente, na forma da Constituição Federal e da legislação específica;

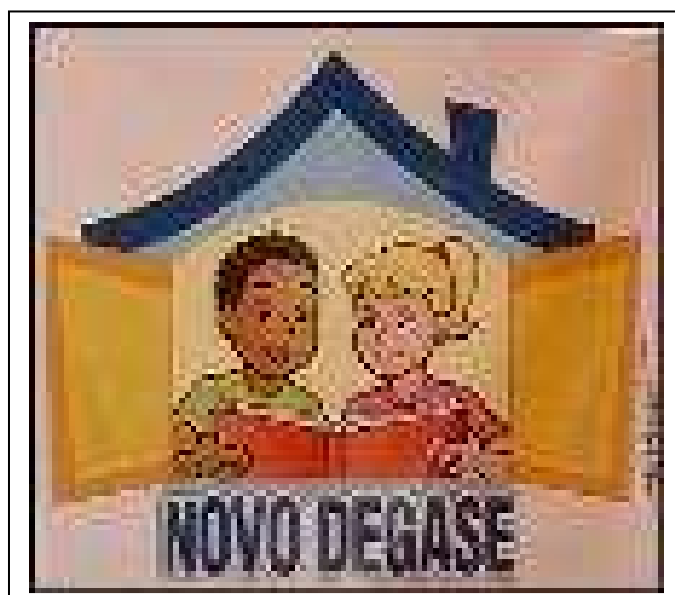
III - à integração operacional com os órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social, para efeito do atendimento inicial ao adolescente a quem se atribua ato infracional;

IV - à execução dos programas de atendimento às medidas sócio-educativas e às medidas de proteção específica, quando aplicadas correlatas às primeiras, em conformidade com a Constituição da República, a legislação específica e as normativas internacionais sobre o tema;

V - ao estudo, pesquisa, formação, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos nas áreas de atuação do DEGASE.

ANEXO 2

LOGOTIPO DO NOVO DEGASE ELABORADO POR MAURÍCIO DE SOUZA.



ANEXO 3
DEFASAGEM IDADE/SÉRIE DOS ADOLESCENTES INTERNOS DO
INSTITUTO PADRE SEVERINO. LEVANTAMENTO FEITO PELA
CEPCLS NO ANO DE 2007.

Fase/Idade	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	21 anos	Idades desconhecidas
C.A	-	01	01	-	04	10	06	01	-	-	-
Fase I	03	-	06	04	10	20	02	03	-	-	17
Fase II	-	02	08	08	23	26	07	06	-	-	08
Fase III	-	02	08	17	47	50	06	20	-	-	07
Fase IV	-	04	08	11	42	49	18	16	-	-	11
Fase V	-	10	03	03	25	44	33	03	-	-	06
Fase VI	-	16	02	21	22	28	12	02	-	-	02
Fase VII	-	-	10	09	10	19	08	01	-	-	02
Fase VIII	-	-	07	14	07	16	07	03	-	-	01
Total	03	35	53	87	190	262	107	55	-	-	54

ANEXO 4

CRIAÇÃO DOS COLÉGIOS ESTADUAIS QUE FUNCIONAM NO
INTERIOR DAS UNIDADES DO DEGASE

(Dec. 20581 de 28 de setembro de 1994)

Publicado no Diário Oficial do RJ em 29 de setembro de 1994

**CRIA Colégios Estaduais no
Município do Rio de Janeiro.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o
que consta do Processo nº E-03/20.886/94,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam criados, no Município do Rio de Janeiro, os Colégios Estaduais constantes do anexo a este decreto.

Art. 2º - A Secretaria de Estado de Educação adotará as providências necessárias ao cumprimento deste decreto, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1994
NILO BATISTA

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 20.581 DE 1994

- 01 - CE LUIZA MAHIN - Estrada Caricó, 111 - Galeão - Ilha do Governador.
 - 02 - CE PADRE CARLOS LEÔNICIO DA SILVA - Estrada do Maracajá, s/nº - Ilha do Governador.
 - 03 - CE CANDEIA - Estrada das Canárias, s/nº - Ilha do Governador.
-

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)